

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NÍVEL DE MESTRADO**

**PRÁTICAS CONTÁBEIS DO SÉCULO XIX NO BRASIL: O CASO DO COLÉGIO
JESUÍTA CONCEIÇÃO DE SÃO LEOPOLDO-RS**

SONIA BEATRIZ SILVEIRA ALVES

**São Leopoldo
2012**

SONIA BEATRIZ SILVEIRA ALVES

**PRÁTICAS CONTÁBEIS DO SÉCULO XIX NO BRASIL: O CASO DO COLÉGIO
JESUÍTA CONCEIÇÃO DE SÃO LEOPOLDO-RS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de Concentração: Contabilidade para Usuários Externos

Orientação:
Prof. Dr. Francisco Antônio Mesquita Zanini

São Leopoldo
2012

**PRÁTICAS CONTÁBEIS DO SÉCULO XIX NO BRASIL: O CASO DO COLÉGIO
JESUÍTA CONCEIÇÃO DE SÃO LEOPOLDO-RS**

SONIA BEATRIZ SILVEIRA ALVES

Dissertação apresentada e aprovada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis, ao programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, pela banca examinadora constituída por:

Prof. Dr. Francisco Antônio Mesquita Zanini
Orientador
UNISINOS

Prof. Dr. Carlos Alberto Diehl
UNISINOS

Prof. Dr. Ernani Ott
UNISINOS

Prof. Dr. Ivam Ricardo Peleias
UNISINOS

São Leopoldo
2012

Dedico este trabalho ao meu marido José Clemir Cardozo, por sua compreensão em ter me acompanhado nesta jornada; e aos meus pais, exemplos de força e dedicação, base da minha educação, que semearam meu crescimento pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

Meu maior agradecimento é dirigido a minha família, por terem sido de contínuo apoio nesta jornada de constantes obstáculos. Sem dúvida, sua presença representa fator indispensável para a superação de qualquer desafio. Assim, agradeço:

- à minha família, em especial ao meu marido Clemir, pela compreensão e companheirismo nesta jornada que, com certeza, foi um grande desafio e fonte de muitas abdicções;
- aos meus pais Zeferino e Claudina, meu refúgio e abrigo, fontes de amor e bondade. Que Deus lhes dê muita saúde! Meus sinceros sentimentos de gratidão;
- às minhas irmãs;
- à minha sobrinha Mahina e ao meu enteado Diego, duas “*figurinhas*” da nossa família;

Agradeço, ainda, a todas as pessoas que indireta ou diretamente contribuíram com este estudo, por menor que tenha sido a contribuição. Entretanto, gostaria de registrar alguns agradecimentos especiais:

- ao Professor Doutor Francisco Antônio Zanini, pois certamente eu não teria tido condições para desenvolver e concluir este estudo se não fosse a sua orientação atenta; com certeza, devo esta dissertação a ele. Agradeço por sua confiança, seu entusiasmo contagiante e sua peculiar tranquilidade;
- ao Pe. Pedro Ignácio Schmitz, pesquisador do Instituto Anchietano de Pesquisas, e ao Pe. Egydio Schneider S. J., Diretor Administrativo da ASAV, pelas conversas e apontamentos de material que muito contribuíram para o trabalho;
- ao professor Arthur Blásio Rambo, responsável pelo Acervo Documental e de Pesquisa – ADOP, Memorial Jesuíta da Biblioteca da Unisinos, pela orientação sobre o material contido no Acervo;

Agradecimento muito especial para o Sr. João Rudimar Kunz, encarregado do acervo da ASAV, e Janaína Silva, Assistente Administrativa do ADOP – Memorial Jesuíta da Biblioteca da Unisinos, que, sem dúvida, contribuíram na busca de material para a concretização desta pesquisa. Agradeço muito pela atenção, dedicação, gentileza e profissionalismo com o qual me trataram durante todos os meses de trabalho. É encorajador encontrar pessoas que tenham essa satisfação de trabalhar com esse tipo de pesquisa.

E ainda:

- às Secretárias dos Programas de Pós-Graduação, principalmente à Luciana Aquino, pelo carinho, paciência e apoio;
- aos Professores do Programa de Pós-Graduação, em especial àqueles que colaboraram para minha formação, especialmente aos professores Dr. Ernani Ott, Dr. Clóvis Kronbauer e Dr. Romeu Forneck;
- a todos os colegas do mestrado, pela convivência, apoio e colaboração. Certamente, levo comigo boas lembranças de todos vocês.

Entretanto, faço um agradecimento especial para Carmem Haab L. Cavalcante, Giseli Lopes, João Luiz, Alex Lopes e Renato Monteiro, pelo convívio, alegria e amizade ao longo do mestrado, e pelas palavras de incentivo nos momentos de dificuldades.

Por último, porém mais importante, agradeço a Deus, por me ter dado saúde e força interior, essenciais em muitos momentos da jornada, que impulsionaram e iluminaram minha caminhada.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é evidenciar as principais práticas contábeis e organizacionais praticadas pela gestão do Colégio Jesuíta Conceição, em São Leopoldo, RS, na segunda metade do século XIX. Para atingir os objetivos propostos, fez-se uma abordagem qualitativa, fundamentada em referências bibliográficas, documentais e orais. De acordo com historiadores, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) é a terceira fase do antigo Colégio Conceição. O Colégio iniciou suas atividades em 1869, com apenas oito alunos, e as encerrou em 1912. Apesar de apenas 43 anos de existência, foram mais de 5.000 alunos formados por esta que se tornou uma das maiores instituições de ensino do Estado e do País, reconhecida até mesmo no exterior. A pesquisa demonstrou que a Instituição mantinha três livros contábeis, entre os quais o *Livro de Conta Corrente dos Alunos*, o *Livro de Receitas e Despesas Detalhado* e o *Livro de Receitas e Despesas Resumido*. A partir da análise desses documentos, também foi possível constatar que a instituição possuía um plano de contas com os seus respectivos códigos, base para os lançamentos nos livros contábeis. A partir desses registros, foi realizada a representação gráfica da situação financeira e suas transações econômicas no período de 1883 a 1887. Os dados contábeis obtidos foram analisados levando-se em conta também registros históricos do Colégio Conceição. Dessa forma, foi possível verificar a significância que todos esses fatos tiveram para a situação financeira do Colégio Conceição, suas dificuldades, seu crescimento e o investimento em grandes construções. Registre-se que nem todos os dados foram possíveis de ser analisados, devido à dificuldade no entendimento da grafia e também de tradução. Entre os resultados mais importantes, destacam-se: 1) não foi encontrado até esse momento da pesquisa um Balanço Patrimonial de acordo com o “método de partidas dobradas” e nem mesmo alguma referência do mesmo; 2) também se observou que até o momento não foi revelado nenhum levantamento patrimonial sistemático ou controle de custos; 3) no entanto, verificou-se que a utilização dos três livros controlava suas rendas e gastos de forma impecável e com exatidão nos seus registros.

Palavras-chave: História do Colégio Conceição. Estrutura Organizacional. Práticas Contábeis. Livros Contábeis.

ABSTRACT

The purpose of this research was to highlight the main accounting and organizational practices developed in the management of the Conceição Jesuit High School, in São Leopoldo, RS, in the second half of the nineteenth century. In order to achieve the proposed goals a qualitative approach was performed based on oral and documentary bibliographical references. According to historians, the Vale do Rio dos Sinos University (Unisinos) represents the third stage of the old Conceição High School. The institution began its activities in 1869 with only eight students and closed in 1912. Despite its 43 years of existence, there were more than 5.000 students graduated in this institute which has become one of the largest educational institutions in the state and country, recognized even abroad. The research showed that the institution kept three books, including the Book of student Current Account, the Book of Detailed Revenues and Expenses and the Book of Summarized Receipts and Expenditures. From the analysis of these documents, we could also see that the institution had a chart of accounts with their respective codes which represented a source for the entries in the accounting books. From these records, it was performed a graphical representation of the financial situation and its economic transactions in the period from 1883 to 1887. For the analysis of the accounting records we also took into account the historical records of the Conceição High School. Thus, it was possible to verify the significance of all these facts on the financial situation of the Conceição High School, its difficulties, its growth and the investment in large buildings. It is important to stress that it was not possible to analyze all data because of the difficulty in understanding not only the spelling but also the translation. Among the most important results, we emphasize: 1) up to the present, it was not found, in the scope of the research within the institution, a Balance Sheet which matches the Double-Entry Method and there was not even any mention to it; 2) up to now, there is no evidence of any systematic patrimony survey nor of any reference to the costs control; 3) however, we could verify a right and accurate control of its revenues and expenses shown by the records of the institution related to the use of these three books.

Keywords: History of Conceição High School. Organizational Structure. Accounting Practices. Accounting Books.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Livro Borrador de 1º de dezembro de 1893.	30
Figura 2 – Livro Diário de 1º de dezembro de 1893.	31
Figura 3 – Livro Razão de dezembro de 1893.....	32
Figura 4 – Livro de Conta Corrente, dezembro de 1893.	32
Figura 5 – Balancete (modelo do século XIX).	33
Figura 6A – Lucros & Perdas e o Balanço Geral.	34
Figura 6B –Lucros & Perdas e o Balanço Geral.	35
Figura 7 – Dormitório da 1ª Divisão do Colégio Conceição.	65
Figura 8 – O Colégio Conceição.	66
Figura 9 – Chácara do Colégio Nossa Senhora da Conceição.	67
Figura 10 – <i>Vila Gonzaga</i>	68
Figura 11 – Grupo de Teatro do Colégio Nossa Senhora da Conceição.	70
Figura 12 – A orquestra dos alunos do Conceição.	71
Figura 13 – O Museu e o Gabinete de Física do Colégio Conceição.....	72
Figura 14 – Time de Futebol Clube do Ginásio Nossa Senhora da Conceição.....	73
Figura 15 – O Colégio Anchieta, da capital, em visita ao Ginásio Conceição.....	74
Figura 16 – Organograma do Colégio dos Jesuítas conforme <i>Ratio Studiorum</i>	80
Figura 17 – Organograma do Colégio Conceição de 1884 até 1889.....	83
Figura 18 – Reprodução da página do livro de conta corrente do aluno nº 122.....	88
Figura 19 – Reprodução da página do livro de receitas e despesas detalhado.	90
Figura 20 – Reprodução da página do livro de receitas e despesas detalhado.	91
Figura 21– Reprodução da página do livro de receitas e despesas detalhado.	92
Figura 22 – Reprodução da página do livro de receitas e despesas detalhado.	94
Figura 23 – Reprodução da página do livro de receitas e despesas resumido.....	96
Figura 24 – Reprodução da página do livro de receitas e despesas resumido.....	97
Figura 25 – Reprodução da página do livro de receitas e despesas detalhado.	122
Figura 26 – Movimento de Receita e Despesa do mês de dezembro/1886.	123
Figura 27 – Reprodução da página do livro de despesas e receitas detalhado.	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estudos internacionais sobre as práticas contábeis em ordens religiosas nos séculos XV a XIX.....	43
Quadro 2 – Carreiras dos egressos do Colégio Nossa Senhora da Conceição - 1870-1899....	62
Quadro 3 – Matrículas de alunos entre 1880 e 1890.....	64
Quadro 4 – Contas dos alunos	98
Quadro 5 – Outras receitas	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Receitas ordinárias e extraordinárias de 1883.....	104
Gráfico 2 – Composição das receitas ordinárias de 1883.....	104
Gráfico 3 – Composição das receitas extraordinárias de 1883.....	105
Gráfico 4 – Despesas ordinárias e extraordinárias de 1883.....	106
Gráfico 5 – Composição das despesas ordinárias de 1883.....	106
Gráfico 6 – Composição das despesas extraordinárias de 1883.....	107
Gráfico 7 – Receitas ordinárias e extraordinárias de 1884.....	108
Gráfico 8 – Composição das receitas ordinárias de 1884.....	108
Gráfico 9 – Composição das receitas extraordinárias de 1884.....	109
Gráfico 10 – Despesas ordinárias e extraordinárias de 1884.....	110
Gráfico 11 – Composição das despesas ordinárias de 1884.....	111
Gráfico 12 – Composição das despesas extraordinárias de 1884.....	112
Gráfico 13 – Receitas ordinárias e extraordinárias de 1885.....	113
Gráfico 14 – Composição das receitas ordinárias de 1885.....	113
Gráfico 15 – Composição das receitas extraordinárias de 1885.....	114
Gráfico 16 – Despesas ordinárias e extraordinárias de 1885.....	115
Gráfico 17 – Composição das despesas ordinárias de 1885.....	115
Gráfico 18 – Composição das despesas extraordinárias de 1885.....	116
Gráfico 19 – Receitas ordinárias e extraordinárias de 1886.....	117
Gráfico 20 – Composição das receitas ordinárias de 1886.....	117
Gráfico 21 – Composição da conta “outras receitas” de 1886.....	118
Gráfico 22 – Composição das receitas extraordinárias de 1886.....	120
Gráfico 23 – Despesas ordinárias e extraordinárias de 1886.....	121
Gráfico 24 – Composição das despesas ordinárias de 1886.....	121
Gráfico 25 – Composição da conta “pagamentos feitos” de 1886.....	124
Gráfico 26 – Composição das despesas extraordinárias de 1886.....	125
Gráfico 27 – Receitas ordinárias e extraordinárias de 1887.....	127
Gráfico 28 – Composição das receitas ordinárias de 1887.....	128
Gráfico 29 – Composição das receitas extraordinárias de 1887.....	128
Gráfico 30 – Despesas ordinárias e extraordinárias de 1887.....	129
Gráfico 31 – Composição das despesas ordinárias de 1887.....	130
Gráfico 32 – Composição das despesas extraordinárias de 1887.....	130
Gráfico 33 – Evolução das receitas ordinárias e extraordinárias de 1883 a 1887.....	131

Gráfico 34 – Evolução das despesas ordinárias e extraordinárias de 1883 a 1887	133
Gráfico 35 – Comparação entre receitas e despesas de 1883 a 1887	134

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Jornal <i>Deutsches Volksblatt</i>	147
ANEXO B – Dom Sebastião Dias Laranjeiras	148
ANEXO C – Fotos diversas do século XIX	149
ANEXO D – Foto do ex-Colégio Conceição – Seminário – Antiga UNISINOS	150
ANEXO E – Arquiteto Johann Grünwald (Mestre João)	151
ANEXO F – Regulamento da 3ª Divisão do Colégio Conceição.....	152
ANEXO G – Pe. Ambrósio Schupp	155
ANEXO H – Carta – Avaliação do Colégio Conceição	156
ANEXO I – Rev. Pe. Luiz Sarrazin, S.J.	157
ANEXO J – Reprodução da página do livro de receitas e despesas detalhado	158
ANEXO K – Reprodução da página do livro de receitas e despesas detalhado.....	159
ANEXO L – Reprodução da página do livro de receitas e despesas detalhado	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise financeira do Colégio Conceição.....	103
---	-----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 PROBLEMA DA PESQUISA	17
1.2 OBJETIVOS	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos	17
1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA	18
1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA	18
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 ORIGEM DA CONTABILIDADE: BREVE HISTÓRICO	20
2.1.1 Contribuições do Oriente	21
2.1.2 A Herança do Ocidente	22
2.1.3 Influência Árabe	23
2.1.4 O Método das Partidas Dobradas	24
2.1.5 A Revolução Industrial e seu Impacto na Contabilidade	25
2.1.6 Breve Relato da Trajetória da Contabilidade do Brasil	26
2.1.7 Práticas Contábeis do Século XIX no Brasil	29
2.2 JESUÍTAS NO BRASIL	36
2.2.1 Casas, Colégios e Seminários	38
2.2.2 Supressão	39
2.3 JESUÍTAS NO RIO GRANDE DO SUL: CHEGADA À COLÔNIA ALEMÃ DE SÃO LEOPOLDO	40
2.4 ESTUDOS RELACIONADOS AO TEMA	43
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	51
3.2 UNIDADE DE ANÁLISE	52
3.3 COLETA DE DADOS	52
3.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	54
4 RESULTADOS DA PESQUISA	57
4.1 HISTÓRICO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	57
4.1.1 O Início do Colégio Conceição	57
4.1.2 Estreia nos “Exames Parcelados”	62
4.1.3 Década de 1880: a Consolidação do Colégio Conceição	64
4.1.4 Regulamento do Colégio Conceição	68
4.1.5 Desenvolvimento Organizacional Pedagógico	69
4.1.6 A Equiparação ao Ginásio Nacional Dom Pedro II	74
4.1.7 O Encerramento das suas Atividades	77
4.2 A ORGANIZAÇÃO DO COLÉGIO CONCEIÇÃO	79
4.3 O PROCESSO CONTÁBIL E A ESCRITURAÇÃO NO LIVRO DE CONTAS	85
4.3.1 Livros Contábeis e Escrituração Contábil do Colégio Conceição	85
<i>4.3.1.1 Livro de conta corrente dos alunos e escrituração</i>	<i>86</i>
<i>4.3.1.2 Livro de receitas e despesas detalhado e escrituração</i>	<i>89</i>
<i>4.3.1.3 Comparação entre o livro de conta corrente e o livro de despesa e receita detalhado</i>	<i>95</i>

4.3.1.4 Livro de receitas e despesas resumido e escrituração	95
4.4 PLANO DE CONTAS	98
4.5 ASPECTOS FINANCEIROS DO COLÉGIO CONCEIÇÃO	102
4.5.1 Análise da Atividade Financeira do Colégio Conceição	102
4.5.1.1 Receitas: ano de 1883.....	104
4.5.1.2 Despesas: ano de 1883.....	105
4.5.1.3 Receitas: ano de 1884.....	108
4.5.1.4 Despesas: ano de 1884.....	110
4.5.1.5 Receitas: ano de 1885.....	112
4.5.1.6 Despesas: ano de 1885.....	114
4.5.1.7 Receitas: ano de 1886.....	117
4.5.1.8 Despesas: ano de 1886.....	120
4.5.1.9 Receitas: ano de 1887.....	127
4.5.1.10 Despesas: ano de 1887.....	129
4.5.1.11 Evolução das Receitas 1883 a 1887.....	131
4.5.1.12 Evolução das Despesas 1883 a 1887	133
4.5.1.13 Comparação das Receitas e Despesas 1883 a 1887	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS	141
ANEXOS	146

1 INTRODUÇÃO

A história da contabilidade é tão antiga quanto a própria história da civilização. Segundo Iudícibus (2004), estudar a evolução da contabilidade nas mais variadas épocas é prestar um serviço à classe contábil, pois se abrem, no presente, as portas do passado, iluminando os caminhos futuros. Tal abordagem oportuniza conhecer o processo histórico dos antepassados, compreendendo seu processo evolutivo, e contribuir para o desenvolvimento da humanidade.

Algumas entidades dedicadas ao estudo e à pesquisa histórica contábil – como *The Academy of Accounting Historians* (Estados Unidos), *Società Italiana de Storia de La Ragioneria* (Itália), Associação Portuguesa dos Técnicos de Contabilidade-APOTEC (Portugal), *Comisión de Historia de la Contabilidad-AECA* (Espanha) – mostram que a pesquisa em contabilidade a partir do ponto de vista histórico, é um dos campos que nos últimos anos está se tornando cada vez mais importante. Segundo Edwards (1989), entre as várias razões principais para o estudo da história da contabilidade, incluem-se a explicação da realidade econômica, a previsão de eventos futuros, a solução para os problemas atuais e a curiosidade sobre as práticas contábeis de séculos passados.

No Brasil, apesar da escassez de trabalhos realizados sobre a história da contabilidade, pesquisadores como Iudícibus (2004), Schmidt (1996; 2000) e Sá (1997; 2009; 2010), entre outros, são reconhecidos por seus trabalhos realizados nessa linha de pesquisa. Dessa forma, esta escassez de trabalhos nessa linha de pesquisa e a curiosidade sobre as práticas contábeis de séculos passados praticadas no Rio Grande do Sul passaram a nortear o interesse da presente pesquisa. Muitos estudos deste tipo foram realizados na Espanha, principalmente em ordens religiosas. Por meio da análise de documentos históricos, foi possível comprovar a existência de diferentes práticas contábeis e de uma gestão eficaz nessas ordens. Nesse sentido, Hernández (1996) chama a atenção sobre a importância de aprofundar a investigação da documentação contábil, textos e legislação em séculos passados, para, a partir deles, compreender os elementos que formam a contabilidade moderna.

O estudo sobre as práticas contábeis em ordens religiosas no Brasil é praticamente inexistente, no entanto, uma das raras obras encontradas foi dos autores Ricardino Filho e Martins (2006) em seu estudo sobre o “O livro caixa da ordem terceira de São Francisco nos século XVII e XVIII”. Por tanto, a raridade desse tema foi o principal motivo para a escolha deste trabalho, no qual se procura, através da pesquisa em documentos históricos, estudar as

práticas contábeis, o sistema de organização e a economia praticada pelos jesuítas no Brasil, no século XIX. As missões jesuítas foram abordadas em várias obras em Programas de Pós-graduação em Educação e História, com riquíssimos materiais historiográficos. No entanto, são raras as obras no âmbito organizacional, econômico e contábil, principalmente pela inexistência e divulgação desses dados.

Assim, pretende-se, através do estudo de análise e interpretação das práticas contábeis realizadas pelo Colégio Conceição, fundado pelos jesuítas no século XIX, contribuir para o avanço na pesquisa histórica da contabilidade, por meio da divulgação de documentos históricos desconhecidos, fontes não publicadas, bem como pelo levantamento de dados que comprovam que o sistema contábil de séculos passados, mesmo sem um sistema de informação e as tecnologias avançadas dos dias de hoje, era praticado a partir de um sistema de controle e gestão de qualidade, através da riqueza de registros contábeis.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

Levando-se em conta o que se expôs até aqui, pode-se resumir o problema a ser estudado na seguinte pergunta-problema: quais as principais práticas contábeis e organizacionais praticadas na gestão do Colégio Jesuíta Conceição, em São Leopoldo, RS, na segunda metade do século XIX?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Descrever as principais práticas contábeis e organizacionais praticadas na gestão do Colégio Jesuíta Conceição, em São Leopoldo, RS, na segunda metade do século XIX.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para a consecução do objetivo geral definido, foram propostos os seguintes objetivos específicos:

1) relatar a história dos jesuítas no Rio Grande do Sul, do século XVI até o século XIX, época da instalação do Colégio Conceição;

2) descrever e evidenciar a história e as práticas de gestão institucional que tiveram vigência no estabelecimento de ensino;

3) identificar e analisar as normas e sistemas de registros contábeis utilizados na gestão do Colégio Conceição no século XIX, incluindo possíveis sistemas de análise/registro de custos, de acompanhamento do patrimônio e de demonstração do resultado anual da instituição.

1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Faz parte do escopo central desta pesquisa relatar a história do Colégio Conceição no século XIX, verificar a organização institucional e suas práticas contábeis e descrever e interpretar os livros de contas e o sistema contábil da organização. Também é apresentada a pesquisa de algumas matérias relacionadas à organização hierárquica e à utilização da contabilidade para a administração dos jesuítas na condução da referida instituição.

Por mais relevante que sejam, não inclui o presente estudo relatos em profundidade da história dos jesuítas no Rio Grande do Sul, os processos de evangelização dos indígenas, anterior ao período discriminado, tampouco os problemas que culminaram com a queda das missões jesuíticas no Brasil.

1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Melis (1950) defende a importância da história da Contabilidade para a melhor compreensão do contexto histórico e econômico. O autor destaca o crescimento da pesquisa nessa linha ainda no século passado, porém esta não é uma verdade no Brasil, onde são poucas as pesquisas nessa área. Daí a oportunidade do presente trabalho.

Muitos desses estudos, em especial em outros países, são realizados em instituições religiosas, uma vez que estas se destacam há séculos entre as organizações perenes. Podem ser citados, entre eles: Gómez e Sierra (2001), Gallego, Rivero e Ramos (2007) e Hernández (1996), no que se refere a estudos de documentos contábeis, normas e textos regulamentares da atividade contábil.

A organização e suas práticas contábeis são de especial interesse ao longo do tempo, dada a complexidade e a importância dos ativos e as atividades relacionadas a questões sociais e econômicas referidas nos registros contábeis. Além disso, a gestão eficaz de diversas ordens religiosas, muitas vezes, tem sido inovadora na aplicação de técnicas de contabilidade, prestação de contas e até mesmo em sistemas de controle interno (HERNÁNDEZ, 1996).

A partir da evidência dessa lacuna de estudos no Brasil, a ideia inicial do presente trabalho foi a de pesquisar a contabilidade das Missões Jesuíticas no Brasil, mais especificamente das Missões de São Miguel, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. A partir de buscas por fontes de pesquisa, a fim de verificar sua viabilidade, concluiu-se pela inexistência, no Brasil, de documentos que permitam a sua realização, conforme pensado originalmente. De toda sorte, continuou-se com o tema de Contabilidade Histórica, apenas trabalhando com um foco um pouco diferente, a partir da identificação da existência de documentos históricos do Colégio Conceição, em São Leopoldo, RS. Entende-se que a identificação dessas práticas é relevante do ponto de vista da academia, da profissão contábil e em termos da reconstituição da história das atividades dos jesuítas no Rio Grande do Sul.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. Esta Introdução apresenta a contextualização do tema, o problema da pesquisa, além dos objetivos do trabalho, sua delimitação e justificativa e relevância. O segundo capítulo é destinado à revisão da literatura sobre o tema pesquisado. No terceiro capítulo é apresentado o método utilizado na pesquisa, no qual é descrito o tratamento metodológico empreendido, indicando os passos utilizados para atingir os objetivos propostos. No quarto capítulo expõem-se os resultados da pesquisa, com ênfase na história do Colégio Conceição no século XIX, sua estrutura organizacional, suas práticas contábeis e, por fim, a análise dos seus dados financeiros dos anos de 1883 a 1887. Na sequência, são feitas as considerações finais e recomendações para futuros estudos. Seguem-se, então, as referências utilizadas. No final, são apresentados anexos que trazem elementos adicionais às informações apresentadas no corpo da dissertação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORIGEM DA CONTABILIDADE: BREVE HISTÓRICO

A origem da Contabilidade remonta à própria história do homem. Diversos teóricos assinalam que a Contabilidade é praticada desde os tempos remotos da civilização e teve um processo evolutivo que acompanhou o progresso e influenciou a cultura da sociedade (SÁ, 1997; HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; MATTESSICH, 2000; IUDÍCIBUS, 2004; HERNÁNDEZ, 2005).

Sá (1997, p. 15) afirma que “a Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez por isso seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizam os da própria evolução do ser humano”.

Segundo Hernández (2005), a Contabilidade é uma atividade tão antiga quanto a própria humanidade. Conforme o autor, mesmo antes de conhecer a escrita, o homem teve a necessidade de manter contas, economizando memória e registro de dados sobre a sua vida econômica e bens do seu patrimônio coletados, caçados, processados e consumidos.

Mattessich (2000) também afirma que a Contabilidade começou há muito tempo a desenvolver uma metodologia simples de registro, para ajudar os comerciantes a lembrar de suas obrigações financeiras, também capaz de refletir os interesses de credores e investidores, e, ao mesmo tempo, útil nas suas relações com os consumidores e fornecedores. Com isso, a sistematização da Contabilidade estava a caminho.

De acordo com Iudícibus (2004, p. 34), “é possível localizar os primeiros exemplos completos de Contabilidade seguramente no segundo milênio antes de Cristo, na civilização da Suméria e da Babilônia (hoje Iraque), no Egito e na China”.

A história da contabilidade revela que ela é resultado das contribuições de diversas civilizações. De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), a contabilidade é, sem dúvida, produto do mundo inteiro. Eventos ocorridos em vários continentes demonstram que a Contabilidade recebeu contribuições do mundo todo para chegar ao seu estágio atual.

2.1.1 Contribuições do Oriente

Muito antes que a Europa emergisse de tendas e roupas feitas de peles de animais, já se verificava no Oriente Médio e no Extremo Oriente uma atividade mercantil intensa, por meio de intercâmbio de mercadorias. Aí se configurava a base do que viria a ser, mais tarde, um sistema bancário (HENDRIKSEN;VAN BREDA, 1999).

A arqueologia oferece registros que evidenciam a existência de um intenso intercâmbio comercial entre os sumérios e os babilônios, povos da região da antiga Mesopotâmia, situada entre os rios Tigre e Eufrates, bem como de uma escrita, chamada cuneiforme, provavelmente uma invenção dos sacerdotes sumerianos. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 42), esta se “constituía em sinais feitos com estilete em tabletes de argila úmida que, ao serem secos, por exposição ao sol ou cozidos no fogo, ganhavam resistência e durabilidade. Nessas pequenas placas de argila foram encontradas inscrições que representavam cálculos de matemática financeira e de geometria”.

Pela afirmação de Sá (1997, 24), “a escrita cuneiforme, da Mesopotâmia, basicamente contábil, [...] foi um desses progressos que, como os da Era Lítica, orgulham o conhecimento da Contabilidade, por sua qualidade como expressão do pensamento”. Ainda segundo esse mesmo autor (*Idem*, p. 25), “as civilizações da Suméria e da Babilônia (Antiga Mesopotâmia, atual Iraque) alcançaram evolução tal que é possível identificar registros dessa época que expressam o conhecimento nas áreas de custos e orçamento, bem como na elaboração de demonstrativos contábeis com qualidade surpreendente”.

Em 1920, em Nuzi (norte da Babilônia), foi realizada uma descoberta arqueológica de 49 fichas de barro, acompanhadas de uma tabela de pedra com inscrições cuneiformes listando um pequeno rebanho de carneiros, que provavelmente representavam a dívida de uma pessoa com outra (SCHMIDT, 2000). Segundo o mesmo autor, essas fichas foram utilizadas como uma forma de identificação das mercadorias.

A contabilidade dos egípcios deu passos substanciais nos recursos da racionalidade da escrita contábil. A utilização do papiro – no qual os escribas registravam os documentos, um material que permitia com maior vantagem escrever textos mais extensos e sem o risco de perda (como ocorria com a argila e outros materiais) – proporcionou um meio eficaz para a racionalidade da escrita contábil e possibilitou a elaboração de registros mais sofisticados de modo a simplificá-la (SÁ, 1997).

Aos escribas considerados como os “contadores do Egito”, confiavam-se tarefas administrativas e contábeis nos dois maiores patrimônios dos egípcios, a *azienda* real ou fiscal

e a *azienda* do templo. Na esfera fiscal, eles eram responsáveis, principalmente, pela fiscalização dos cultivos e das criações de agricultores e camponeses, efetuando o registro das quantidades produzidas, bem como fixando o valor dos impostos devidos ao Estado (SILVA; MARTINS, 2009).

Vários registros contábeis datam desses períodos. Entre estes, podem-se citar os agricultores egípcios nas margens do rio Nilo, que pagavam aos coletores de tributos com cereais e linhaça pelo uso de água para irrigação. Recibos eram dados aos agricultores desenhando-se figuras de recipientes de cereais nas paredes de suas casas (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). Monteiro (1979, p. 32) “existem numerosos documentos que se referem especialmente a entregas em espécie ou dinheiro ao Tesouro, a salários, operários e contas dos templos”. Schmidt (2000, p. 22) “os egípcios deram um grande passo no desenvolvimento da contabilidade ao escriturar as contas com base no valor de sua moeda, o *shat* de ouro ou de prata”.

Com as invasões dos Gregos e dos Romanos no Egito e a propagação da língua helênica por todo país, as instituições sofreram grandes mudanças, e os procedimentos contabilísticos usados na Grécia foram adaptados aos povos egípcios (MONTEIRO, 1979).

Segundo SÁ (1997) tanto na Mesopotâmia quanto no Egito, tiveram controles contábeis da melhor qualidade, quanto aos seus regimes tributários e os critérios de pagamento, a ponto de se estabelecerem os registros individualizados para cada beneficiário.

O valor da Contabilidade nas civilizações referidas pode ser muito bem aferido pela frase de um especialista como Godoy (*apud* SÁ, 1997, p. 27):

O fato de a contabilização desempenhar um papel tão proeminente entre as utilizações da escrita na economia política do Próximo Oriente Antigo teve uma série de consequências para o sistema cultural. Significa que se dava uma grande ênfase, não às utilizações mais complicadas – narrativa, descrita ou literária – da linguagem, mas às de um tipo não sintático que caracterizam a arte do guarda livros e o cálculo.

2.1.2 A Herança do Ocidente

A Grécia é conhecida como uma das mais avançadas civilizações da Antiguidade. Um dos registros contábeis, datado de 454 a 406 a.C., encontrado na Grécia, relacionava todos os contribuintes de impostos; esses documentos pertenciam ao templo de Atenas (SCHMIDT, 1996). Segundo este autor, foram descobertos documentos referentes ao período 454 a 90 a.C.

que já escrituravam contas de custos e receitas que anualmente eram confrontadas para apuração de seus saldos.

Segundo Melis (*apud* MONTEIRO, 1979, p. 34), “as contas gregas mais antigas que se reconhecem são as dos tributos do império ateniense. São constituídos por 49 fragmentos de mármore, alguns fazendo parte de duas pedras principais que foram reconstruídas, mas com muitas faltas e outros isolados”.

Da península itálica vieram os romanos, civilização que sucedeu os gregos e que aprimorou sistemas de administração e apresentou rica ciência jurídica. Contou com grandes intelectuais, além de uma estrutura social bem definida. Segundo Sá (1997, p. 30),

a Contabilidade dos romanos realizou, nas diversas fases da sua civilização, diversas evoluções e pode ser identificada como de excelente qualidade, superior à que herdou de outros povos, com características marcantes, embora pouquíssima prova material da mesma tenha chegado a nossos dias.

Os primeiros registros romanos, referentes às contas como registros de controles econômicos, eram feitos em tábuas – *Codex accepti et expensi*, ou registro de receita e despesa – nas quais eram registradas todas as transações de caixa e conta corrente. Os empréstimos, em que se apontava o vencimento dos capitais e dos juros, eram lançados no livro *kalendarium*. Além destes, tinham o *Liber rationum*, antecessor do nosso atual livro razão. Além dos banqueiros, entre os romanos já havia grandes companhias e sociedades comerciais com todas as características das modernas instituições comerciais. Eram usados os cheques de viagem, e seus registros financeiros estavam obrigados a certa publicidade (MONTEIRO, 1979).

Roma, portanto, pela potência de seu império, tornou-se polo de disseminação da cultura geral e, nesse particular, insere-se a ciência contábil. O desenvolvimento da Contabilidade na cultura romana permitiu um diferencial, avanços importantes foram verificados no Ocidente, dado o aperfeiçoamento do pensamento contábil alcançado por essa civilização (SÁ, 1997).

2.1.3 Influência Árabe

Entre os acontecimentos mais importantes desse período, os árabes, a partir do século VII, sob influência dos indianos, descobridores do conceito de zero e responsáveis pelo aprimoramento das obras de Ptolomeu, difundiram este conceito e toda a lógica aritmética e

algébrica, bem como o sistema numérico arábico. Todos esses acontecimentos são fundamentais na evolução da Contabilidade. Comerciantes, matemáticos e aventureiros europeus aprenderam muito com os árabes. Um dos mais conhecidos desses europeus é o autor Leonardo Fibonacci, revisor de contas, matemático, pleno conhecedor da cultura árabe. Entende Melis (*apud* SÁ, 2009, p. 110) “que com Fibonacci se inicia a era da Contabilidade Moderna, evocando, para tanto, o cenário de extraordinário progresso que ocorria na Baixa Idade Média e a influência do uso da matemática oriental no processo de escrituração mercantil”.

2.1.4 O Método das Partidas Dobradas

Ainda que existam elementos que comprovem o uso do método das partidas dobradas no século XIII, Melis (*apud* SÁ, 2009, p. 34) lança a tese, em sua *Storia della ragioneria*, de que o “nascimento das partidas dobradas sucedeu na região da Itália denominada Toscana, entre 1250 e 1280 de nossa era”.

Segundo Schmidt (2000, p. 25), “mesmo que os primeiros sistemas de partidas dobradas com a utilização das fichas de barro apareceram na pré-história, o uso generalizado desse sistema de registro contábil começou a ser implantado com o advento da chamada revolução comercial ocorrida após o século XII”.

O primeiro codificador da contabilidade, de acordo com Oliveira e Nagatsuka (2000), foi o Frei Luca Pacioli, autor de uma obra que expõe o método das partidas dobradas. Escreveu *Tractatus de computis et scripturis* (Contabilidade por partidas dobradas), publicado em 1494, obra considerada até hoje um marco na história da Contabilidade e que tornou Pacioli conhecido como o pai dos autores de Contabilidade. Segundo Padoveze (2004), Pacioli foi matemático, teólogo e contabilista, entre outras profissões. Deixou muitas obras, destacando-se a *Summa de Aritmética, Geometria, Proportioni et Proportionalitá*, impressa em Veneza. A *Summa* era principalmente um tratado de matemática, mas incluía uma seção sobre o sistema de escrituração por partidas dobradas. Este foi o primeiro material publicado que descrevia o sistema e apresentava o raciocínio em que se baseavam os lançamentos contábeis. Seus comentários sobre a Contabilidade são relevantes e atuais. Pacioli (1494), em sua obra de Contabilidade por Partidas Dobradas, explica sobre o encerramento do balancete (*apud* HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 39-40):

Para que tudo fique mais claro no encerramento mencionado, é necessário que faça esta outra comparação, a saber, somar numa folha de papel todos os débitos de Razão + e colocá-los do lado esquerdo, e somar todos os créditos e colocá-los do lado direito, e depois estas últimas somas serão ressomadas; uma das somas será o total dos débitos, e a outra será o total dos créditos. Agora, se as duas somas forem iguais, ou seja, uma for igual à outra, ou seja, as somas dos débitos e dos créditos, sua conclusão será a de que seu Razão terá sido bem mantido [...] e encerrado; mas, se uma das somas for maior do que outra, terá havido em erro no seu Razão, o qual, com diligência, será melhor que o encontre com a inteligência que Deus lhe deu, e com os recursos de raciocínio que tiver adquirido, e que são muito necessários para o bom comerciante, não sendo um bom contador nos seus negócios, andará como um cego, e muitas perdas poderão surgir [....].

O famoso *Tractatus* é resumido por Melis (*apud* SÁ 2009, p. 121-122) no seguinte conteúdo:

Coisas necessárias ao comerciante, inventário, os três livros mercantis: borrador, diário e razão, a autenticação dos livros contábeis, o registro relativo às relações com as entidades públicas, as contas de despesas, as contas de estoque (armazéns), a conta de lucros e perdas, os estornos de lançamentos, o fechamento de contas, o arquivo de correspondências e particularidades sobre o “livro de comerciantes”.

Apesar de ser considerado por muitos como o “pai” da Contabilidade, de acordo com Sá (1997), Pacioli não foi o criador das partidas dobradas, pois o método já era utilizado na Itália durante o século XIV. Antes de Pacioli, também na Itália, surgiu a obra de Benedetto Cotrugli, um manuscrito de 1458 intitulado *Della mercatura e del mercante perfetto*, editado somente em 1573. Segundo o mesmo autor, após a obra de Luca Pacioli, muitos autores reproduziram sua obra ainda no século XVI, como: Matheus Schwarz, Giovanni Antônio Tagliente, Domenico Manzoni e Alvise Casanova na Itália; Girolamo Cardano e John Gotlieb na Alemanha.

2.1.5 A Revolução Industrial e seu Impacto na Contabilidade

Após um período de estagnação contábil, segundo Schmidt (2000), a Contabilidade buscou sua consolidação como instrumento útil e capaz de auxiliar no gerenciamento de negócios. Assim, a Contabilidade mostrou-se como um sistema de informações passível de alicerçar o processo de decisões das empresas. Com o advento da Revolução Industrial no século XIX, a Contabilidade entrou novamente em uma fase de desenvolvimento acentuado. Impulsionou o surgimento do Contador e a criação da Bolsa de Valores de Londres, seguindo-

se a de Nova York logo depois, em 1792 (HENDRIKSEN;VAN BREDA, 1999). A Revolução Industrial trouxe à Contabilidade muitas mudanças, entre elas:

[...] o advento do sistema fabril e da produção em massa resultou na transformação de ativos fixos em custos significativos do processo de produção e distribuição, tornando o conceito de depreciação mais importante. À medida que aumentava a necessidade de informação gerencial sobre os custos de produção e os custos a serem atribuídos à avaliação de estoques, o mesmo acontecia com a necessidade de sistemas de contabilidade de custos. A exigência de grandes volumes de capital, demandando a separação entre investidor e administrador, significou que um dos principais objetos da contabilidade passou a ser a elaboração de relatórios a proprietários ausentes. As informações financeiras, que tinham sido geradas principalmente para fins de gestão, passam a ser demandadas cada vez mais por acionistas, investidores, credores e pelo governo. Portanto, o lucro como retorno aos investidores precisava ser distinguido de um retorno do capital também conduziram à criação da sociedade por ações e, com o tempo, a auditorias obrigatórias. (*Idem*, p. 47).

A seguir, relatam-se alguns fatos históricos da Contabilidade no Brasil, auxiliando o aporte teórico da presente pesquisa.

2.1.6 Breve Relato da Trajetória da Contabilidade do Brasil

De acordo com Sá (1997), é possível que as atividades contábeis venham sendo desenvolvidas no Brasil desde a época da colonização, uma vez que data de 1549 a criação dos armazéns alfandegários. Para controle destes, Portugal nomeou Gaspar Lamego como o primeiro Contador Geral das terras do Brasil, por carta do rei D. João III.

Rodrigues (1985) também destaca o primeiro relato contábil, datado de 1770, que diz respeito ao Rei de Portugal, o qual estabelecia a necessidade de registro dos guarda-livros, dos caixeiros, dos praticantes portugueses das casas de negócios e das corporações, das sociedades públicas ou particulares na Junta do Comércio e proibia a contratação de profissionais sem o referido registro.

Para Silva e Martins (2009), destaca-se, como evolução da Contabilidade, a chegada do Príncipe Regente de Portugal, D. João VI, em 1808, quando aqui instalou o Erário Régio, órgão criado pelo Marquês de Pombal no século XVIII, destinado a centralizar a receita e a despesa do dinheiro público. “Através de um alvará, publicado em 23 de agosto de 1808, criou-se a Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação “(PELEIAS; BACCI, 2004, p. 41). Este documento determinou que os Contadores Gerais da Real Fazenda fossem

obrigados a aplicar o método das partidas dobradas na escrituração mercantil, conforme dispõe o texto da Carta de D. João VI, citado por Silva e Martins (2009, p. 109):

Para que o método de escrituração e fórmulas de contabilidade de minha real fazenda não fique arbitrário à maneira de pensar de cada um dos contadores gerais, que sou servido criar para o referido Erário: – ordeno que a escrituração seja mercantil por partidas dobradas, por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade, para o manejo de grandes somas como por ser mais clara e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios, onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores.

O ano seguinte, 1809, foi marcado por dois acontecimentos relevantes. Em primeiro lugar, a promulgação do Alvará de 15 de julho, criando oficialmente o ensino comercial no país, que previa o estabelecimento de aulas de Comércio, tais como a existente em Lisboa. Em segundo, a apresentação, por José da Silva Lisboa, também conhecido como Visconde de Cairu, um dos articuladores da abertura dos portos brasileiros e da criação do Banco do Brasil, do primeiro sistema de direito comercial, bem como a realização dos primeiros estudos de economia política do Brasil, criando, nos anos seguintes, a primeira Cadeira de Aula de Comércio no Rio de Janeiro (PELEIAS; BACCI, 2004).

Em 1846, por meio do Decreto nº 456, de 6 de julho, foi fixado o regulamento das “aulas de comércio”, com duração estabelecida em dois anos, e cujos exames finais abordavam as disciplinas de Matemática, Geografia, Economia Política, Direito Comercial, Prática das Principais Operações e Atos Comerciais. Este diploma legal alterou a denominação das “aulas práticas” para “aulas de comércio” (*Idem*, p. 41).

Segundo Schmidt (2000), uma das primeiras grandes manifestações da legislação foi a promulgação do Código Comercial, instituído pela lei nº 556, de 25 de junho de 1850, baseado nos Códigos de Portugal, França e Espanha, instituindo a obrigatoriedade da escrituração contábil e do levantamento do Balanço Geral para as empresas mercantis. Conforme Schmidt (*Idem*, p. 205), “o Código Comercial Brasileiro não normatizou os procedimentos contábeis, apenas determinou que as empresas deveriam seguir uma ordem uniforme de contabilidade e escrituração e a ter os livros necessários para esse fim”.

O reconhecimento oficial da Associação dos Guarda-Livros da Corte, fundada pelo Decreto Imperial nº 4.475 de 1870, representa um marco realizado em território brasileiro, pois caracteriza o reconhecimento dos profissionais liberais em nosso país (SILVA; MARTINS, 2009).

Schmidt (2000) ressalta que, após a Proclamação da República, uma série de eventos influenciou o desenvolvimento da contabilidade no Brasil. De acordo com o autor, a

Contabilidade foi evoluindo, acompanhando os avanços econômicos, financeiros e tecnológicos, aprimorando normas e procedimentos de acordo com as necessidades de seus usuários, ganhando mercado e importância na sociedade.

No final do século XIX, coube ao Grêmio dos Guarda-Livros de São Paulo a iniciativa de criar um curso regular que oficializasse a profissão contábil. Em 1902, foram criadas a Escola Prática de Comércio e a Fundação da Academia de Comércio do Rio de Janeiro. A partir de 1905, foram reconhecidos oficialmente os cursos de Guarda-Livros e de Perito-Contador, mantidos pela Escola Prática de Comércio. Em 1907, a instituição adotou a denominação de Escola de Comércio Álvares Penteado, em homenagem a um de seus fundadores e colaboradores (SCHMIDT, 2000).

Segundo Peleias e Bacci (2004, p.47):

As primeiras quatro décadas do século XX foram palco de ações relativas à exigência da assinatura do profissional contábil em livros e documentos das empresas, de novas ações governamentais que buscassem a padronização contábil, da equiparação de direitos em função da regulamentação exigida pelo novo cenário e da criação dos principais órgãos de classe da profissão contábil no País.

As primeiras alterações na regulamentação ocorreram em 1940, com os Decretos-Leis nºs. 2.416/40 e 2.627/40, com inovações significativas: o primeiro com normas sobre a Contabilidade Pública dos Estados e Municípios, determinando um modelo-padrão de balanço para as entidades públicas, e o segundo tratando das sociedades anônimas (SCHMIDT; SANTOS, 2008).

No ano de 1976, foi criada a Comissão de Valores Mobiliários, com o objetivo de disciplinar e fiscalizar as atividades das companhias abertas, estabelecendo critérios sobre relatórios e pareceres de auditoria, visando ao fortalecimento do mercado de capitais. No mesmo ano, a Lei 6.404/76 (chamada Lei das S.A.), criada para normatizar os princípios contábeis no Brasil e disciplinar as companhias abertas, sofreu grande influência norte-americana, havendo também importantes contribuições brasileiras, como a correção monetária e a reserva de lucros a realizar (SCHMIDT e SANTOS, 2008). Doupnik (*apud* Schmidt; Santos, 2008, p. 151) afirma que a “Lei das Sociedades Anônimas marcou uma nova fase na Contabilidade nacional”.

Em atendimento à necessidade da sociedade brasileira, buscando-se a padronização do processo contábil, foi publicada a Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Tal lei alterou as demonstrações financeiras obrigatórias, os critérios de avaliação de ativos e passivos, o

método de equivalência patrimonial e a inclusão das empresas de grande porte no escopo da Lei das Sociedades por Ações (*idem*, 2008, p. 157).

O objetivo geral e principal desta pesquisa é evidenciar as práticas contábeis do Colégio Conceição no século XIX. No intuito de atingir esse objetivo, segue um breve relato das práticas contábeis do século XIX, mediante livros contábeis estabelecidos pelo Código Comercial de 1850.

2.1.7 Práticas Contábeis do Século XIX no Brasil

A cultura contábil no Brasil, confirmada pelas pesquisas realizadas, teve influência fortemente europeia. A influência francesa parece ter decorrido da vinda de intelectuais na primeira metade do século XIX, trazidos por Dom João VI, assim como da chegada dos comerciantes que haviam fugido da França após a queda de Napoleão Bonaparte, embora disso não se tenha uma prova evidente (SÁ, 2010).

Com a chegada dos comerciantes, o comércio, um dos elementos indispensáveis para o progresso das nações, foi se desenvolvendo cada vez mais. As operações mercantis se tornaram cada vez mais variadas, e o sistema de partidas simples da época foi considerado insuficiente para registrá-las (CARNEIRO, 1894).

Com o alvará publicado em 1808, determinando a adoção do sistema de partidas dobradas e a promulgação do Código Comercial Brasileiro, em 1850, obrigando as empresas a manterem a escrituração contábil, pôde assim satisfazer as exigências do comércio do século XIX (PELEIAS; BACCI, 2004). Posteriormente, ele foi sendo sempre simplificado, no sentido de ser adaptado aos diferentes ramos de comércio, indústria e órgãos públicos, o que prova a excelência de seus princípios fundamentais (CARNEIRO, 1894).

Segundo a comprovação histórica, pode-se citar que a escrituração contábil de Dom Pedro II, segundo Imperador do Brasil, de 1840 a 1889, evidenciou, através do controle por centros de custos, um equilíbrio entre despesas e receitas, evitando o supérfluo e desperdício. Com o progresso de diversas ciências e da tecnologia, o Imperador pôde exigir demonstrações contábeis claras e precisas (SÁ, 2010).

Segundo Carneiro (1894), a escrituração de um estabelecimento comercial era realizada em dois livros principais, livro diário e razão; outros livros auxiliares também eram utilizados, como: conta corrente, caixa, borrador, etc., não havendo quase diferença em relação aos dias atuais. Destaca-se o “livro borrador”, que era utilizado como um livro

“rascunho”, conforme a Figura 1 (página 30) no qual constavam todas as operações mercantis detalhadamente. Através desses registros, era elaborado o diário, conforme a Figura 2 (página 31), o razão, conforme a Figura 3 (página 32), e os demais livros contábeis.

Figura 1 – Livro Borrador de 1º de dezembro de 1893.

— 126 —

Borrador

Dezembro 1º. de 1893

Bruno Lins e Raul Vaz formaram uma sociedade mercantil, por contracto que registraram na Junta Commercial, sob a firma Bruno Lins & C., para a exploração de diversos ramos de commercio, obrigando-se pelo capital de Rs. 90:000\$000, como abaixo se lhes debita:

Bruno Lins, c/cap. Sua parte no capital social que se obriga a realizar.....	Deve	50 000 000
----- " -----		
Raul Vaz, c/cap. Idem idem.....	Deve	40 000 000
----- 2 -----		
Bruno Lins, c/cap. O seguinte que entregou por conta de seu capital: Importe de mercadorias conforme a relação.....	Haver	21 427 000
----- " -----		
Raul Vaz, c/cap. Dinheiro.....	Haver	12 000 000

Fonte: Carneiro, 1894, p. 126.

Neste momento, cabe salientar que, conforme os documentos encontrados na Associação Antônio Vieira (ASAV), citados na metodologia da pesquisa, os jesuítas do Colégio Conceição também possuíam um livro caixa detalhado, que se poderiam comparar com o “borrador”, um dos livros contábeis da época.

Figura 2 – Livro Diário de 1º de dezembro de 1893.

— 127 —

Diario (l)

Porto Alegre 1º. de Dezembro de 1893

1	Diversos a Capital Rs. 90:000\$000. Importª. pela qual nos obrigamos pª. formação do capital de uma sociedade destinada a exploração de div ^{so} s. ramos de commercio, sob a firma Bruno Lins & C., conforme o contracto registrado na J ^{ta} . Commercial:		
2	Bruno Lins, c/cap. Sua parte no capital social.....	50 000 000	
3	Raul Vaz, c/cap. Idem, idem.....	40 000 000	90 000 000
	2		
	Diversos a Diversos Rs. 33:427\$000.		
4	Mercadorias — a B. Lins, c/cap. As que entregou por conta de seu capital	21 427 000	
5	Caixa — a Raul Vaz, c/cap. Dinº. que entregou..	12 000 000	
		<u>33 427 000</u>	
2	a Bruno Lins, c/cap. De Mercadorias.....	21 427 000	
3	a Raul Vaz, c/cap. De Caixa.....	12 000 000	33 427 000

Figura 5 – Balancete (modelo do século XIX).

Balancete de saldos em, (a data)					
Folio do Razão	Contas	Debito	Credito	Saldos	
				Debito	Credito
1	Capital.....		40 000 000		40 000 000
2	Caixa	71 000 000	69 000 000	2 000 000	
3	*Mercadorias	89 000 000	67 000 000	22 000 000	
4	Moveis.....	1 500 000		1 500 000	
5	Lettras a Receber....	10 000 000	5 000 000	5 000 000	
6	Lettras a Pagar.....	9 000 000	12 000 000		3 000 000
7	**Despezas Geraes ...	4 700 000		4 700 000	
8	**Felix da Costa (1)...	1 800 000		1 800 000	
9	Samuel Bastos.....	7 000 000	3 000 000	4 000 000	
10	Santos & Oliveira....	9 000 000	7 000 000	2 000 000	
11	Bernardo Lemos.....	3 000 000	3 000 000		
12	Dubois & C.....	4 500 000	1 500 000	3 000 000	
13	Jorge Mauro.....	2 600 000	4 000 000		1 400 000
14	Lucros & Perdas.....	1 400 000	2 100 000		700 000
15	*Juros & Descontos..	2 300 000	3 200 000		900 000
		216 800 000	216 800 000	46 000 000	46 000 000

Fonte: Carneiro, 1894, p. 109.

Após a transcrição dos lançamentos contábeis nos livros diário e razão, também eram elaboradas as Demonstrações Contábeis, entre as quais se pode citar o Balancete, conforme Figura 5 e a demonstração de Lucros & Perdas (página 34), com o objetivo de apurar o resultado, ou seja, a apuração do lucro ou prejuízo no período. Posteriormente, elaborava-se o Balanço Geral, conforme as Figuras 6A e 6B (páginas 34 e 35), sendo utilizadas como conferência e exatidão dos registros contábeis, servindo também como controle e orientação para os comerciantes em seus negócios (CARNEIRO, 1894).

Figura 6A – Lucros & Perdas e o Balanço Geral.

— 116 —

Demonstração da conta Lucros & Perdas

Debito		
Por saldo da conta		
Despesas Geraes.	4:700\$	
Por saldo da conta		
Felix da Costa. . .	1:800\$	6:500\$000
Credito		
Saldo conforme o ba-		
lancete	700\$	
Lucro da conta Mer-		
cadorias.	16:000\$	
Idem da de Juros &		
Descontos	900\$	17:600\$000
		11:100\$000

Seguindo, pois, os preceitos estabelecidos á pag. 107, organisaremos o balanço geral conforme o seguinte modelo:

—————

Balanço Geral do estabelecimento de Felix da Costa extrahido em , (a data).

Activo	
Mercadorias	
As que existem	38:000\$000
Caixa	
Dinheiro em cofre	2:000\$000
	40:000\$000

Figura 6B – Lucros & Perdas e o Balanço Geral.

— 117 —

Transporte		40:000\$000
Moveis		
Os que existem		1:500\$000
Lettras a Receber		
Existentes em carteira (1)		5:000\$000
Samuel Bastos		
Saldo de sua conta		4:000\$000
Santos & Oliveira		
Idem, idem		2:000\$000
Dubois & C.		
Idem, idem		3:000\$000
		<u>55:500\$000</u>
Passivo		
Lettras a Pagar		
Titulos em circulação (1)		3:000\$000
Jorge Mauro		
Saldo de sua conta		1:400\$000
Capital		
Primitivo	40:000\$	
Lucros deste anno	11:000\$	51:100\$000
		<u>55:500\$000</u>

O balanço que vimos de apresentar refere-se a uma casa pertencente a uma firma individual, em estado lisonjeiro.

Si em logar de lucros elle apresen-

(1) Citam-se todas as lettras.
 (2) " " " "

Conforme Carneiro (1894), os balanços eram organizados anualmente para as entidades de comércio em geral, incluindo as sociedades anônimas. Somente no caso de falência, dissolução da sociedade ou falecimento de um dos sócios apurava-se o balanço na época do fato ocorrido.

Recorde-se que, para o atingimento do objetivo geral deste trabalho, um dos objetivos específicos é relatar, com brevidade, a história dos jesuítas no Rio Grande do Sul, no século XIX, época da instalação do Colégio Conceição. Assim, a próxima seção apresenta um breve relato da história das missões jesuíticas no Brasil e Rio Grande do Sul e alguns aspectos econômicos dessa entidade religiosa.

2.2 JESUÍTAS NO BRASIL

Em 1549, desembarcaram em território brasileiro, na vila Pereira (posteriormente Vila Velha, que hoje faz parte de Salvador, Bahia), os primeiros jesuítas, juntamente com o primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza. O grupo era comandado pelo Padre Manoel da Nóbrega, e veio devido à solicitação de D. João III, que pediu a presença dos jesuítas em suas terras, preocupado não somente com as questões religiosas em Portugal, mas também com os projetos de colonização. Nóbrega trouxe consigo mais cinco membros da Companhia: os padres Leonardo Nunes, Antônio Pires, João de Azpilcueta Navarro, e os irmãos, que depois se ordenaram, Vicente Rodrigues e Diogo Jácome (LEITE, 1938).

Segundo Pena (2005), a vinda da Companhia de Jesus ao Brasil colônia foi de fundamental importância para a educação brasileira, pois o trabalho realizado por ela não se restringiu ao período colonial, estendendo-se até a atualidade, visando principalmente à formação cultural da sociedade brasileira.

A Companhia de Jesus, cujos membros são conhecidos como jesuítas, é uma ordem religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados por Ignácio de Loyola. Foi aprovada pelo Papa Paulo III no ano de 1540, e ficou conhecida principalmente por seu trabalho missionário e educacional (BOHNEN;ULLMANN, 1989).

Segundo Carvalho *et al.* (2008, p. 6):

A vinda da Companhia de Jesus ao Brasil colônia esteve relacionada com os propósitos do governo de Portugal. Naquele momento, os padres e sua missão facilitariam a implantação e manutenção do modelo econômico escravista-mercantilista e a divulgação da fé e dos valores cristãos.

Nos primeiros tempos, as missões jesuítas eram sustentadas conjuntamente pela Coroa e pela província jesuíta de Portugal. A princípio, esses recursos eram precários, dificultando, assim, sua ação missionária. As dificuldades eram várias. Nóbrega e seus companheiros da Companhia recebiam para seu sustento, 2\$500 (dois mil e quinhentos réis) ao todo por mês. O pagamento era realizado muitas vezes em ferro e gêneros alimentícios retirados nos armazéns reais. No entanto, não fornecia os recursos necessários para uma rápida expansão da ação missionária, desagradando a Coroa Portuguesa. Para dar continuidade ao seu projeto de colonização, o rei proferiu subsídios para os jesuítas, determinando a retirada de mantimentos em seus armazéns em Salvador para o sustento dos mesmos (LEITE, 1938).

A determinação de D. João III ao Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza, foi realizada através de carta, citada por Leite (1938, p. 33):

Ao Padre Manoel da Nóbrega, maioral dos Padres da Companhia de Jesus, dois mil e quatrocentos réis, por um quintal e vinte e cinco arráteis e quarta de ferro, a dois mil réis o quintal, que é o mantimento de seis padres da dita Companhia, a razão de quatrocentos réis cada um por mês.

Outra ordem, de 16 de janeiro de 1551, manda dar,

seis alqueires de farinha pela medida da terra e 12 canadas de vinagre e seis canadas de azeite pela medida do reino, que é a regra e mantimento que haviam de haver os seis Padres deste mês de janeiro de 1551. Outra Ordem manda dar vinho para as missas. (*Idem*)

As concessões feitas aos jesuítas eram o reconhecimento aos serviços prestados à Coroa Portuguesa. Os recursos concedidos eram vitais para o futuro da Ordem, indispensáveis à continuidade da prática religiosa. A Coroa tinha o cuidado de preservar os religiosos, os quais estavam alcançando êxito no caminho da colonização (ASSUNÇÃO, 2004).

Com a fundação do Colégio dos Meninos de Jesus, na Bahia, as necessidades aumentaram, tornando-se uma preocupação constante dos padres jesuítas. A solução proposta por Nóbrega foi a de aceitar terras cedidas pela Coroa, ou mesmo por administradores da Ordem, responsabilizando-se os padres da Companhia pelo seu monopólio e controle. No entanto, os jesuítas não poderiam acumular, além das atividades missionárias, de catequistas e de mestres, os encargos das atividades agrícolas. Para solucionar esse problema, foram enviados pela Coroa Portuguesa alguns escravos da Guiné para a manutenção do Colégio dos Meninos. Nóbrega tomou três para esses trabalhos. Sem dinheiro para pagar, pediu um prazo

de dois anos, ficando de fiador. Antes de concluído o prazo, o rei concedeu-lhe por esmola (LEITE, 1938).

Concomitantemente às doações e aos privilégios concedidos pela Coroa, a Companhia também obteve doações cada vez mais significativas oriundas dos fiéis. Cada nova residência, colégio ou outra instituição da Companhia de Jesus era financiada pela Coroa e normalmente era acrescida de novas dotações ao longo dos anos (ASSUNÇÃO, 2004).

Assunção (2004, p. 15) resume “os jesuítas demonstravam, em muitos momentos, uma eficiente administração dos negócios, controlando e gerenciando uma estrutura diversificada, que incluía o cultivo de terras, os canaviais, o controle dos trabalhadores assalariados e da mão de obra escrava, a compra de materiais para equipar as propriedades e o escoamento da produção, entre outras preocupações”. Pode-se afirmar que os religiosos mantinham um controle contábil rigoroso, devido a sua riqueza de seus registros.

Na América Portuguesa, estavam presentes em quase todo o território, de Norte a Sul e de Leste a Oeste. Possuíam casas e imensas propriedades de terra em praticamente todas as capitânicas. Cada colégio ou residência jesuítica possuía um universo de outras propriedades, cuja finalidade principal era prover financeiramente as obras da Companhia (LEITE, 1938).

As atividades desempenhadas pelos jesuítas no seu aspecto econômico, apesar de discutida e estudada por diversos especialistas e sua importância neste campo, constitui um tema pouco conhecido, “principalmente aquelas que evidenciam as práticas econômicas voltadas para a manutenção de residências e colégios jesuítas, alvo das acusações que deram ensejo à expulsão dos religiosos” (ASSUNÇÃO, 2004, p.18).

2.2.1 Casas, Colégios e Seminários

Segundo Carvalho *et al.* (2008), no início, os padres visitavam as aldeias e ensinavam as crianças a ler, a escrever, a contar e a doutrina cristã. Contudo, como o trabalho de conversão e a adaptação do indígena para a lavoura exigia sua presença para um treinamento cotidiano e continuado, empenharam-se em organizar aldeias para atrair o indígena da região:

Essas aldeias ficaram conhecidas como missões. As missões foram edificações construídas sob o comando dos jesuítas na selva brasileira, objetivando acolher os índios e cultivar o esplendor da arte e cultura europeia e o desenvolvimento urbano ainda não conhecido (*Idem*, p. 9).

Holler (2006) com o progressivo desenvolvimento dos núcleos urbanos que começaram a surgir, os colégios tornaram-se estabelecimentos para a formação dos brancos, com alguns estudos para os escravos negros, sem a presença dos índios. No Brasil colonial, os colégios jesuíticos eram praticamente a única possibilidade de ensino superior, com a expulsão esta desapareceu, sendo retomada no século XIX. Segundo o autor, no final do século XVII e no início do século XVIII, foram fundados alguns seminários que se diferenciavam dos colégios pelo regime de internato. Devido ao regime de internato, os alunos deveriam contribuir com uma taxa para sua manutenção, ao contrário do que ocorria nos colégios, que eram gratuitos.

Com os colégios e seminários, os jesuítas estabeleceram no Brasil uma importante rede de ensino em um período no qual não existia imprensa, circulação de livros ou universidades (ASSUNÇÃO, 2004).

2.2.2 Supressão

A expulsão dos jesuítas de Portugal e de todos os seus domínios pelo Marquês do Pombal, através da Lei de 3 setembro de 1759, destruiu completamente a organização educacional existente em terras brasileiras. A Lei de D. José I determinou que os jesuítas “foram havidos desnaturalizados e proscritos” e “expulsos de todo o país e seus domínios para neles mais não poderem entrar”. A Lei de 28 de agosto de 1787 determinou “a expulsão imediata da Companhia de Jesus”, assim como o Decreto de 28 de maio de 1834 (de autoria de Joaquim António de Aguiar) “extinguiu todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens regulares” (ASSUNÇÃO, 2004).

Do mesmo modo, “é disposto sobre o arrolamento e avaliação dos bens das associações ou casas religiosas, sendo de imediato declarados pertença do Estado os bens móveis e imóveis das casas ocupadas pelos jesuítas”. Esse diploma remete, ainda, para futura legislação sobre as relações do Estado português com as igrejas (a futura Lei da Separação), sem embargo de, desde logo, prever a sua apreciação pela próxima Assembleia Nacional Constituinte (Decreto de Expulsão dos Jesuítas, 3 de Setembro de 1759).

Essas leis rompiam com uma união de dois séculos entre a Companhia de Jesus e a Coroa Portuguesa, marcada por uma tumultuada relação de interesses entre o poder temporal e o poder espiritual (ASSUNÇÃO, 2004).

Entre os vários motivos para o rompimento inesperado entre a Ordem e a Coroa Portuguesa e para a perseguição dos jesuítas, mencionam-se: os inúmeros privilégios econômicos que a Coroa Portuguesa lhes proporcionava visando à colonização dos índios, a defesa da liberdade dos índios (e, ainda, acusados de utilizar o trabalho indígena para proveito próprio, inclusive na comercialização de bens produzidos pelos índios) e a posse de bens materiais, como terras, gado e escravos, livres da obrigação de impostos, até mesmo de produtos que vinham de Portugal, despertando a atenção da Coroa. Com o passar dos anos, a Companhia de Jesus já havia acumulado um grande número de propriedades e garantido sua independência econômica, o que comprometia as finanças do Estado, refletindo no âmbito político e incomodava a Coroa e os moradores (ASSUNÇÃO, 2004).

A atuação dos religiosos nas terras portuguesas sempre foi alvo de crítica de opositores, que se multiplicaram no decorrer dos anos. Foram dois séculos repletos de glórias e de sofrimento. Perseguições acompanharam os jesuítas desde o início de sua história, cujos inúmeros serviços prestados à nação, desde o governo de D. João III, são incontestáveis. A maior prova de todas as que se viram submetidos foi, sem dúvida, a supressão, em 1773, posteriormente restaurada em 1814 (BOHNEN; ULLMANN, 1989).

Pode-se observar que talvez não haja no mundo outro país onde se tenham feito sentir mais dolorosamente as consequências da expulsão dos jesuítas do que precisamente no Brasil. Esse ato marcou o fim de uma etapa educadora e mesmo unificadora da Companhia de Jesus na terra de Santa Cruz, como escreveu o Barão de Rio Branco. Conforme Lutterbeck (1977, p.10):

Não se pode negar que os jesuítas prestaram à terra brasileira os maiores serviços. A colonização da América Portuguesa nos séculos XVI e XVII é em sua maior parte obra dos jesuítas. Como missionários civilizaram eles milhares de índios, e pelo trabalho dedicado à raça indígena tomaram parte importante na evolução do povo brasileiro. Sempre foram os advogados da liberdade dos índios e os educadores da juventude brasileira. O Brasil deve às escolas dos jesuítas praticamente todos os grandes nomes da sua história literária desde o século XVI até o século XVII.

2.3 JESUÍTAS NO RIO GRANDE DO SUL: CHEGADA À COLÔNIA ALEMÃ DE SÃO LEOPOLDO

Segundo Gusmão (1911), os jesuítas foram os primeiros a penetrar no Rio Grande do Sul, fundaram a primeira redução jesuítica na cidade de São Miguel das Missões, quase na divisa com a Argentina, no ano de 1687. Segundo a mesma autora, os índios guaranis foram

os escolhidos pelos jesuítas para sua catequização. Foram 200 anos de muito trabalho, guerras e pregações para construir verdadeiras cidades, com igrejas, indústrias, hospital, escolas, todas dirigidas com muita sabedoria e rigidez pelos jesuítas.

Campos Júnior (1909) menciona que os padres jesuítas administravam a organização muito rigorosamente, sob a doutrina da Igreja Católica. Os impostos eram pagos ao governo espanhol. Possuíam a formação de um exército para defender-se da expansão portuguesa, dominar as rebeliões e lutar contra os bandeirantes. A inveja era tanta da parte de portugueses e de outros povos europeus que pressionaram os espanhóis a desentenderem-se com os padres jesuítas. Os espanhóis trocaram a Colônia do Sacramento, que era dos portugueses, pelos Sete Povos das Missões, de domínio espanhol.

Após a restauração das atividades da Companhia de Jesus, em 1814, por Pio VII, os primeiros jesuítas que chegaram ao Rio Grande do Sul representavam a província espanhola. “Impossibilitados de trabalhar na Argentina, com a expulsão da Ordem decretada pelo General Juan Manoel Rosas, em 1842, e não encontrando condições de trabalho apostólico no Rio de Janeiro, devido à oposição aos jesuítas, foram mandados ao sul do Brasil para desenvolver a religião católica entre os grupos imigrados da Europa e os grupos nativos pouco afeitos às práticas religiosas” (MONTEIRO, 2011, p. 102).

O Presidente da Província, Saturnino de Souza e Oliveira, pediu a Dom Manoel, Bispo do Rio de Janeiro, padres para atenderem de modo especial as zonas rurais. Dom Manoel, conhecendo que a precária situação religiosa da Província do Rio Grande se agravava com a Revolução Farroupilha, cedeu à solicitação. Este, por sua vez, já olhava os jesuítas com simpatia, de tal maneira que lhes ofereceu uma cátedra no Seminário e uma capelania, deu todas as licenças possíveis aos jesuítas quando rumaram para o sul (BOHNEN;ULLMANN, 1989).

À Capital da Província chegaram, em 15 de novembro de 1842, após três meses de viagem. A primeira residência brasileira da Companhia de Jesus em Porto Alegre foi uma casa alugada. Foi a partir dessa sede que, nos primeiros anos, se organizaram diversas expedições de missionários dirigidos para o interior da Província Gaúcha (RABUSKE, 1988).

Antes de pregarem missões populares na Colônia Alemã de São Leopoldo, os padres espanhóis fizeram várias outras expedições missionárias, percorrendo algumas paróquias, como Viamão, Aldeia dos Anjos (hoje Gravataí), Santo Antônio da Patrulha, Santa Cristina do Pinhal, Miraguaia, Conceição da Serra, Torres, Maquiné, São Francisco de Paula, Mostardas, São José do Norte, entre outras (BOHNEN; ULLMANN, 1989).

A população da Colônia Alemã de São Leopoldo contava, em 1844, com cerca de 5.250 habitantes. Os colonos estavam desejosos de ter permanentemente um padre consigo. No entanto, os protestantes, mais numerosos, eram assistidos desde 1824 por pastores (BOHNEN; ULLMANN, 1989).

Desta forma, veio em 1858 a ajuda solicitada, sendo na pessoa do Pe. Miguel Kellner, S. J., do Pe. Bonifácio Klüber, S. J. e do Irmão Franciscano Ruhkamp, S. J. Depois de estagiar meio ano em Dois Irmãos, o Pe. Klüber foi feito pároco provisório da Vila de São Leopoldo em 1859 (RABUSKE, 1988, p. 8).

Quanto à situação educacional, conforme Rabuske (1988, p. 9-10), em uma carta escrita pelo Pe. Klüber, este fala sobre sua preocupação com a missão jesuíta a um confrade da Europa:

No que tange ao temporal e à fortuna, os nossos colonos católicos em geral se apresentam inferiores aos protestantes, que são mais numerosos, mais ricos e quase em toda parte estão à frente das povoações (do interior colonial). Procede isso do fato que os católicos que vêm para cá serem pobres quase todos eles. Mas, se os nossos correligionários não se afiguram com o suor de seu rosto, colhem não obstante isso o suficiente para a subsistência de suas famílias e não têm neste sentido maiores preocupações. Uma só coisa, e esta bem sensível, turva amargamente aqueles que refletem sobre essa felicidade terrestre: é a ausência de escolas alemãs, em que seus filhos possam receber uma educação cristã-católica, e vem a ser outrossim a privação dos consolos e socorros religiosos, a partir de sacerdotes. Mais tardando a vinda de socorro a estes abandonados, há risco de se verem surgir aqui, na colônia, hordas de selvagens alemães, piores e mais viciadas do que centros de selvagens brasis. Muito espero que eu mesmo um dia, com a ajuda de Deus e a permissão dos meus superiores, possa fechar essa lacuna deplorável e fundar essa obra de caridade espiritual para os nossos patriotas.

Posteriormente, já pelo fim de sua longa jornada, logo depois de suas primeiras missões populares, o Pe. Klüber já havia organizado três escolinhas, para as quais escolhera como mestres os três colonos entre os mais instruídos (*Idem*).

Segundo Bohnen e Ullmann (1989), a expulsão dos jesuítas da Espanha e, depois, da Argentina, fez com que outras partes do mundo, especificamente no caso do Sul do Brasil, fossem cumuladas com os benefícios da presença dos jesuítas. A passagem meteórica dos jesuítas espanhóis preparou o terreno para a vinda dos jesuítas alemães, com uma obra cujos frutos ainda hoje são colhidos não apenas no âmbito religioso, mas também no âmbito educacional.

2.4 ESTUDOS RELACIONADOS AO TEMA

Buscou-se identificar na literatura trabalhos relacionados com o tema em estudo. Verificou-se que, na Espanha, desenvolvem-se muitos trabalhos deste tipo, seja sobre práticas contábeis em Ordens Religiosas, seja sobre antigas práticas contábeis em outras instituições. O Quadro 1, a seguir, apresenta um resumo dos trabalhos encontrados.

Quadro 1 – Estudos internacionais sobre as práticas contábeis em ordens religiosas nos séculos XV a XIX

Publicação	Título do estudo	Autor
2000	La propiedad inmobiliaria de los Conventos femeninos madrileños en el siglo XVIII.	SORIANO, C. T.
2001	Iglesia, Empresa Y Contabilidad: El Convento Franciscano de San Antonio 1670-1693 (Cuevas de Almanzora Almería).	GÓMEZ, D.; D.; SIERRA, F. J. C.
2004	La Actividad Financiera Del Monasterio de Silos En El Monasterio de Silos En El Siglo XVIII a La Luz de Sus Libros de Cuentas.	MATÉ, L. S.; BEGOÑA, M. P.; TÚA PEREDA J.
2005	El mayordomo y la contabilidad parroquial. Control y rendición de cuentas. Villa de Agüimes 1730 – 1830	CALVO, M. C.; CASTRO, C. P.;
2006	El caso de un Inventario de Cosecha de Los Terrenos Del Marques Don Rodrigo de Vivar de Mendoza, Presentado en Árabe para La Auditoria Real Durante El Siglo XV.	AHMEDH, N. K.
2007	Los Flujos de Efectivo En Una Economía Monástica. Estudio Del Arca La Comunidad Del Monasterio de Santa Maria La Real de Oseira (1614-1698)	GALLEGO, E. R.; RIVERO, D. F.; RAMOS, A. S.
2010	Contribución de Los Monasterios Benedictinos de La Congregación de San Benito de Valladolid a La Hacienda Real de Castilla, a La Luz de Algunos de Sus Registros Contables. Época Moderna	MATÉ, L. S.; BEGOÑA, M. P.; TÚA, J. P.
2011	El Régimen Administrativo Y Contable Del Hospital De Caridad De La Coruña En El Siglo XVIII	SALVADOR, M ^o . D. M.; RUIZ, F. C. L.

Fonte: Organizado pela autora.

No estudo de Soriano (2000), analisa-se a propriedade do estabelecimento eclesiástico da Idade Moderna, com o objetivo de conhecer profundamente as estruturas econômicas de um grupo privilegiado. Nesse artigo, aborda-se o caso concreto da propriedade imobiliária dos conventos femininos na Madri do século XVIII. Para isso, contou com uma fonte excelente, a *Planimetria General de Madri* (cadastro urbano com a descrição e a estrutura de cada propriedade, com intuito de renovar o sistema fiscal), e a visita ao centro da cidade iniciada em 1750. Junto a isso, as próprias fontes contábeis de vários conventos femininos ajudam a compreender a transformação das economias conventuais no século XVIII e seu vínculo estreito com a aquisição de casas em Madrid.

Nessa breve revisão, constataram-se alguns fatos importantes: o primeiro é a escala, muitas vezes superestimada e criticada, a presença da propriedade de clero regular no panorama urbanístico madrileno. A ocupação do espaço era muito ampla, pela quantidade de conventos situados na cidade, mas o processo de amortização da propriedade não foi tão sobrecarregado como em outras cidades espanholas. Dentro desse grupo, as religiosas ocupam um lugar muito secundário e distante de seus homólogos masculinos, mas a representatividade da renda urbana nas fazendas comunitárias não tinha um lugar secundário.

O objetivo das religiosas com seus investimentos eram a perpetuação e a segurança da renda, não tanto na rentabilidade, e, sobretudo, a busca de uma saída para a crise no sistema de crédito, esgotado no século XVII e condicionado pela baixa dos grupos de interesse em 1705. Por isso, muitas comunidades optaram pela transformação paulatina e, em algumas ocasiões, quase total de sua fazenda, substituindo censos e juros por locações urbanas, como fizeram Santa Catalina e Santa Clara, a primeira de muitas propriedades e a segunda com menos casas, mas em zonas centrais mais rentáveis. Outras, como as Maravillas, mantiveram um equilíbrio entre os dois tipos de renda. Por último, um amplo conjunto de conventos, como Los Angeles ou Santa Teresa, seguiu vinculado às fontes tradicionais de entradas (pagamentos e valores recebidos), condicionados pelos seus patrimônios institucionais, embora também tivessem apostado nos investimentos urbanos que completaram as entradas instáveis e inconstantes procedentes da renda fixa.

No trabalho de Gómez e Sierra (2001), foi realizada uma análise histórica, contábil e econômica do Convento Franciscano de San Antonio entre 1670 e 1693. Segundo os autores, a partir das análises realizadas, o trabalho pode ser resumido no seguinte ponto: a função mais importante da Contabilidade é servir como mecanismo de controle de seus recursos, a fim de permitir a sobrevivência da comunidade. A partir dessa perspectiva, era utilizado o *Livro de Contas*, no qual realizavam essas operações. Esses registros eram projetados para controlar as receitas e despesas e prestar contas periodicamente aos Superiores da Província Franciscana, através de balanços mensais e anuais, mostrando a capacidade de uma contabilidade simples como uma ferramenta útil para gerenciar o convento.

Com relação às receitas recebidas e despesas pagas, conforme organograma apresentado no estudo, eram provenientes de missas, enterros, vendas de produtos agrícolas e esmolas, as quais eram utilizadas para a manutenção dos serviços eclesiásticos, do convento e da comunidade. Por fim, os recursos utilizados pelo Convento Franciscano de San Antonio para gerenciar suas receitas e despesas não eram mecanismos avançados, ainda que eficientes no atendimento de suas necessidades de informação, como o controle de gastos.

Maté, Begoña e Túa Pereda (2004) exploram as características dos mosteiros beneditinos em relação a sua atividade econômica. Em particular, estudaram o caso do Mosteiro de Silos, no período de 1665 a 1835, através do *Livro de Contas*, permitindo a análise, a quantificação e a interpretação de tal atividade. Podem-se extrair conclusões sobre a importância absoluta e relativa disso no conjunto de donativos que contribuíram para o desenvolvimento econômico do Monastério e de seu ambiente social durante o período.

Para isso, em primeiro lugar, analisou-se a principal operação financeira vinculada a uma boa parte da propriedade laica livre, que foi a concessão e liberação de créditos hipotecários mediante contratos. Essa informação foi obtida dos registros do *Livro de Contrato* e suas correspondentes escrituras públicas notariais conservadas no Arquivo. Igualmente, e com o propósito de determinar a contribuição e a representatividade dessa atividade financeira sobre o total de rendas do Monastério, estudaram-se os diferentes tipos de entradas existentes, tanto as procedentes da administração e gestão econômica dos bens das propriedades do Monastério (rendas dos contratos, rendas das terras cedidas em exploração e produtos de terras e ganhos obtidos mediante a exploração direta) quanto as procedentes de sua condição eclesiástica e atividade religiosa (dízimos, sacristia e extraordinários).

Essa análise se efetuou a partir dos registros e anotações nos *Livros de Administração e Depósito*. Por último, depois da revisão dos *Livros de Conselho*, argumentam-se as razões que poderiam justificar a permanência da atividade financeira nesta Instituição eclesiástica, assim como as causas que explicariam a necessidade de endividamento dos camponeses.

De acordo com o resultado da pesquisa, os autores puderam chegar a algumas conclusões, dentre elas: o capital a contrato do que dispôs o Monastério sofreu uma variação positiva ao longo do período analisado, incrementando-se com novas entradas de efetivo procedentes de dotações para memoriais e de cânones conseguidos mediante pleito pelo domínio útil de uma fazenda em Madrid.

Observaram a escassa rotação de capital, por conduzir os pequenos agricultores da região a sucessivas renovações dos contratos antes de ser redimidos. Os camponeses e seus herdeiros, devedores de pequenas quantidades a crédito, mantinham seu endividamento durante longos períodos, o que pode ser devido às épocas de escassez e más colheitas.

Essa última época corresponde à aparição de novos contratantes, com uma maior capacidade de endividamento. Ao dispor o Monastério de mais efetivo, procedente dos contratos enfiteúticos, buscaram-se novos mercados onde empregá-lo. Os contratos constituíam operações rentáveis para aqueles que dispunham de dinheiro efetivo, como era o caso dos

monges de Silos, inclusive na época do final do século, na qual suas rendas se viram diminuídas, apesar de não terem reduzido os juros pactuados.

Por outra parte, a partir da elevada concentração dos ingressos procedentes da exploração agropecuária do Monastério, sempre dependentes do valor e do volume das colheitas, igual aos dízimos, pode-se aconselhar a diversificação da atividade econômica e, em consequência, a manutenção da atividade creditícia, com o fim de estabelecer soluções econômicas para as épocas de crise que permitissem manter os vínculos de forma permanente. A atividade creditícia proporcionou, em todo momento, rendas similares às procedentes de sua capacidade arrecadatória por sua condição eclesiástica.

Calvo e Castro (2005), em seu trabalho, analisaram o papel do administrador do ponto de vista econômico-contábil na instituição paroquial de Villa de Agüimes, na ilha de Gran Canária, durante o período de 1730 a 1830.

A instituição paroquial é de fundamental importância na história da Igreja, como fonte geradora de documentos nos meados do século XVI, com as regras estabelecidas pelo Concílio de Trento, celebrado entre 1543 e 1562, ao se legislar diversos capítulos sobre a vida e a atividade paroquial. Essa circunstância implica que a paróquia seja fonte de produção documental, sendo que essa documentação encontra-se arquivada e é um patrimônio de cada paróquia.

O responsável máximo da administração econômica da paróquia era o administrador, figura responsável pela instituição no controle de bens, receitas e despesas. As movimentações de todos os registros contábeis eram lançadas por um escrivão no *Livro de Contas de Fábrica*, as quais eram periodicamente revisadas pelo bispo ou por pessoa designada, que emitia um parecer sobre elas e determinava uma série de mandatos econômico-contábeis próprios para cada paróquia. De acordo com os registros, trata-se de uma contabilidade privada conduzida pelo administrador, cujo propósito era conhecer o andamento das operações de entradas e saídas da paróquia, assim como o de preparar a prestação de contas aos proprietários dos bens administrados.

Considera-se que a função do administrador pode se agrupar em dois aspectos importantes e paralelos, embora obviamente com interações entre si. O primeiro aspecto seria o controle das propriedades, dos gastos e a realização dos pagamentos. O segundo seria a manutenção da contabilidade da paróquia e dos livros relacionados a ela, como o *Livro de relações de tributos*, o *Livro de cobranças* (livro do arrendador), o *Livro de apontamentos* (livro de rascunho) e o *Livro de recibos e de pagamentos* (livro de fluxo de caixa).

Quando o administrador deixava seu cargo e o passava a outra pessoa, devia elaborar um inventário dos bens pertencentes à Igreja, relatando o estado em que se encontravam. Esse inventário oferecia um levantamento dos bens que a paróquia possuía, mas não estava avaliado, pois o que se pretendia com ele era, simplesmente, deixar registrados os bens que recebia o novo administrador, de forma que tivesse que responder por eles quando expirasse o seu prazo e o outro administrador assumisse o posto. Por fim, observa-se que a paróquia de Agüimes, durante o período estudado, gozava de uma grande regularidade nas suas contas de receitas e despesas.

Na dissertação de Ahmedh (2006), a ideia do estudo era investigar a maneira como os andaluzes levavam as suas contas e se tiveram alguma influência nesse campo de conhecimento. A autora afirma, em seu estudo, que se tratou de um império que teve uma prosperidade econômica memorável e, seguramente, estes teriam algum sistema contábil para manejar suas contas. Porém, durante o estudo, tal ideia foi refutada pela realidade descoberta no processo de investigação que tomou partido da única fonte encontrada depois de uma longa revisão arquivística. Assim, analisa-se nesse trabalho um livro de inventário com a esperança de poder aportar uma leve luz sobre o método contábil usado pelos mouriscos (espanhóis muçulmanos) na Espanha. Dessa forma, o trabalho de Ahmedh (*Idem*) se embasou na análise do livro de colheita do Marquês Dom Rodrigo de Vivar de Mendonza, Marquês de Cenete y Cid de Valência. O livro estava escrito em árabe e foi o único documento encontrado relativo à contabilidade mourisca.

No estudo de Gallego, Rivero e Ramos (2007), a pesquisa realizada teve o objetivo de reconstruir as origens e aplicações de caixa geradas pela atividade econômica do Mosteiro de Santa Maria La Real de Oseira no século XVII (1614-1698), a partir das anotações de natureza monetária contidas nos livros dos estados da abadia. Com base em diversas fontes documentais, foram capazes de descrever e interpretar o modelo contábil desenvolvido em seus três componentes significativos (regulamentação das práticas contábeis, mecanismos de acompanhamento e controle).

Quanto aos procedimentos de método e de Contabilidade, o estudo desses documentos mostra que, no Mosteiro, a Contabilidade era regida por um regime de caixa, adequando-se às necessidades de seus usuários. Observou-se um claro objetivo de controlar a conduta dos monges responsáveis pela recepção, entrega e gestão dos bens confiados a eles.

Conforme análise dos registros, o Mosteiro mostrou um elevado nível de informações detalhadas sobre as origens e aplicações de fluxos de caixa gerados por sua atividade econômica. Essa, por sua vez, baseava-se em receitas provenientes de atividade agrícola

(vinho e cereais), sendo que as despesas foram para a manutenção do serviço comunitário e pessoal, a preservação do seu patrimônio e outras atividades de caridade. Muitas vezes, despesas eram pagas com os próprios produtos de sua atividade agrícola, assim utilizados também como pagamento para *Media Anata* (imposto eclesiástico cobrado para o Papa e cujo pagamento era realizado a cada dois anos).

Em relação à situação financeira do Mosteiro, avaliada em termos de fluxos de caixa, foi analisado o período de 1614 a 1698, conforme livros dos estados da abadia. Através de gráficos, foram verificadas variadas flutuações periódicas tanto das receitas quanto das despesas. Constatou-se uma forte queda de receitas de 1617 em relação a 1620 e, a partir de 1650, houve um crescimento constante tanto das receitas quanto das despesas, não havendo diferenças significativas no período analisado.

No entanto, de 1671 a 1674, conforme análise, verificaram-se os melhores anos de receitas em comparação com as despesas do mesmo período. Já nos anos de 1689 a 1692, obteve-se um declínio das receitas, havendo um problema de liquidez em seu fluxo de caixa. Após essa data, houve uma recuperação sustentada até o final do século. Segundo os próprios autores, acredita-se que essas oscilações não correspondem a aumento ou diminuição das receitas, mas devem estar relacionadas com o comportamento dos preços dos produtos agrícolas, fonte de sustentabilidade do Mosteiro de Santa Maria La Real.

O estudo também mostra que, conforme as anotações relativas ao depósito e pagamento da *Media Anata*, houve certa irregularidade no procedimento de registro. No entanto, além do aspecto meramente documental, a informação que se deriva dos apontamentos contábeis não só permite reconstruir a gestão deste eclesiástico, mas também evidencia a desordem monetária que caracterizou o período.

Maté, Begoña e Túa Pereda (2010), em seu artigo, apresentam um panorama fiscal dos séculos XVII ao XIX sob o ponto de vista institucional da Fazenda Pública, o qual se concentra na forma de contribuição do estamento (grupo de pessoas da mesma classe) eclesiástico em geral e dos Monastérios da Congregação de São Benito de Valladolid em particular.

De acordo com a documentação contábil pertencente a esses monastérios, esta se encontrava regulada por normas contidas nas constituições da congregação. Foram analisados seus registros contábeis e sua vinculação com as diferentes partidas que afetaram as relações Igreja/Estado. A confluência de ambas as partes conduz o conjunto de conclusões a refletir sobre a utilidade da informação contábil nos Monastérios Beneditinos para justificar sua contribuição econômica à sociedade e poder, assim, negociar as petições de fundos que se

requeriam por parte do Estado, tratando de preservar os privilégios e bens adquiridos e seguir intervindo na vida econômica dessas entidades.

O estudo sobre a contribuição dos Monastérios Beneditinos de Valladolid permitiu quantificar as rendas totais da congregação e as contribuições eclesiásticas totais da Coroa, as quantidades por eles ingressadas tanto de forma ordinária como subsídio, reserva, impostos sobre gêneros alimentícios, e, de forma extraordinária, como donativos requeridos regularmente para atender às contínuas e diversas necessidades de financiamento, tais como guerras, casamento de herdeiras, entre outras.

A análise das fontes primárias permitiu aos autores reafirmar a ideia de que, durante a época moderna, com relação aos monastérios mencionados, o Estado não fez nada para minuar a acumulação de bens monásticos, mas sim realizou uma importante atividade para desviá-los mediante diferentes e importantes contribuições dessas instituições eclesiásticas à Fazenda Real. Em geral, existe evidência sobre como os monastérios beneditinos contribuíram de forma significativa com a Fazenda Pública, ainda que não tenham mostrado aceitá-lo de bom grado.

O desacordo em relação aos tributos ordinários de subsídios e reservas, tanto das quantidades impostas quanto da forma realizada por parte dos eclesiásticos, destacou-se em diferentes ocasiões. Assim, elaboraram-se, desde a sede da congregação, extensas cartas de contestação às suas Majestades respectivas, nas quais, por um lado, se dava conta dos estados dos monastérios e da escassez, da miséria, da indigência e da necessidade com que viviam os monges beneditinos e, por outro lado, solicitava-se a incorporação de seus superiores nos repartimentos que se designavam a partir dos eclesiásticos.

O trabalho realizado por Salvador e Ruiz (2011) teve como objetivo analisar o método de gestão e contabilidade utilizado pelo Hospital de Caridade de La Coruña, no século XVIII, através do estudo das constituições aplicáveis, do livro principal das contas e de outros documentos relacionados com a administração do hospital.

De acordo com o modelo organizacional dirigido à gestão econômico-contábil da instituição, verificam-se algumas figuras, tais como os encarregados do hospital e os comissionados, que prestavam contas perante a Junta do Hospital. Suas principais funções eram: velar pelo cumprimento do disposto nas Constituições e do tratado com a Junta; verificar, a cada seis meses, o caixa da tesouraria e os papéis de secretaria e contadoria; visitar, a cada ano, as posses do Hospital; entregar o livro de cobrança, juntamente com os seus respectivos recibos, para o cobrador, e, também, uma vez que estes valores fossem cobrados, entregar ao tesoureiro, que anotava os recibos expedidos por este a favor do

hospital; passar mensalmente ao contador a relação de capital financeiro recebido pelo tesoureiro; propor à Junta do Hospital as obras a realizar na igreja e no hospital.

Para o contador, delegava-se a responsabilidade de tomar conta da documentação contábil (recibos) para a elaboração de relatórios contábeis e a prestação de contas ao público. Fazia parte do órgão de controle interno das contas do hospital e, juntamente com o tesoureiro, era responsável por garantir que todas as contas fossem passadas para o livro principal.

Suas principais atividades eram: informar o tesoureiro das receitas e contas a receber; fazer o levantamento de posses e bens do Hospital, incluindo heranças e direitos futuros nos quais constem as rendas cobradas e pagas pelo Hospital, assim como pendências de cobranças; registrar no *Livro de Efeito* as rendas não cobradas; informar o tesoureiro das rendas e saídas a cobrar; fazer o inventário dos efeitos e dos bens da Igreja e da sacristia; no final de cada mês, levantar o relatório com os registros contábeis para seus usuários; conservar livros e documentos de sua responsabilidade em ordem.

Em seguida há uma referência à figura do tesoureiro, cujas principais atividades eram: receber aluguéis e doações, efetuar os pagamentos, encaminhar para o encarregado ou administrador do hospital os custos mensais e informar a relação dos devedores para os responsáveis, a fim de efetuar a cobrança.

Em relação ao método contábil empregado, essa entidade beneficente se regia pelo critério de caixa e utilizava o método de “cargos e notas” na elaboração das contas com pessoas que manejavam o capital financeiro do hospital. O livro principal recolhia todas as cobranças e pagamentos realizados pelo tesoureiro da entidade beneficente, assim como a prova de sua revisão.

Por fim, pelo método utilizado no livro principal e pelas informações que continham outros documentos que se pôde analisar, mostra-se uma visão incompleta da situação patrimonial ao refletir exclusivamente movimentos de tesouraria, os quais, por outra parte, podiam representar informação suficiente para os destinatários da entidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de responder ao problema proposto, este capítulo descreve os procedimentos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa. Segundo Lopes (2006), uma pesquisa científica pode ser realizada de diversas formas e deve cumprir diferentes etapas, com o objetivo de atingir determinado fim, de modo que a investigação seja organizada, segura, prática e verdadeira.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Conforme Silva e Menezes (2001), as pesquisas podem ser classificadas quanto à forma de abordagem do problema, aos objetivos e aos procedimentos técnicos.

Nesta pesquisa, o problema é abordado de forma qualitativa, na medida em que se buscou respondê-lo através de fontes orais, bibliográficas e documentais (GIL, 1999). Para Godoy (1995), na pesquisa qualitativa, os documentos, em geral, constituem fontes de dados significativos. Dessa forma, optou-se pelo estudo de caso, tendo em vista que este ofereceu através de várias fontes de pesquisa, inclusive entrevistas informais, condições para se buscarem informações sobre a trajetória do Colégio Conceição no século XIX e suas práticas contábeis.

Em função de seus objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, haja vista as práticas contábeis adotadas pelo Colégio Conceição – objeto deste estudo –, que foram observadas, analisadas e interpretadas, não havendo interferência do pesquisador sobre as variáveis (ANDRADE, 2003).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa é classificada como estudo de caso. Segundo Gil (1999), o estudo se caracteriza por ser profundo e exaustivo, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. É levada em consideração, principalmente, a compreensão, como um todo, do assunto investigado.

O estudo de caso requer a utilização de múltiplos procedimentos de coletas de dados. Tais dados, coletados em entrevistas, devem ser contrastados com dados obtidos mediante observações ou análise documental (GIL, 1999). Neste caso, foram utilizadas várias fontes de pesquisa e entrevistas informais para atingirmos nosso objetivo principal de descrever as

principais práticas contábeis e organizacionais do Colégio Conceição na segunda metade do século XIX.

Yin (2001) explica que o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas da pesquisa.

3.2 UNIDADE DE ANÁLISE

Tem-se como unidade de análise o Colégio Conceição, em São Leopoldo/RS, onde foram pesquisadas as práticas contábeis desenvolvidas no século XIX.

3.3 COLETA DE DADOS

Para a coleta, a organização e a sistematização dos dados, procurou-se localizar as fontes documentais necessárias para a pesquisa, sem, no entanto, haver uma preocupação imediata com a análise propriamente dita. Conforme Pimentel (2001), as categorias de análise dependem do material coletado, devendo este, então, ser encontrado. Nesse processo, geralmente, um documento remete o pesquisador à procura de outros documentos. Assim, efetuou-se o mapeamento dos documentos, identificando-os com sua respectiva localização.

Primeiramente, iniciou-se a busca de documentação no Memorial Jesuíta Unisinos, localizado na cidade de Porto Alegre/RS, em um acervo composto por obras editadas entre os séculos XV e XX, cuja guarda e responsabilidade foram confiadas à Associação Antônio Vieira (ASAV), instituição beneficente e assistencial, sem fins lucrativos, sob a orientação da Companhia de Jesus.

Diversos documentos foram encontrados na Associação, entre eles alguns sem datação, escritos em alemão e latim, portanto, com uma grande dificuldade de tradução e análise. Na vasta documentação, havia diversos manuscritos acerca do Colégio Conceição, traduzidos pelo jesuíta e biógrafo Arthur Rabuske, S. J. Devido à debilidade do material, descoberto sem uma sequência cronológica, foi necessário apoderar-se de um norte. Localizou-se, então, a obra de Bohnen e Ullmann (1989), que relata a história do Colégio Conceição, desde o seu início, em 1869, até o ano de 1912, quando se cerraram suas portas. A

obra permitiu a organização do estudo da documentação descoberta, tornando-se praticamente o ponto de partida da pesquisa.

Com base nos relatos destes autores, organizaram-se os documentos e, posteriormente, o levantamento histórico do Colégio Conceição. Cabe ressaltar que, devido à má conservação do material, nem tudo foi possível traduzir, não sendo, portanto, utilizados todos os dados coletados. Além disso, foram empregados materiais originais da época, relatórios anuais de matrículas, regulamentos, programas de ensino, panfletos, convites de formatura, premiações e fotos da época. Ressalta-se que algumas fotos foram obtidas no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, localizado na cidade de São Leopoldo/RS.

Também é importante destacar o material encontrado no Instituto Anchietano de Pesquisas, também na cidade de São Leopoldo/RS, onde foi encontrado o Regulamento do Colégio Conceição, constando também os nomes dos alunos matriculados no ano. Cabe ressaltar que esse documento pode ser considerado como uma “caderneta dos alunos”, provavelmente entregue no início do ano letivo.

Importa destacar que a pesquisa também foi guiada, muitas vezes, a partir de elementos obtidos em entrevistas informais com diversos religiosos jesuítas. Em uma destas entrevistas, com Pe. Pedro Ignácio Schmitz, encontrou-se um catálogo da província alemã instalada no Brasil, no qual constam os nomes de toda a comunidade dos jesuítas do Colégio Conceição, padres, estudantes e irmãos, e as atividades que cada um desempenhava dentro da instituição no ano de 1885. Com esse catálogo, foi possível a elaboração da Estrutura Organizacional da Instituição.

Após alguns meses de pesquisa, localizou-se um manuscrito na Biblioteca da Unisinos, em São Leopoldo/RS, cujo local ainda não está disponível para visita pública, haja visto encontrar-se em fase de organização dos documentos. Com ajuda da funcionária Janaína Silva, Assistente Administrativa do Acervo Documental e de Pesquisa – ADOP Memorial Jesuíta da Biblioteca da Unisinos, foi possível consultar o manuscrito do autor Arthur Rabuske, S. J., com mais de 300 páginas (não publicado), o qual foi de grande valia para a pesquisa. Ele traz informações sobre a história do Colégio Conceição de forma detalhada, sendo utilizado também nas análises financeiras da instituição.

O problema central da pesquisa exigia encontrar documentos contábeis. Depois de diversas buscas, identificaram-se alguns livros contábeis, como o *Livro de conta corrente dos alunos*, o *Livro de receitas e despesas detalhadas* e o *Livro caixa resumido*. Assim, foi possível dar andamento ao tratamento e à análise dos dados.

Na pesquisa de campo, foi utilizada como procedimento de coleta de informações a entrevista informal. A entrevista informal é quase “uma conversa jogada fora”, porém com o objetivo específico de complementar as informações originadas em documentos e/ou de evidenciar as que ainda não foram efetivamente documentadas (VERGARA, 2004). Tal entrevista apenas complementa a pesquisa, visto que os entrevistados não poderiam contar toda a história do Colégio Conceição, em virtude da época de seu funcionamento.

Foram entrevistados o Pe. Egydio Schneider S. J., Diretor Administrativo da ASAV, o professor Arthur Blásio Rambo, responsável pelo Acervo Documental e de Pesquisa – ADOP Memorial Jesuíta da Biblioteca da Unisinós, e o Pe. Pedro Ignácio Schmitz, pesquisador do Instituto Anchietano de pesquisas de modo informal e em várias oportunidades no período de março de 2011 até fevereiro de 2012.

As entrevistas contribuíram para as análises dos documentos, informações que não estavam completas, sendo utilizadas como complementação das informações que não foram descobertas, como, por exemplo, a estrutura organizacional do Colégio Conceição, a qual não foi possível descobrir nos documentos disponíveis.

3.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Depois da coleta e da organização dos documentos, foi possível realizar o levantamento histórico do Colégio Conceição, dando-se início, dessa forma, ao relato dos resultados da pesquisa, uma vez finalizada essa primeira etapa.

Na segunda etapa realizaram-se as análises dos livros contábeis encontrados na Associação Antônio Vieira. Um deles foi o *Livro de conta corrente dos alunos*, no qual eram transcritas todas as receitas e despesas dos alunos de forma detalhada. Entre as despesas, que eram cobradas à parte, destacam-se, além da mensalidade, lavanderia, roupas, sapatos, aulas de música, entre outras, conforme ilustrado na Figura 18, à página 88. Salienta-se que não foram encontrados tais registros de todos os anos; precisamente, delimitam-se os anos de 1886 a 1887.

Nos primeiros meses da pesquisa, foi encontrado o *Livro caixa resumido* do Colégio Conceição, no qual se totalizavam as receitas e despesas, separando-as em ordinárias e extraordinárias. Diante desse importante registro contábil, foi possível realizar o levantamento de dados para a análise financeira da Instituição. Como o livro era registrado mensalmente, criaram-se planilhas em Excel para a apuração das receitas e das despesas mensais e anuais.

A partir desses documentos, foram elaborados gráficos que permitiram analisar o aspecto financeiro e econômico da Instituição de 1883 a 1887. Utilizou-se a análise horizontal, tendo como ano-base 1883, comparando com os fatos ocorridos no Colégio Conceição. Cabe aqui o registro de uma importante dificuldade: constatou-se que as contas “outras receitas” e “pagamentos feitos” detinham um grande percentual da movimentação total, mas até aquele momento não havia sido possível identificar que valores compunham essas contas, necessitando de novas investigações.

Aqui se revela a importância das entrevistas informais no presente trabalho. Durante uma dessas conversas informais com o Pe. Egydio Schneider S. J., Diretor Administrativo da ASAV, na busca de mais informações sobre os documentos contábeis do Colégio Conceição, devido à inexistência de material mais detalhado, encontrou-se um livro contábil de outra instituição jesuíta, o Seminário Jesuíta de Pareci Novo, do município de Montenegro, no qual constavam as receitas e despesas discriminadas. Com isso, se pensou que poderia haver um livro do Colégio Conceição também com a discriminação das receitas e despesas.

Assim, após longas buscas, com a ajuda do encarregado do acervo da ASAV em Porto Alegre, Sr. João Rudimar Kunz, encontrou-se tal livro de despesas e receitas discriminadas. No entanto, não foi possível fazer a tradução total do livro, por estar em mais de uma língua e com uma grafia difícil de entender. Optou-se, então, pela tradução do ano de 1886, que era suficiente para o mister que se apresentava.

Apesar das dificuldades encontradas para o entendimento da escrita e sua tradução do alemão gótico e do latim, esses registros foram essenciais para as análises financeiras do Colégio Conceição, permitindo atingir o objetivo proposto. Com esse livro, foi possível verificar a composição das duas contas (“outras receitas” e “pagamentos feitos”). Apuraram-se novas práticas contábeis até então desconhecidas e, até mesmo, descobriu-se um “Plano de Contas” do Colégio Conceição, comparando os três livros encontrados. Também foi possível concluir que os três livros eram interligados, importante prática contábil, pois permite o encontro de contas entre eles.

Depois de longas buscas em arquivos históricos para elaborar a Estrutura Organizacional do Colégio Conceição, somente em fevereiro de 2012 foi possível encontrar e, finalmente, atingir mais um dos objetivos propostos. Em uma conversa informal com o Pe. Pedro Ignácio Schmitz, pesquisador do Instituto Anchieta de Pesquisas, este informou que o Instituto possuía um catálogo da província instalada no Brasil e, conseqüentemente, da missão instalada em São Leopoldo, no qual constavam os nomes da comunidade jesuíta do Colégio Conceição.

No intuito de atingir o objetivo proposto de “descrever as principais práticas contábeis e organizacionais praticadas pela gestão do Colégio Jesuíta Conceição, em São Leopoldo, RS, na segunda metade do século XIX”, no capítulo a seguir, aborda-se a história do Colégio Conceição. Isso é importante para que se possam esclarecer algumas práticas desenvolvidas pela instituição em virtude dos fatos ocorridos durante a sua existência e para o fornecimento de dados para análise e interpretação de sua situação financeira.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 HISTÓRICO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

4.1.1 O Início do Colégio Conceição

O Colégio Nossa Senhora da Conceição foi fundado em 31 de julho de 1869, como externato, pelos primeiros padres jesuítas chegados a São Leopoldo após a restauração da Companhia de Jesus. Esteve sob o amparo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e é, cronologicamente, o primeiro de todos os colégios leopoldenses. Observa-se que, inicialmente, a instituição começou suas atividades com o fim de formar sacerdotes e como seminário para a formação de professores para atender às escolas nas comunidades coloniais (ACRÓPOLE DO SABER, 1946).

O fundador, Guilherme Feldhaus, recém-nomeado padre de São Leopoldo, decidiu fundar uma escola nessa cidade. De acordo com Rabuske (1988), esse homem era caracterizado por um dinamismo invejável e idealista, pois, entre suas obras, constam: o término da construção da Matriz Nossa Senhora da Conceição; a fundação do jornal católico *Deutsches Volksblatt*, em 1871 (Anexo A); a fundação do Colégio Nossa Senhora da Conceição; e a viabilização da vinda de educadores religiosos da Europa Central. Além dessas obras, mais tarde, tornou-se o primeiro Superior da Missão Jesuíta Alemã.

No Colégio Conceição, na época da fundação, aspirava-se não apenas a um ensino elementar, pois se fazia necessário um estabelecimento para formar sacerdotes e futuros professores. Para que tal aspiração pudesse se concretizar, conforme Bohnen e Ullmann (1989), a primeira providência foi adquirir um local condizente para o início das atividades da instituição. Assim, a escolha recaiu sobre uma pequena casa, com diversas construções aproveitáveis, mas insuficientes, como citam os registros. A propriedade situava-se nas proximidades da Igreja Nossa Senhora da Conceição, isto é, na área do futuro prédio da antiga sede da Unisinos, sinistrado em 11 de julho de 1981 por gigantesco incêndio.

Rambo (2009) conta que, após a escolha da propriedade, a compra foi autorizada pelo Pe. Alexandre Ponza, visitador da Missão, então subordinada à Província Romana da Companhia de Jesus. “Na época, o Pe. Feldhaus foi autorizado a retirar quatro contos do caixa da Missão necessários para aquela compra, mas foi sob a condição de que pague à mesma os juros de 5%” (RABUSKE, 1988, p. 58).

Em janeiro de 1869, o Rev. Pe. Superior se dirigiu a Porto Alegre para finalizar com o Procurador da Missão, Pe. Gassner, os detalhes sobre a compra da casa nova. Uma semana mais tarde, Pe. Gassner veio de Porto Alegre trazendo o dinheiro para a compra da casa nova (RABUSKE, 1988, p. 62).

No mesmo mês, os padres Bless e Schleipen e o Ir. Stuckenberg foram a São Leopoldo para assinar o documento de compra da casa redigido pelo escrivão, na qualidade de compradores, um documento de posse do imóvel (*Idem*). Assim, no dia 22 de junho de 1869, foi lavrada a escritura de propriedade do imóvel (BOHNEN;ULLMANN, 1989).

As atividades se iniciaram em 31 de julho de 1869, depois de realizadas as adaptações necessárias nos prédios existentes. O Colégio Nossa Senhora da Conceição iniciou como externato, com oito alunos, sendo somente inaugurado oficialmente em 3 de outubro de 1869, por D. Sebastião Dias Laranjeira, Bispo da Diocese do Rio Grande do Sul, na festa de Nossa Senhora do Rosário (Anexo B). Logo após, de oito elevou-se para doze o número de alunos (RAMBO, 2009).

Nessa época, o Colégio enfrentou várias dificuldades, pois uma sequência de acontecimentos atingiu a instituição, conforme citam Bohnen e Ullmann (1989). Entre os acontecimentos estava a concorrência das escolas protestantes, que também eram frequentadas por alunos católicos; enchentes; várias epidemias; o ataque da imprensa contra os jesuítas e seu sistema educacional; grandes distâncias a serem percorridas pelos alunos externos até o Colégio. Mesmo com todas as dificuldades, o idealismo dos educadores jesuítas que nele trabalharam não esmoreceu jamais. Havia uma ambição quase obsessiva de converter o Colégio em instituição de ensino modelo, o que impulsionava o crescimento da obra dos padres jesuítas. O lema permanente – disciplina, ordem, seriedade, culto do intelecto e dos valores espirituais – exigiu sacrifícios dos jesuítas, padres e irmãos.

O problema do número reduzido de alunos começou a ser resolvido a partir do momento em que o Colégio Conceição passou a dar provas de um satisfatório aproveitamento. Com isso, famílias luso-brasileiras resolveram entregar seus filhos aos padres, como internos. Assim, em missa solene na festa de Santo Inácio, em julho de 1870, o Reverendo Padre Superior anunciou o internato e a chegada de cinco meninos. Cabe salientar que, nos seus 43 anos de existência, o Colégio Conceição foi uma Instituição somente para meninos. Entretanto, ao resolver o problema com o número reduzido de alunos, também surgiu a questão da necessidade de espaço físico para abrigá-los, pois este se mostrava insuficiente. O dormitório e as salas de estudo eram no sótão, e o refeitório era improvisado em um antigo moinho que fazia parte da propriedade. Dessa forma, para continuar o

crescimento numérico dos jovens internos, nova construção fazia-se urgente. Para trazer solução ao problema, o Pe. Schleipen, na qualidade de arquiteto, em 1871, empreendeu uma nova construção, que, já na metade do ano, estava pronta. A nova estrutura não se apresentava bela e forte, mas tinha as acomodações necessárias para a chegada de jovens internos (BOHNEN;ULLMANN, 1989).

O crescimento do número de alunos continuava. “Na abertura do ano letivo, em 1872, já eram 25 os estudantes. Um mês depois, subia para 35 e, mais tarde, atingia 43. Somando estes aos externos, encerrou-se o ano letivo com 120 alunos” (BOHNEN;ULLMANN, 1989, p. 172) aumento significativo do número de alunos refletiu em aumento importante das receitas.

Conforme esclarecem Bohnen e Ullmann (1989), o Colégio passou por muitos momentos de grande estímulo. Um exemplo foi a visita do Presidente da Província, Figueira Mello, acompanhado pelo Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeiras, por ocasião do lançamento da pedra fundamental da estrada de ferro São Leopoldo-Porto Alegre em 26 de novembro de 1871. Ressalta-se que a via férrea entre Porto Alegre e São Leopoldo ficou pronta em 1874, com 33 km de extensão (Anexo C).

Para dar reforço ao Colégio, chegaram, vindos da Europa, o Pe. Jacó Rathged, S. J., e o Pe. Luiz Sarrazin, S. J (BOHNEN E ULLMANN, 1989). Ambos traziam larga experiência de atividade em colégios e haviam sido expulsos da Alemanha por Bismarck, durante o *Kulturkanf*, que foi uma luta pela cultura, um movimento anticlerical alemão do século XIX (RAMBO, 2009).

Entretanto, mesmo com o Colégio em crescimento, as dificuldades continuaram. Dessa vez, o problema eram os concorrentes. Logo no início de 1873, os padres foram alvos de gravíssimas calúnias. A seguir é apresentado um relato sucinto do *Diarium Residentiae et Collegii Sancti Leopoldo*, de 1º de fevereiro de 1873, conforme citam Bohnen e Ullmann (1989, p. 176):

Nossos adversários, irritados com o bom êxito do Colégio, irrompem, nas últimas semanas, com furor, contra nós, espalhando gravíssimas calúnias atacam o Colégio, ora acusando os padres de severidade e crueldade em corrigir os alunos, ora relevando a astúcia deles (padres), para aparentar apenas externamente a educação do Colégio.

O clima de difamação que os padres respiraram por largo tempo provocou desgaste psicológico e físico. Dessa forma, era caro o preço do renome do Colégio (*idem*, 1989).

Nesse mesmo ano de 1873, ainda viriam mais desafios. Segundo Rabuske (s.d), o problema, dessa vez, foi causado por uma grande enchente que atingiu o Colégio. Com isso, parte dos alunos foi enviada para casa e outra foi abrigada na Câmara Municipal, sendo as aulas interrompidas por três semanas. A fim de beneficiarem-se com a situação, os adversários dos jesuítas aproveitaram para ir contra o Colégio, espalhando o boato de que ele estava por ruir. O resultado foi que 25 alunos não retornaram ao Colégio e diversos padres começaram a olhar com receios e temores para o futuro da instituição.

A esses problemas, Rabuske (1988) acrescenta os de ordem financeira, algo que se tornou realmente grave para o colégio leopoldense. A isso tinham levado as contínuas construções e adaptações do ano anterior e as do ano em curso. Conforme levantamento realizado em 1873 na presença do Padre Superior de toda a Missão, a dívida importava em soma grande para a época, mais ou menos 20 contos de réis, tendo de ser pago anualmente 1 conto de réis de juros. Dessa forma, foi implantado o aumento da mensalidade para 25\$000 (25 mil réis). Em consequência, houve a desistência de muitos alunos, o que tornou a situação ainda mais precária, já que, no fim de 1873, deu-se a redução dos alunos pela metade. Na ocasião, um dos professores enviou uma carta a um dos seus confrades na Europa, demonstrando sua preocupação:

[...] nosso colégio é um filho que causa preocupações. Como todas as obras, que o bom Deus destinou para coisas grandes, começou bem pequeno e pobre, viveu a sua vida à base de muitos pesados sacrifícios, de suores e cuidados; atravessou a prova de fogo de uma perseguição por parte de inimigos da religião, e ainda agora acha-se exposto às calúnias e intrigas mais ignominiosas. Mas, enfim, não falta a tais empreendimentos a benção de Deus [...]. (RABUSKE, s. d, p. 2)

No ano de 1874, logo no início, houve a mudança do pároco de São Leopoldo e, com isso, também do superior do Colégio Conceição, cargo que foi assumido pelo Pe. Augusto Lohmann, ex-pároco de Santa Cruz do Sul, proclamado pelo Bispo Dom Sebastião. Conforme Rabuske (1988), como primeira providência por conta do seu cargo, Pe. Lohmann, protegendo a instituição de problemas futuros, realizou gastos para proteção contra cheias, sendo construído um aterro de 4 a 6 pés para a horta e a área de pátio e uma casa para os padres, a uma altura considerável, para ficar longe das enchentes. Realizaram-se também alguns reparos e pinturas na fachada do prédio em virtude dos estragos causados pelas enchentes anteriores. Tudo isso implicou dívidas expressivas que tiveram de ser contraídas pelo Colégio. Tais dívidas provocaram reflexos na instituição durante muitos anos. Além disso:

Nesse mesmo ano, por duas vezes, o flagelo da varíola se abateu sobre São Leopoldo. Primeiro, no inverno, de maio a junho, e depois em novembro. Como consequência, um aluno morreu em 17 de maio e muitos pais não mais enviaram seus filhos ao Colégio. Por determinação governamental, para não haver contágio, o externato ficou fechado durante três semanas. (BOHNEN;ULLMANN, 1989, p. 177)

Com isso, o número de alunos, em 1874, era apenas 27. Com relação aos externos, além de numericamente reduzidos, muitos pais ainda estavam com as mensalidades do ano anterior em atraso. A medida tomada pelo Colégio, ainda durante as férias, foi de transferir a responsabilidade aos professores, atribuindo-lhes a ingrata tarefa de mensalmente lembrar aos alunos externos a pontualidade no pagamento. Segundo Rabuske (1988), foi inclusive cogitado usar métodos mais rígidos, como cobrar os atrasos nos pagamentos das mensalidades juridicamente ou através de um advogado da cidade.

Para completar as dificuldades do Colégio Conceição, como relatam Bohnen e Ullmann (1989), não muito longe de São Leopoldo, desenrolava-se o episódio dos *Muckers*. Estes eram um perigo real para a instituição, pois corria o boato de que queriam invadir a cidade e destruir o colégio.

A Revolta dos *Muckers* foi um conflito regional entre os camponeses pobres e empobrecidos, descontentes com a falta de educação e assistência médica, e as elites, ao final do século XIX, em São Leopoldo (atual Sapiranga), na então Província do Rio Grande do Sul (SCHUPP, 2000). Jacobina Mentz Maurer e seu marido, João Maurer, lideravam o movimento. Considerada pelos imigrantes alemães uma vidente e curandeira, cujos transe espirituais foram interpretados à época como sinais de Deus apontando um novo caminho, Jacobina desagradou muita gente na comunidade. Na concepção das autoridades constituídas, aqueles rebeldes *Muckers* ameaçavam a ordem social (SANT'ANA, 2003).

O final de 1874 foi trágico. Denunciados por um ex-seguidor, foram atacados por soldados do governo, comandada pelo capitão Francisco Clementino Santiago Dantas no morro Ferrabrás, onde se encontravam escondidos todos os *Muckers*. Atacaram e mataram a maioria deles, inclusive sua líder espiritual; os que sobreviveram foram presos e depois perseguidos pelos demais colonos (SCHUPP, 2000).

Sobre esse episódio, diversas obras foram escritas, entre elas: *Os Muckers*, de Ambrósio Schupp; *O Episódio de Ferrabraz*, de Leopoldo Petry; *A nova face dos Muckers*, de Moacyr Domingues, além dos filmes *Os Muckers*, de Bodansky e Gauer, e *Paixão de Jacobina*, de Lucy e Fábio Barreto.

4.1.2 Estreia nos “Exames Parcelados”

Inicialmente, o Colégio Nossa Senhora da Conceição destinava-se, dentro do projeto de restauração católica, a formar os filhos dos colonos para o magistério ou o sacerdócio. A partir de 1878, com o sucesso dos seus alunos nos exames públicos, passou a ser a instituição favorita das elites rio-grandenses e catarinenses, além de outras regiões do Brasil. Essa mudança de perspectiva é ilustrada pela redução dos egressos que seguem a carreira religiosa, o magistério e/ou o sacerdócio, conforme abaixo:

Quadro 2 – Carreiras dos egressos do Colégio Nossa Senhora da Conceição - 1870-1899

Carreiras	1870-1879	1880-1889	1890-1899	Total
Professores	11	2	1	14
Sacerdotes	2	3	3	8
Religiosos	4	2	2	8

Fonte: Elaborado por Lutterbeck (1977 *apud* MONTEIRO, 2011, p. 142)

Até o ano de 1878, não se cogitara no Colégio Conceição a preparação dos alunos para os exames dos cursos superiores. De acordo com a revista *Acrópole do Saber* (1946), o motivo, em boa parte, era devido à timidez dos professores, que receavam falta de um tratamento imparcial no julgamento dos exames, em virtude da hostilidade contra a escola, simplesmente por ser de padres jesuítas. Isso se devia ao fato de os examinadores conhecerem a linha norteadora do Conceição, na qual a formação religiosa constituía um ponto de honra.

Bohnen e Ullmann (1989) relatam que, ao mesmo tempo, preocupavam-se os padres com o número de alunos. Em 1878, eram sessenta alunos externos, sendo que os internos haviam baixado para 25. Uma das razões disso era que o Colégio Conceição não participava de exames oficiais, o que levava os pais a preferirem colégios preparatórios. Em outras palavras, as escolas de Porto Alegre faziam concorrência ao Colégio Conceição. Com isso, segundo Rambo (2009), uma decisão foi tomada em 1877, tratada com a máxima seriedade pelo Pe. Lohmann, o superior da missão, e por representantes de várias Províncias na época. A decisão foi a de apostar na preparação dos alunos para os chamados “exames parcelados”.

No Brasil, por algum tempo, somente o Ginásio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, era apto a realizar os exames parcelados. Bohnen e Ullmann (1989) referem que esses exames eram uma preparação para os cursos superiores, ao longo de alguns anos, o candidato poderia eliminar todas as disciplinas e ingressar no ensino superior correspondendo, nos dias de hoje, ao “vestibular”. Devido às grandes distâncias, cogitou-se a possibilidade de os alunos de várias regiões terem a chance de realizar os exames sem que tivessem de viajar, evitando, assim, grandes despesas. “Instituíram-se, então, em primeiro lugar, os chamados “Delegados

da Instrução Pública” para as diversas Províncias. A eles incumbia marcar duas vezes por ano a época em que seriam realizados os exames, formar as bancas examinadoras (eram três examinadores para cada matéria) e supervisionar os exames como tais”(*Idem*, 1989, p.181).

Em 1878, os alunos do Colégio Conceição se apresentaram pela primeira vez aos exames parcelados em Porto Alegre. Durante todo o ano, foram intensos os trabalhos e estudos, por parte de professores e alunos, para garantir um bom resultado no exame. Pe. Jacó Rathgeb preparou, com muita dedicação e determinação para enfrentar a banca examinadora, os cinco candidatos mais adiantados do colégio: João Dutra (médico e botânico), José Rafael de Azambuja, Nicolau Knob, Lucas Hansel e Henrique Kolzen, conforme relatado por Jaeger e Neis (1947).

Os mesmos autores esclarecem que, para a realização dos exames, os candidatos eram introduzidos em uma sala, separando-os entre dez a doze alunos. Tirava-se um ponto comum para a turma, para realização da prova escrita, sorteado entre as obras de Camões, Vieira, Luís de Souza e Rodrigues Lobo. Hansel, Knob e Konzen foram sorteados para a turma inicial. Terminada a prova, que era imediatamente corrigida, constatou-se que os jovens tão modestos, acanhados e desconhecidos de todos demonstraram um talento incrível. O estrondoso êxito causou espanto entre os examinadores, ao verificarem, pelos requerimentos na secretaria, que os alunos vinham do Colégio Conceição de São Leopoldo. Alguns demonstraram desapontamento e raiva e quase todos, inveja, pois alunos de padres, além de tudo de padres jesuítas alemães, haviam acabado de conquistar a mais elevada qualificação na língua nacional.

O resultado com o primeiro grupo de alunos foi além de todas as expectativas. Dos 96 candidatos, apenas seis receberam nota máxima com distinção, sendo metade do Colégio Conceição; os outros dois alunos restantes receberam a segunda qualificação mais alta. Os três alunos candidatos conceituados como excelentes na prova de português eram todos filhos de imigrantes: Nicolau Knob, Henrich Konzen e Lucas Hansel, que se tornaram sacerdotes e atuaram como esteios na consolidação das bases do catolicismo restaurado no Rio Grande do Sul, conforme relata Rambo (2009). O feito teve tamanha repercussão que o jornal *Deutsche Zeitung*, ostensivamente hostil aos jesuítas, inimigo declarado dos padres, teve de se dobrar ante a realidade, reconhecendo o valor e a qualidade do ensino dos jesuítas, estampando a seguinte notícia:

Fomos informados por examinadores de que os alunos Nicolau Knob, Henrich Konzen e Lucas Hansel de fato se distinguiram. De maneira alguma concordamos com a orientação do ensino e da educação dos jesuítas. Não nos é lícito, entretanto, deixar de cumprir o dever de justiça, reconhecendo os resultados exitosos da Instituição tornados públicos (Jornal *Deutsche Zeitung apud* RAMBO, 2009, p. 21).

Bohnen e Ullmann (1989) comentam que, com isso, a fama do Colégio estava garantida e ainda veio a crescer no ano seguinte, quando 12 alunos fizeram o exame também de modo brilhante. Os adversários dos jesuítas, na época, passaram a louvar os resultados pedagógicos dos padres. Esse sucesso correu de boca em boca, produzindo inesperada propaganda em favor do ensino ministrado pelos padres de São Leopoldo. Com isso, o número dos alunos internos, ou pensionistas como então os chamavam, cresceu rapidamente, conforme registrado na revista *Acrópole do Saber* (1946): em 1880, chegava a 65; em 1885, a 166, número que se elevou a 223 no primeiro ano após a queda da Monarquia. Com esse resultado glorioso nos exames, o Colégio Conceição entrou em ritmo acelerado de crescimento. Com pequenas oscilações, o número de alunos foi subindo ano a ano, aumentando de 1880 a 1890, conforme o abaixo:

Quadro 3 – Matrículas de alunos entre 1880 e 1890

ANO	Matrículas do Ginásio Nossa Senhora da Conceição
1880	65
1881	85
1882	112
1883	107
1884	121
1885	166
1886	223
1887	203
1888	204
1889	223
1890	223

Fonte: Bohnen e Ullmann (1989).

4.1.3 Década de 1880: a Consolidação do Colégio Conceição

Rabuske (s. d.) relata que, com o grande sucesso nos exames parcelados, o Colégio Conceição passou a ter variedade de alunos. Dessa forma, protestantes, descendentes de alemães, jovens vindos do Uruguai e meninos de vários estados brasileiros passaram a compor a instituição. Com o aumento do número de alunos, tornou-se necessária a construção

de diversas alas no Colégio, marcando a década 1880 com a consolidação tanto física quanto acadêmica do Conceição. Conforme Rambo (2009), foram erguidos prédios definitivos que abrigaram todos os setores da instituição: a construção de uma capela como prolongamento da residência dos padres, refeitório, salas de visitas, salas de estudo, biblioteca, museu de história natural, enfermaria com quartos para os doentes, lavanderia, dormitórios amplos para centenas de alunos (Figura 7), salão de festas, sala de música, sala de ginástica, etc. Rabuske (s.d.) complementa contando que, para evitar inconvenientes e perigos nos banhos no Rio dos Sinos, fez-se, já em 1888, um tanque próprio para isso, que era enchido com bombas a vapor.

Figura 7 – Dormitório da 1ª Divisão do Colégio Conceição.



Fonte: Acervo Jesuíta da Associação Antônio Vieira (2011).

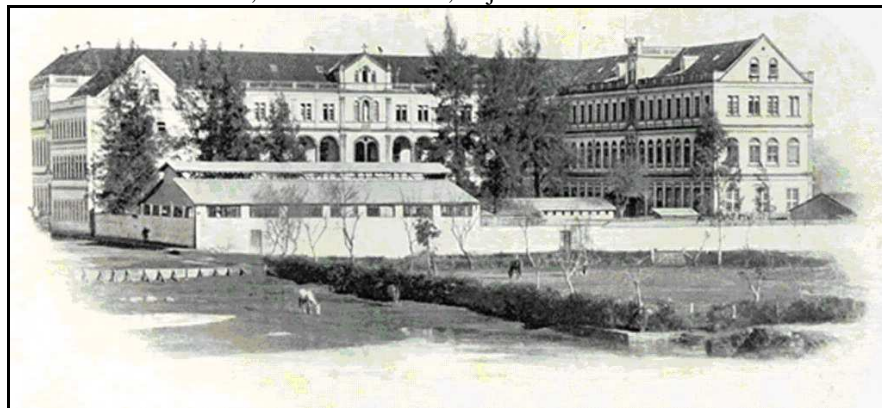
Foram 10 anos de grandes construções no Colégio. Tendo sido finalizada, a construção imitando estilo europeu junto ao Rio dos Sinos a todos impressionava. O edifício principal do Conceição vinha a ser um verdadeiro monumento para a cidade de São Leopoldo, conforme Anexos C e D e Figura 8. Em 1881, quando várias dependências apenas constavam no projeto, achando-se concluídas apenas algumas, ou seja, um terço do planejado, um viajante alemão, anônimo, deixou um depoimento valioso a respeito do Conceição. O escrito foi descoberto na Cúria Provincial dos jesuítas em Porto Alegre:

Quando embarcado num dos pequenos vapores fluviais, que no Rio dos Sinos atendem ao tráfego, se passa sob a bela ponte de São Leopoldo e se olhar para a igreja católica, tem-se diante de si, à direita dela, dois edifícios consideráveis, separados um do outro com as respectivas adjacências por uma larga rua. Alta e imponente, a fachada vistosa voltada para o rio, destaca-se a casa à direita da rua dos seus arredores. Duas arcadas, cada uma com 16 fortes colunas de arenite vermelho, erguem-se uma sobre a outra. Em cima delas descansa o terceiro piso, finalizando o todo de modo correspondente com um lindo trabalho de cornijas. No nicho, da parte central encontra-se uma estátua devota da Virgem concebida sem mancha, da padroeira do estabelecimento (*apud* RABUSKE, s.d. p. 2).

A essa descrição, acrescenta-se o relato de Bohnen e Ullmann (1989, p. 185):

E se o Conceição tem, nos decênios de 1870 a 1890, um edifício de altura monumental até para o tempo e o lugar, deve-se isso, em boa parte, à pena de Schupp, que soube atrair as atenções e interesses de benfeitorias alemãs para essa grandiosa obra educacional. Todo o planejamento arquitetônico do prédio é de autoria do alemão Johann Grünewald (mestre João, como era chamado), nascido em 1832, perto de Bonn, na Alemanha [Anexo E]. Emigrou para o Brasil em 1861, depois de ter feito estudos de Arquitetura, de 1855 a 1861, em Colônia, onde recebeu o título de *Dambaumeister* (Mestre de Construção de Catedrais). Era diplomado como projetista, construtor, talhista em cantaria de pedra grés e especialista em estilo gótico. Dele são muitos monumentos e projetos: a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, a Igreja Católica do Menino Deus e a Igreja Evangélica do Senhor dos Passos, já demolidas, eram de sua autoria.

Figura 8 – O Colégio Conceição, fundado em 1869, transformou-se em Seminário em 1913 e, a partir de 1942, passou à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, hoje UNISINOS.



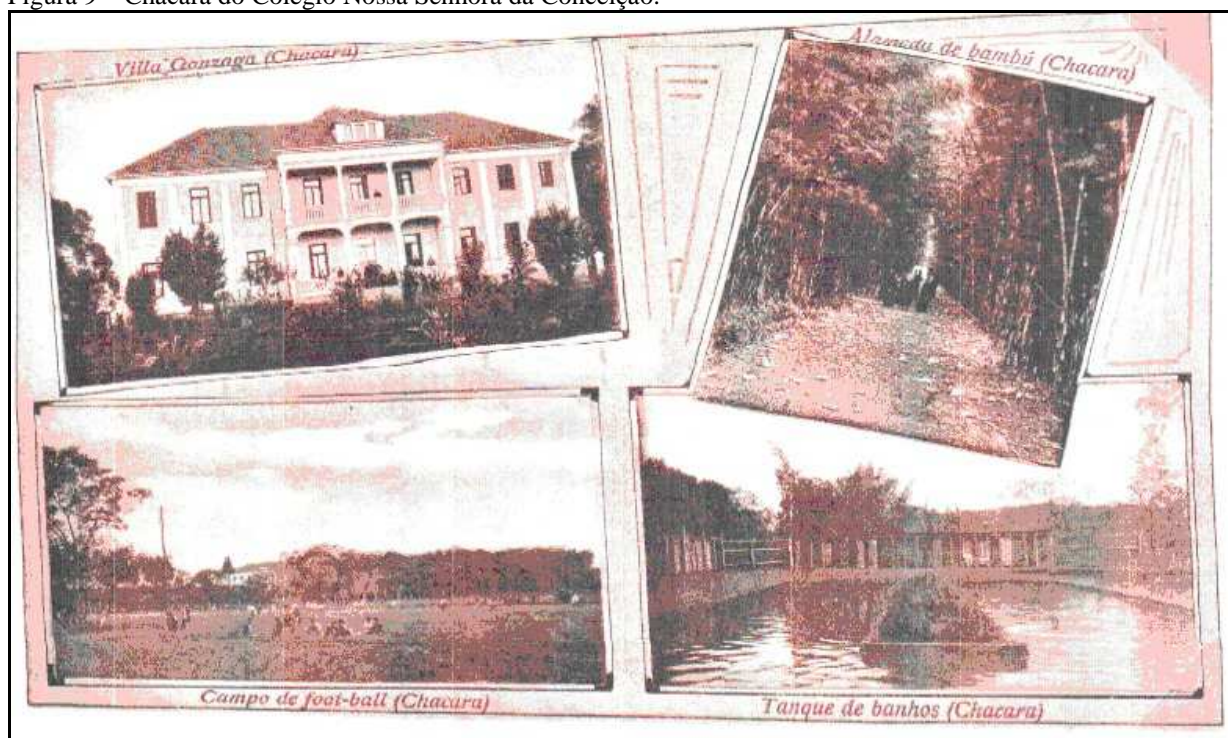
Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (2011).

Segundo Lutterbeck (1977, p. 99), “essas construções obrigaram os padres a um aumento sensível da anuidade, com o qual os filhos da colônia em geral não podiam arcar”.

Em meados de 1880, preocupados com o bem-estar físico dos alunos e dos professores, o Colégio adquiriu uma chácara. Porém, por situar-se numa planície, sem oferecer visão mais ampla nem algo que pudesse elevar o espírito, os padres desfizeram-se dela e, em junho de 1890, adquiriram outra, localizada a meia hora do Colégio. “Era incomparavelmente mais bonita”, escreve Schupp (*apud* BOHNEN;ULLMANN, 1989, p. 197). As palavras do historiador jesuíta justificam-se: havia gramados e poços com água pura com valor inquestionável. Segundo Lutterbeck (1977, p. 102) ficava a “30 minutos do Colégio Conceição e na estrada que leva a Porto Alegre”. Mais detalhadamente, segundo Bohnen e Ullmann (1989, p.197): “Essa chácara estendia-se desde o Quartel do 19º RI até a atual rua, na parte sul, que, leva ao Santuário do Sagrado Corações de Jesus. Na direção leste-

oeste, ia dos trilhos da antiga ferrovia até a atual Rua Teodomiro P. da Fonseca, ao longo do Cemitério Municipal. Na década de 50, começou a ser loteada, para dar lugar à população crescente de São Leopoldo”. Hoje está situada no Santuário de Padre Reus, em São Leopoldo/RS. No terreno, foi construída uma “vila”, com dependências servindo de casa de repouso para os padres enfermos. Era ali que os alunos do Conceição refaziam suas energias: todas as terças e quintas-feiras, pela tarde, após o jantar, faziam uma excursão para a chácara, onde se realizam jogos variados. Essa chácara serviu, durante quase meio século, como lugar de descanso para os estudantes do Seminário Provincial e Central, como antes o fora para os alunos do Ginásio Conceição (Figuras 9 e 10).

Figura 9 – Chácara do Colégio Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Acervo dos Jesuítas – Associação Antônio Vieira de Porto Alegre (2011).

Figura 10 – *Vila Gonzaga* – Prédio principal da Chácara do Colégio Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Acervo dos Jesuítas – Associação Antônio Vieira de Porto Alegre (2011).

4.1.4 Regulamento do Colégio Conceição

Estar em colégio de jesuítas significava muito estudo e subordinação ao regime da instituição, segundo o diário traduzido pelo Ir. Lino Brod (1899). Não foram poucos os pensionistas que achavam insuportável o regime interno do Colégio Conceição. Os casos de fuga e de expulsão tornaram-se bastante comuns em diversas épocas do ano letivo. Destacam-se, assim, as principais regras do Colégio Conceição (ver também Anexo F):

1. ESTUDO – O aluno é responsável pela sua classe, mantendo-a limpa e organizada; não são permitidos materiais em cima da mesma; proibido ir à biblioteca para escolher livros ou retirá-los; deverá entregar ao bibliotecário o catálogo dos livros para retirada; ao final do estudo deverão ser devolvidos, esses serão examinados pelo bibliotecário. Caso algum deles estivesse danificado, seria apresentado ao Padre Prefeito, para os devidos encaminhamentos.

Cabe salientar que o bibliotecário, conforme documentos encontrados, também desempenhava as funções de Prefeito Geral do internato, procurador e administrador das contas do Colégio Conceição (ecônomo). Através desses documentos históricos, verificou-se

que existia a figura do “Padre Prefeito”, que se poderia considerar como um encarregado das diversas atividades do Colégio, como, por exemplo: prefeito de estudos, prefeito da saúde dos jesuítas e sacerdotes, prefeito geral do internato, prefeito da saúde dos alunos, prefeito da 1ª divisão, prefeito da 2ª divisão, prefeito dos externos, prefeito da música, prefeito de refeitório, entre outros títulos. Pode-se imaginar que o Padre Prefeito citado no item nº 1 fosse o “Padre Prefeito de Estudos”; no entanto, não se pode comprovar essa afirmação.

2. DORMITÓRIO – Deve-se manter em ordem o dormitório; pela manhã, ao 1º sinal, todos deverão levantar-se, ao 2º sinal todos deverão formar filas; é rigorosamente proibido falar com os outros e levantar-se antes do sinal; proibido ir ao dormitório a qualquer momento do dia, somente em caso de necessidade e com licença especial.

3. RECREIO – Durante o recreio todos aqueles que não estiverem dispensados deverão participar dos jogos, ao sinal do Padre Prefeito; a participação é considerada muito importante podendo ser causa de expulsão caso o aluno não participe; ninguém poderá se afastar do pátio sem licença especial; no final do recreio, todos os alunos deverão se dirigir à sala de estudo.

4. PASSEIO – As turmas são compostas por três alunos, não poderão se afastar das demais; dado o sinal de parar os da frente esperam, os outros se juntam e somente no 2º sinal continuam a caminhar, ninguém durante os passeios poderá se ausentar da divisão, para fazer compras ou para ficar conversando com outras pessoas.

5. CAPELA – Todos deverão tomar parte nas orações e cantos comuns da missa e da bênção; não é permitido se ausentar durante a celebração, somente em caso de absoluta necessidade; caso houver, este deverá voltar imediatamente à capela.

6. OBSERVAÇÕES GERAIS – Quem sai do colégio, tanto na ida quanto na volta, apresentar-se-á ao Padre Prefeito Geral e da Divisão; é rigorosamente proibido olhar pela janela; falar com outras pessoas que passam pela rua, ainda que somente por sinais; coisas de valor, dinheiro, etc., não se guardem no dormitório, entregar-se-ão ao Padre Procurador (ecônomo); é dever de todos os alunos conhecer as regras da Instituição sob pena de perda de nota da semana e do mês.

4.1.5 Desenvolvimento Organizacional Pedagógico

O Colégio Conceição funcionou, nos primeiros anos de vida, tendo em seu corpo docente de 2 a 6 professores, entre padres e irmãos. Em 1873, o corpo docente aumentou para oito professores; no ano seguinte subiu para doze, estando entre eles o Pe. Ambrósio Schupp, um professor benemérito do Colégio Conceição, autor da obra histórica *Os Muckers*, entre outras (Anexo G). No ano de 1877, com o objetivo de preparar os alunos para os exames parcelados, o quadro docente foi aumentado para nove padres e cinco irmãos (RABUSKE, 1988).

De acordo com Rabuske (*idem*), apesar de contar com poucos professores, o Colégio Conceição, mesmo no início, tinha em seu currículo várias disciplinas, distribuídas em 3 ou 4 anos: Línguas Portuguesa, Francesa, Alemã, Italiana, Latina, Grega e Tupi; Cosmografia;

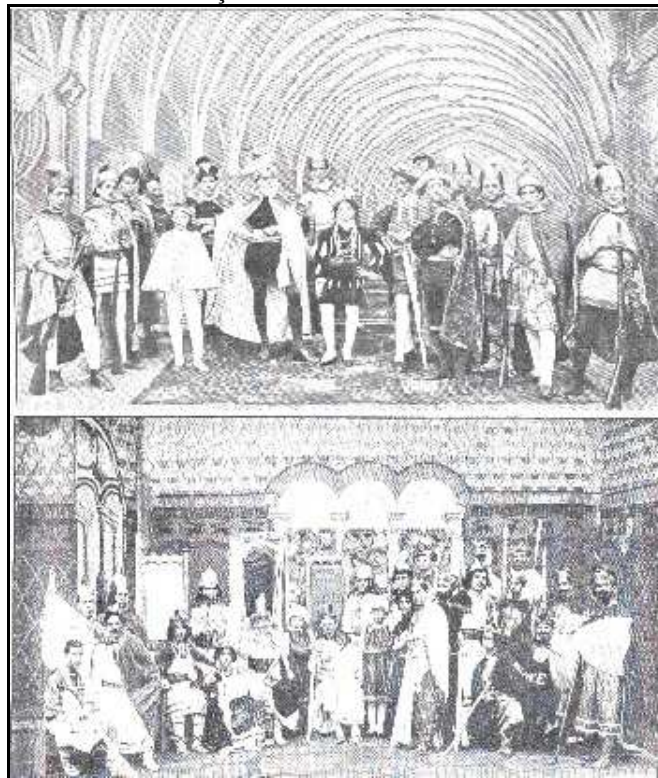
Geografia Geral; História Geral e História do Brasil; Filosofia; Matemática; Elementos de Ciências Naturais; Desenho; Música e Ginástica.

A matéria de ensino sempre era regulada pelas publicações oficiais, considerando os exames preparatórios, apesar de, sempre, parte considerável dos alunos só vir ao colégio com o intuito de se preparar para a vida comercial, circunstância esta que se torna favorável à razão do número de exames ao de alunos (RABUSKE, 1988, p. 175).

Além das matérias ginasiais, no Conceição eram cultivadas as Belas Artes, o Canto, a Música Instrumental e o Teatro Cênico, que levava ao palco os dramas, as tragédias e as comédias dos maiores mestres da literatura universal (Figura 11). Conforme a revista *Acrópole do Saber* (1946), a primeira peça de teatro apresentada na cidade foi encenada pelos alunos do Colégio Conceição, em 1875.

Na História Ilustrada do Colégio e Ginásio Conceição, lemos: Os dramas representados, nos quatro últimos anos, na conclusão solene (do ano letivo) foram: 1893, “Júlio César”, de Shakespeare; 1894, “Macbeth” pelo mesmo; 1895, “Zering”, de Teodoro Körner, 1896; “Ricardo II”, de Shakespeare (BOHNEN;ULLMANN, 1989, p. 186).

Figura 11 – Grupo de Teatro do Colégio Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Acervo dos Jesuítas – Associação Antônio Vieira de Porto Alegre (2011).

Outro fato digno de registro veio a ser a compra, na Alemanha, e a vinda para o Conceição de toda uma série de instrumentos musicais, conforme escreve com nítida satisfação o cronista no *Diarium Domus*, a 12 de setembro de 1872:

Finalmente vieram da Europa os instrumentos de música, dentre eles: clarinete em mi-bemol e em si, corneta (pistão) em mi-bemol, duas cornetas em si, duas cornetas alpinas em mi-bemol, duas cornetas-tenorem em si, uma corneta barítono em si, duas trombetas em si e mi-bemol, tambor e pratos e “Schellenbaum” (instrumento musical militar com guizos), o preço total de Rs. 600\$000 (seiscentos mil réis) (*Diarium Domus apud RABUSKE*, 1988, p. 131).

Mais tarde, escolheram, entre os alunos internos, aqueles que iriam instituir e admitir os exercícios musicais. Os instrumentos ficaram sendo propriedade da casa. Os alunos pagariam um valor simbólico, bem como os prejuízos que a esses causassem. Músicos havia muitos entre os próprios padres e irmãos. Em seu auxílio, veio um professor leigo, o Sr. Vennolz, que recebia 4\$000 (4 mil réis) de honorários; nos dias em que este não atuava, os estudos musicais ficavam a cargo do Irmão Gustavo Lück (RABUSKE, 1988) (Figura 12).

Figura 12 – A orquestra dos alunos do Conceição – Animava solenidades, festas e apresentações teatrais. A educação e a música estavam entrelaçadas.

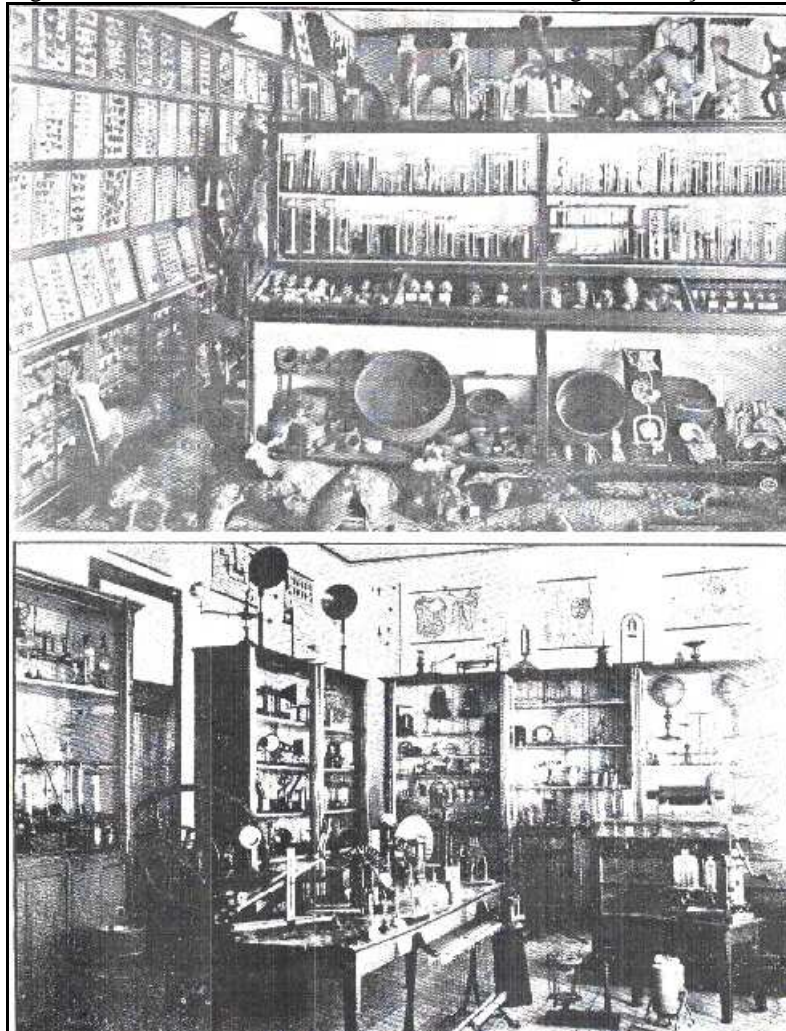


Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (2011).

Fator didático, pedagógico e educativo era também, sem dúvida, o museu do Conceição. Como conta Rabuske (1988), em 1875, foi iniciada a coleta de material para

formar o acervo. Pe. Schupp recebia diversos itens da colônia: pedras, plantas, animais, insetos, serpentes de todas as espécies e objetos de índios para o gabinete de História Natural. Acredita-se, por várias razões, que foi assim que surgiu o Museu do Colégio Leopoldense (Figura 13), o qual adquiriu, posteriormente, fama internacional. A seu fundador, Pe. Schupp, coube o mérito de haver procedido à classificação do material, como homem realmente benemérito das Ciências e Letras. Começou de forma modesta e tornou-se, durante muitos decênios, motivo das visitas a São Leopoldo: primeiro no Colégio, que depois se tornou Ginásio e, após, Seminário Provincial.

Figura 13 – O Museu e o Gabinete de Física do Colégio Conceição.



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (2011).

O gabinete de História Natural tornou-se matéria rio-grandense, como o mais completo e cientificamente montado no Brasil. Professores e cientistas de fama, como o Dr. Pe. João Rick, formaram coleções e classificações únicas, como a coleção de fungos do

Brasil. Outros professores enriqueceram os gabinetes de Física e Química com os aparelhos novos do mundo científico (RABUSKE, s.d.).

Os esportes também faziam parte do projeto pedagógico dos jesuítas, para estimular o interesse dos alunos para os jogos oficiais. Nestes incluíam-se: barra, *rounder*, pernas de pau e *schlagball*. Os que se distinguiram nos jogos recebiam suas medalhas de honra ou menções honrosas da mesma forma que os que se destacavam nas aulas. Rabuske (s.d.) relata que, a partir de 1910, formou-se um time de futebol, denominado, mais tarde, *Conceição Foot-ball Club* (Figura 14):

Figura 14 – Time de Futebol Clube do Ginásio Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Acervo Jesuíta – Associação Antônio Vieira em Porto Alegre (2011).

Bohnen e Ullmann (1989, p. 201) referem que “o time de futebol do Ginásio Conceição adquiriu tal fama que era convidado a jogar com o Instituto São José, dos lassalistas, em Canoas, e com times da capital, como o do Anchieta, o do Internacional e o do Grêmio”.

O batalhão ginásial foi, durante muitos anos, uma glória do Ginásio e da cidade de São Leopoldo, “menina de olhos” dos alunos e um objeto de educação de todos os visitantes (Figura 15).

Figura 15 – O Colégio Anchieta, da capital, em visita ao Ginásio Conceição. Ambos desfilam pela Independência. Na frente vem o Anchieta e, ao fundo, com uniforme escuro, o Colégio Conceição.



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (2011).

4.1.6 A Equiparação ao Ginásio Nacional Dom Pedro II

A fama do Colégio Conceição como instituição de ensino de alto nível espalhou-se no começo dos anos 1890 por todo o Sul do País e despertou a atenção das autoridades educacionais federais, de acordo com Rambo (2009). Não mais havendo a preocupação com o espaço físico, os padres voltaram-se para um foco ainda maior: a “excelência acadêmica” pela equiparação ao Colégio D. Pedro II. Pe. Ambrósio Schupp (Anexo G) resumiu a façanha nos seguintes termos:

Desta vez foi o Pe. Konrad Menz, Prefeito Geral, que se empenhou pessoalmente com extraordinário entusiasmo e extrema energia, com o Ministro da Educação e com outras personalidades com poder de decisão. Tudo se encaminhou para uma solução favorável e, finalmente, no dia 3 de fevereiro de 1900, o Ministro assinou o decreto de nº 3.580, conferindo à instituição o caráter de “Gymnasio Equiparado”. Este ato teve como consequência que a instituição, embora sob fiscalização de um funcionário do governo, um “fiscal delegado”, detivesse credenciais legais para realizar não apenas exames de natureza, como também conferir o grau de bacharel. Desta maneira, alcançara-se tudo que se podia desejar, tanto na organização material quanto na consolidação acadêmica do Ginásio. Em relação ao primeiro aspecto, o Pe. Luiz Sarrazin, como excelente ecônomo, soube salvaguardar os interesses da obra; e, em relação ao segundo, o grande mérito coube ao Pe. Mereg, levando o Ginásio ao apogeu como instituição de ensino (SCHUPP *apud* RAMBO, 2009, p. 23).

Bohnen e Ullmann (1989) contam que, para obter a equiparação, foi lavrado um relatório no Conceição e enviado ao Dr. Manoel Pacheco Prates, Delegado Fiscal dos exames

parcelados. Este, feita a revisão, apresentou o documento ao Presidente Júlio de Castilhos, o qual também o aprovou. A seguir, foi remetido ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

O Dr. Manoel Pacheco Prates, que exerceu desde 1894 o cargo de Comissário Fiscal dos Exames Preparatórios, podia, com segurança, prestar as informações exigidas, não só em relação ao Colégio Conceição, como sobre qualquer outro estabelecimento de ensino que funcionava neste Estado. Na época, fez-se um demorado e minucioso exame na escrituração do Colégio, no edifício e nas respectivas dependências, nos laboratórios, nos gabinetes, no museu, na biblioteca e em outros materiais de ensino. Também assistiu a diversas aulas, tanto teóricas como práticas, e a um exame de línguas e ciências, nos diversos anos do curso do Colégio. Em seu relatório, assim declarou:

Desde 1897, o Colégio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo adotou o método e programa do Ginásio Nacional. O ensino é sólido e completo, corpo docente de reconhecida e comprovada idoneidade moral e profissional, que tem feito do Colégio de Nossa Senhora da Conceição um dos melhores e mais acreditados estabelecimentos de Ensino deste Estado. Dirigido pelo Pe. Luiz Sarrazin, que além dos vastos conhecimentos de humanidades e ciências dispõe dos necessários requisitos para bem desempenhar o cargo que exerce, no qual é auxiliado de forma competente pelo pessoal administrativo do Colégio.

Funcionam as aulas em espaçosas salas, amplamente arejadas. O laboratório de química e o gabinete de física estão convenientemente instalados em duas salas, onde se fazem os necessários estudos práticos, para o que dispõe o Colégio dos mais modernos aparelhos, principalmente em relação aos estudos de eletricidade e suas recentes aplicações.

As aulas de ginástica e esgrima possuem todos os aparelhos necessários, no ensino de natação possui o Colégio um grande tanque, que se enche por meio de bombas de aspiração, com as águas do rio dos Sinos, que fica a poucos metros do edifício.

Na qualidade de Inspetor Geral da Instrução Pública neste Estado e na de Comissário Fiscal, por esse conjunto de condições do Colégio, pela solidez da educação e ensino, declaro a veracidade das informações através de um demorado e minucioso exame.

Penso ter cumprido as vossas ordens. Entretanto, se mais alguns esclarecimentos forem necessários, é ocioso dizer que serão prestados com toda solicitude (PRATES, s.d., p. 1-2).

Finalmente, no dia 3 de fevereiro de 1900, segundo Bohnen e Ullmann (1989), o Ministro assinou o decreto nº 3.580, conferindo à instituição o caráter de “Ginásio Nacional”. Como consequência imediata da equiparação, o Colégio Conceição, então denominado Ginásio, não apenas podia efetuar exames parcelados, sempre, é claro, sob a supervisão de um Delegado Fiscal, como ainda conferir o grau de Bacharel a seus alunos. Entretanto, a poucos alunos foi concedido tal título: de 1901 a 1910, apenas a 67 alunos.

Com a equiparação concedida, o Conceição gozava de um conceito inquestionável e contava com o apoio e a aprovação de personalidades não menos influentes:

Em 10 de dezembro de 1901, realizou-se no Colégio Conceição a primeira colação do Grau de Bacharel em Ciências e Letras, reunindo várias celebridades. Os ginásianos receberam de forma festiva o Exmo. Sr. Delegado Fiscal, Dr. Manoel Pacheco Prates, de sacerdotes distintos e do Exmo. Sr. Bispo Diocesano, Dr. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão. Soaram as trombetas e estrugiram os foguetes. O *Diarium* de dezembro de 1901 registra que o “Dr. Prates veio com sua família”. “Vieram também os Padres João Becker, Marea, professores do Seminário, o Pe. Leonardo, Reitor do Seminário, o Dr. Aurélio Veríssimo Bittencourt, Secretário do Estado entre outros Pe. do Colégio”, tinham adquirido duplamente jus a serem promovidos o grau honroso de Bacharel em Ciências e Letras, os primeiros do Rio Grande do Sul (BOHNEN;ULLMANN, 1989, p. 194).

Além dos bacharéis, havia cada ano um bom número de alunos que prestavam os exames finais do Ginásio, os parcelados. Já em 1901, havia alunos do Conceição prestado mais de 1.100 exames finais, com resultado considerável em todo o Estado. Além disso, é preciso não perder de vista um número muito elevado de jovens que prosseguia a carreira comercial. Grande parte do comércio de Porto Alegre e de outras cidades do Estado estava nas mãos de ex-alunos do Conceição (RABUSKE, s.d.).

O ato solene por igual impressionou vivamente os jovens que seguiram a rota dos primeiros bacharéis. O estudo, nos anos subsequentes, intensificou-se, e cresceu o número de alunos por breve tempo. Posteriormente, começou a decrescer a matrícula, não porque o ensino houvesse se desqualificado, mas porque outras instituições de ensino vinham surgindo, na Capital, nos arredores de São Leopoldo, no interior do Estado e em Santa Catarina. Em vez de procurarem o Conceição, os alunos dirigiam-se a outros colégios, até por motivos financeiros. De acordo com Bohnen e Ullmann (1989), houve uma verdadeira explosão de estabelecimentos de ensino no início do século XX.

Em Porto Alegre, o Colégio Anchieta foi o externato do Conceição de São Leopoldo a partir de 1903. “Sem demora, buscou-se, então, a total autonomia do colégio de Porto Alegre. Para tanto, o próprio Reitor de São Leopoldo, Pe. Lütgen, não mediu esforços. Ele mesmo dirigiu-se ao Rio de Janeiro, com uma recomendação escrita do Presidente Borges de Medeiros, a fim de dar todos os passos necessários. A 23 de junho de 1908, um decreto presidencial concedia autonomia ao Anchieta, que passou a chamar-se Ginásio, com o direito de realizar exames parcelados”, fatos relatados por Bohnen e Ullmann (1989, p. 196). Esses autores afirmam que essa proliferação de colégios, dentro e fora do Estado, foi minando a existência do Ginásio Conceição e com isso a redução do número de alunos.

Ao mesmo tempo em que o Conceição atingia sua glória, com a equiparação ao Ginásio Nacional, outra oferta honrosa vinha de Porto Alegre: que os jesuítas assumissem as faculdades lá existentes. Eram as de Medicina, Direito e Engenharia, para as quais o

Conceição tinha encaminhado muitos alunos bem preparados. No entanto, não foi possível aceitar o convite, por não haver pessoal suficiente entre os jesuítas. Porém, um jesuíta lecionou no ensino superior em Porto Alegre. “Ao criar-se esse importante estabelecimento de ensino, que é a Escola de Engenharia de Porto Alegre, foi Schupp convidado a fazer parte de seu corpo docente, podendo considerar-se, com toda a justiça, como um dos fundadores da atual Faculdade de Engenharia da UFRGS” (RABUSKE *apud* BOHNEN;ULLMANN, 1989, p. 199).

4.1.7 O Encerramento das suas Atividades

Apesar de sua ascensão com o crescente número de matrícula entre os anos de 1900 e 1905, chegando a um total de 375 alunos, sendo 204 internos e 171 externos, e a série de benefícios que o Ginásio Nossa Senhora da Conceição trouxe não somente para a cidade de São Leopoldo, mas para o Rio Grande do Sul, infelizmente encerraram-se as atividades em 1912. Um dos motivos foi a Lei Orgânica ou Lei Rivadavia, de 5 de abril de 1911, que privou, em 1912, a instituição do *status* de equiparado ao Ginásio Nacional D. Pedro II. Com a Lei, todas as equiparações haviam sido anuladas ou extintas, levando, em 1912, ao fechamento de suas portas (RAMBO, 2009).

Além da perda da equiparação, um segundo fator de peso não menor foi a proliferação de educandários, dentro e fora do Estado. Entre eles, o Colégio Anchieta de Porto Alegre, que, em 1903, também foi equiparado ao D. Pedro II, ou seja, também com o direito de realizar exames parcelados, mas na condição de externato do Colégio Conceição. No entanto, a partir de 23 de junho de 1908, devido à complicação originada pela administração conjunta das duas instituições, o Anchieta obteve a sua desvinculação do Colégio Conceição. A partir disso, o Colégio Anchieta não parou mais de crescer. Diante desses fatos, várias instituições passaram a ser concorrentes do Colégio Conceição, um dos motivos que levaram os padres jesuítas a encerrar suas atividades de docência (BOHNEN; ULLMANN, 1989).

Ademais, os Irmãos Maristas abriram, em 1905, um Ginásio em Santa Maria, equiparado em 1908, que abrangia parte dos alunos da fronteira. Depois, em 1906, o Pe. Carlos Norberto Ploes iniciava, em Florianópolis, as aulas do Ginásio Catarinense; dois anos depois, surgia em Canoas o Instituto de São José, dos Irmãos Lassalistas (JAEGER; NEIS, 1947).

Desde a sua fundação até o seu encerramento, passaram pelas suas salas de aula, nos quarenta e três anos de sua existência, cerca de 2.500 externos, que receberam, no Conceição, sua formação intelectual (BOHNEN; ULLMANN, 1989), “saíram comerciantes, industrialistas, magistrados, médicos, dentistas, advogados, militares, professores, políticos, administradores públicos, governantes, diplomatas, sacerdotes e ocupantes de altos postos da hierarquia eclesiástica” (RAMBO, 2009, p. 23). Somando-se os alunos internos desde 1870 a 1912, que totalizaram 3.014, o número global de alunos do Conceição passava de 5.000, um número sem dúvida considerável para a época (BOHNEN; ULLMANN, 1989).

Segundo vários autores (RAMBO, 2009; BOHNEN; ULLMANN, 1989; RABUSKE, 1988; JAEGER; NEIS, 1947; e LUTTERBECK, 1977), o Colégio Nossa Senhora da Conceição, começando suas atividades com apenas oito alunos e com diversas dificuldades, tornou-se uma das maiores instituições do Estado e do País e foi reconhecido até mesmo no exterior.

Todavia, com o fechamento do Conceição em 1912, sua sede em São Leopoldo transformou-se, em 1913, em Seminário Central de São Leopoldo, abrigando os candidatos ao sacerdócio do Seminário Menor de Pareci Novo, município de Montenegro, e do Seminário Episcopal de Porto Alegre, que se transferiu para São Leopoldo. Em 1956, o Seminário passou para Viamão. O edifício do ex-ginásio Conceição e ex-seminário central fizeram parte da antiga sede da Unisinos, lembrando que uma parte do prédio foi incendiada em 1981. Mesmo assim, com a abertura da Faculdade, abriu-se a terceira fase da evolução ou da trajetória do Colégio Nossa Senhora da Conceição (RABUSKE, 1988).

O Colégio Conceição entrou para a história. Seus ex-alunos o imortalizaram no Estado e no País. O reconhecimento e o respeito que conquistou podem ser avaliados pela manifestação expressada, no final da década de 1930, pelo antigo aluno, o médico e botânico João Dutra (*apud* RAMBO, 2009, p. 20): “Eu doaria todos os meus bens aos jesuítas, se fizessem funcionar novamente uma instituição de ensino como foi o Colégio Conceição”.

Depois de relatar a história do Colégio Conceição, buscou-se a seguir o levantamento da Organização do Colégio Conceição. Conforme documentos encontrados no Instituto Anchietano de Pesquisas, pôde-se elaborar o organograma hierárquico da instituição da época, condizente com esta pesquisa.

4.2 A ORGANIZAÇÃO DO COLÉGIO CONCEIÇÃO

A Companhia de Jesus, fundada em 1534 por Inácio de Loyola, empenhada em disseminar o catolicismo por todas as regiões do mundo, sofreu várias perseguições e injustiças. Diante disso, seu fundador tratou logo de organizar as regras que iriam sustentar aquela ordem (LEITE, 1938).

Determinou e redigiu, em cinco capítulos, um esboço do que seriam as *Constituições* da Companhia de Jesus, as quais iriam servir de normas e regras para o funcionamento da ordem. Antes da conclusão, passaram pela aprovação de diversos padres, os mais competentes, e, por volta de 1556, foram aprovadas pela Congregação Geral, sendo promulgadas nas diversas províncias onde a ordem estava presente (*Idem*). Segundo o mesmo autor, até a sua morte, em 1556, Santo Inácio não recebeu, momento algum, em retocar e providenciar alterações, as quais considerava importantes para melhorar as *Constituições*.

Para dizer em poucas palavras, as nossas *Constituições* pretendem que sejamos homens crucificados para o mundo e para os quais o próprio mundo está crucificado, homens novos, que se despojaram dos próprios afetos, para se revestirem de Cristo, mortos a si mesmos, para viverem a justiça. Conforme as palavras de S. Paulo, demonstraremos ser servidores de Deus, nas fadigas, nas noites em claro, nos jejuns, pela pureza, ciência, grandeza de ânimo, bondade, no Espírito Santo, com caridade sincera, anunciando a palavra da verdade; e, mediante as armas da justiça, ofensivas e defensivas, por meio de glória e do desprezo, da calúnia e da boa fama, do sucesso e da adversidade, caminharemos a passos largos para a pátria celeste. Este é compêndio e a meta das nossas *Constituições* (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 23).

As primeiras normas de estudos na Companhia foram as *Constituições*. Depois de Santo Inácio e da prova prática dos Colégios, organizou-se o célebre *Ratio Studiorum*, um complemento natural e indispensável das *Constituições* e verdadeiro código pedagógico dos Jesuítas, que regulou a organização e a atividade dos numerosos colégios e casas da Companhia, indicando a responsabilidade do desempenho, da subordinação e do relacionamento entre os membros da hierarquia, e também um manual da organização e da administração escolar. Sob a direção do Geral da Ordem, Pe. Acquaviva, depois de submetido a várias análises e alterações, promulgou-se, depois da impressão definitiva, como Lei Geral da Companhia de Jesus, em 8 de janeiro de 1599 (FRANCA, 1952).

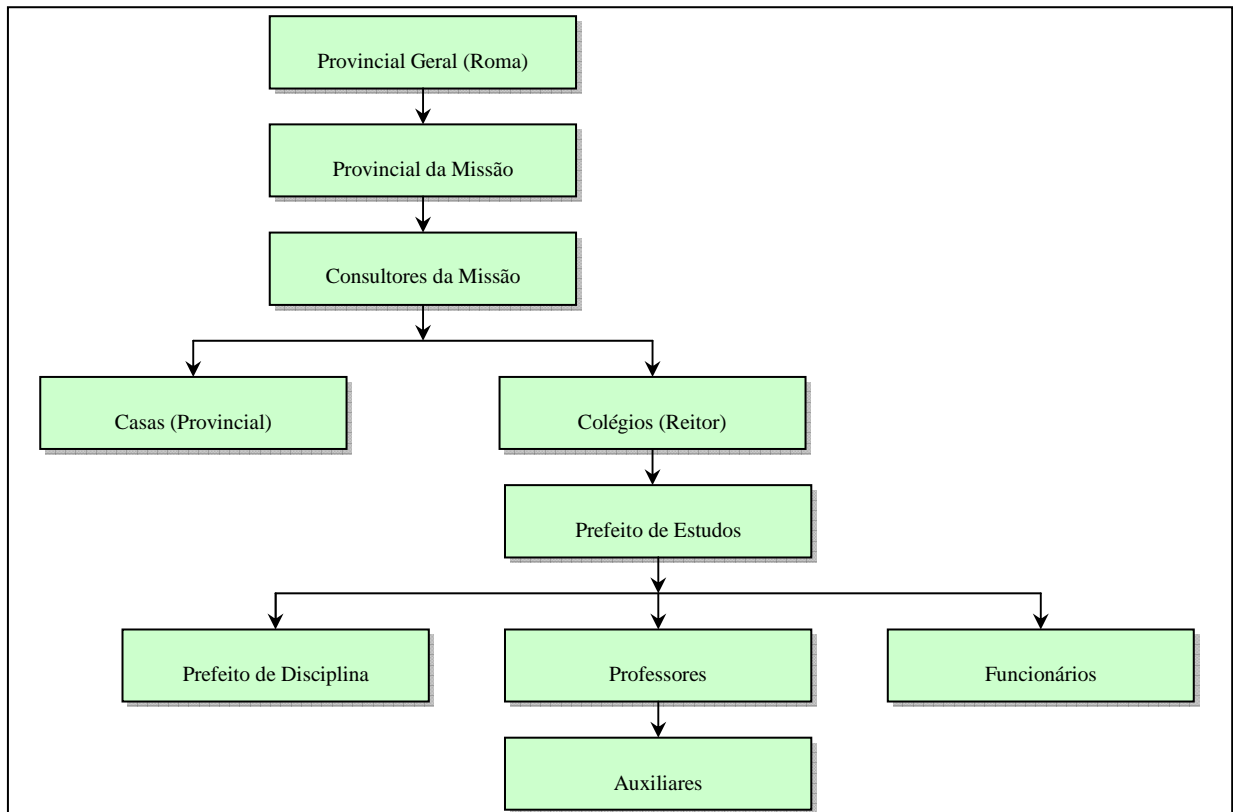
Segundo Franca (1952, p. 154) o *Ratio Studiorum* permaneceu por quase dois séculos, até a supressão da ordem, em 1773, quando o Papa Clemente XIV proibiu a Companhia de Jesus de atuar em seus colégios. “Com a restauração em 1814 pelo Papa Pio VII, o Superior Geral nomeou uma comissão para elaborar uma revisão no código, cujas análises foram

concluídas em 1832, com 29 conjuntos de normas, exatamente um a menos que a versão de 1599, adaptadas aos diversos países e pelas circunstâncias locais.”

Conforme o código, a Companhia de Jesus foi, administrativamente, dividida em Províncias, segundo critérios geográficos ou linguísticos, que compreendiam várias casas e colégios da Ordem. O número de Províncias aumentava de acordo com o número de casas e distâncias entre si (LEITE, 1938).

Na Administração Geral, cuja sede estava situada em Roma, encontra-se a figura do Provincial Geral, abaixo o Provincial, que estava à frente de cada província, nomeado pelo Provincial Geral. Cada casa tinha o seu superior, que, nos colégios, chama-se Reitor, nomeado e subordinado ao Provincial. Integram a hierarquia Prefeitos de Estudos Geral, Prefeitos de Disciplina, Professores e Funcionários, existindo também a figura do auxiliar de professores (*Idem*, 1938). O organograma a seguir (Figura 16) foi elaborado de acordo com o código pedagógico dos jesuítas, o *Ratio Studiorum*:

Figura 16 – Organograma do Colégio dos Jesuítas conforme *Ratio Studiorum*.



Fonte: Adaptado de acordo com Franca (1952) e Leite (1938).

No que se refere ao Provincial Geral, era responsável pelo andamento das casas e dos colégios da Ordem em todas as Províncias. Entre os Superiores da Companhia, é o único com

cargo vitalício. Abaixo do Provincial Geral, encontra-se a figura dos Superiores de cada Província, governam todas as casas (casas e colégios) e cada casa tem o seu superior, o Reitor, no caso dos colégios (FRANCA, 1952).

Entre as atribuições do Reitor, cabiam aquelas de caráter doutrinário, bem como outras de ordem prática, restritas ao bom funcionamento dos estabelecimentos: verificar diretamente as atividades relacionadas à educação e à catequese, distribuir ofícios, convocar e dirigir reuniões dos professores e presidir as grandes solenidades escolares.

O Prefeito de Estudos Geral, considerado na orientação pedagógica o braço direito do Reitor, devia ser homem de doutrina e de larga experiência de ensino. Acompanhava de perto toda a vida escolar, visitava periodicamente as aulas, fiscalizava a execução dos programas e dos regulamentos, formava e aconselhava os novos professores, articulando as atividades de todos. As regras do Prefeito Geral de Estudos, contidas no *Ratio* (*apud* FRANCA, 1952 p. 138), são assim expressas:

1. Dever do Prefeito. – Dever do Prefeito é ser o instrumento geral do Reitor, a fim de, na medida da autoridade por ele concedida, organizar os estudos, orientar e dirigir as aulas, de tal arte que os que as frequentam, façam o maior progresso na virtude, nas boas letras e na ciência, para maior glória de Deus.
2. Não dispense. – Na organização dos estudos não introduza mudanças, nem dispensa, mas, onde for mister, consulte o superior.

Se o número de alunos fosse muito grande e se, para o bom andamento dos trabalhos, fosse necessário, nomeava-se ainda um Prefeito de Disciplina, incumbido de auxiliar o Prefeito de Estudos, principalmente na manutenção da ordem e do bom comportamento. As regras do Prefeito de Disciplina, conforme o código do *Ratio* (*apud* FRANCA, 1952, p. 120), são as seguintes:

Regras do Prefeito de disciplina. – Onde o Provincial der ao Prefeito Geral dos estudos um assistente que se poderá chamar prefeito de disciplina, a ele se aplica a regra nº 2 do Prefeito, as regras relativas ao comportamento, que vão do nº 37 até o fim, e ainda, se parecer conveniente as que se referem aos exames dos novos alunos do nº 9 ao nº 13 do código.

Continuando nesse sistema hierárquico, tem-se, abaixo do Prefeito de Estudos, o “professor”, que deveria se submeter às ordens do Prefeito, além de seguir as orientações do *Ratio* no que diz respeito a sua formação, à preparação e ao desenvolvimento das atividades durante as aulas. Aos professores cabia acatar as seguintes regras principais:

Obediência ao Prefeito. – Obedeça ao Prefeito dos estudos em tudo quanto se refere aos estudos e disciplina das aulas; entregue-lhes, para serem revistas, todas as teses, antes de propô-las; não explique livro ou autor fora dos que estão em uso nem introduza novos métodos no ensino ou nas disputas (*RATIO apud FRANCA*, 1952 p. 144).

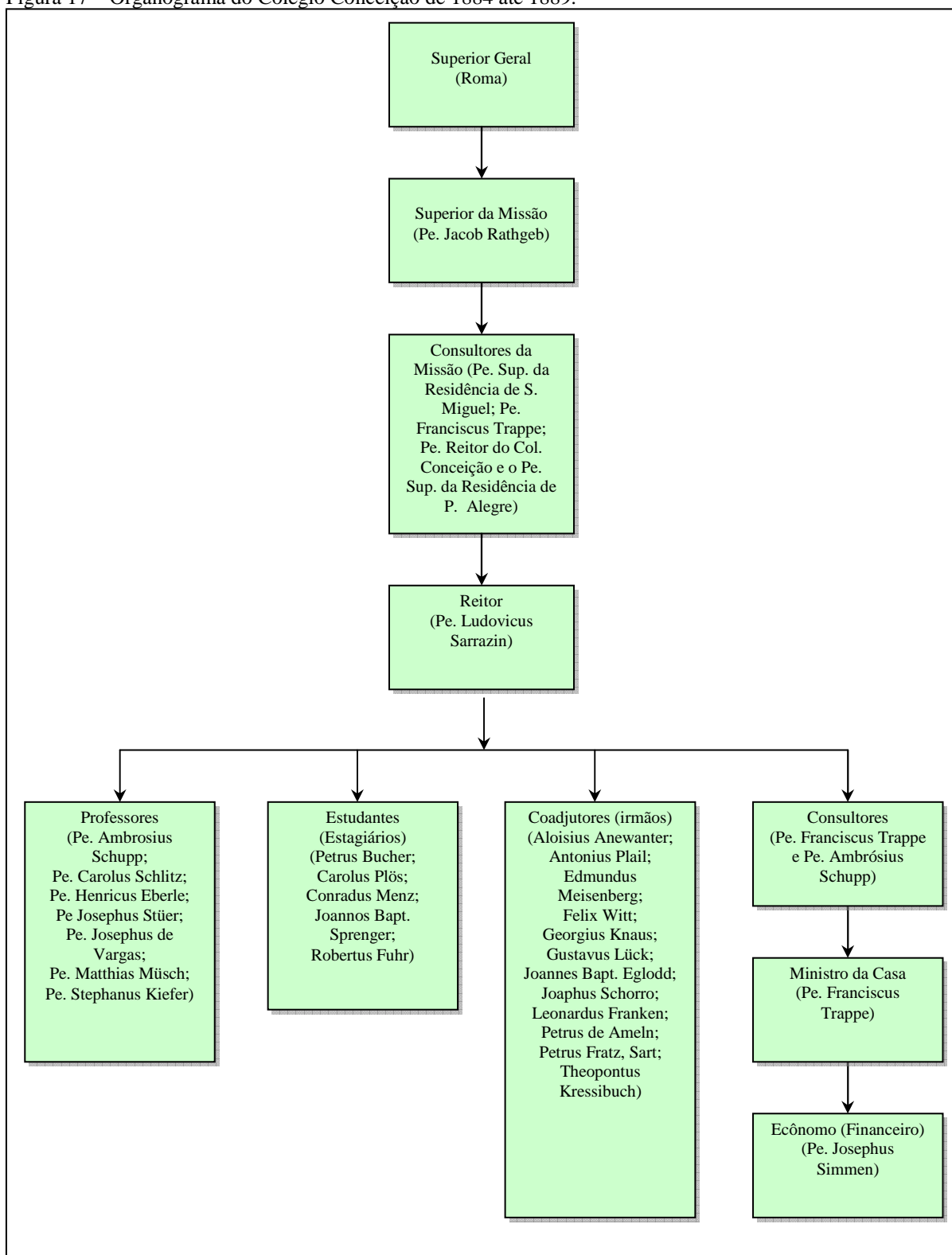
De acordo com os documentos encontrados no manuscrito de Rabuske (1988), pode-se verificar que o Colégio Conceição encontrava meios para se adequar em parte às regras contidas no código pedagógico. No entanto, devido às adversidades encontradas, o *Ratio Studiorum* teve de ser adaptado e até mesmo inovado conforme as necessidades do Colégio Conceição. Cabe salientar que professores, estudantes e coadjutores (irmãos) ocupavam as mais diversas funções, não sendo possível seguir todas as regras contidas no código, devido à realidade em que a instituição se encontrava. Portanto, sua forma de organização também foi adaptada.

Por fim, conseguiu-se identificar, conforme o catálogo encontrado no Instituto Anchietano de Pesquisas, em São Leopoldo/RS, que relaciona as províncias constituídas no Brasil e no Rio Grande do Sul e, mais precisamente, o Colégio Conceição, objeto desta pesquisa, a discriminação da comunidade jesuíta que compunha a instituição. A partir desse material pôde-se organizar o organograma que se apresenta na próxima página, na Figura 17 (salienta-se que a tradução desse documento foi realizada pelo Pe. Pedro Ignácio Schmitz, pesquisador do Instituto Anchietano de Pesquisas).

Nos primeiros anos de vida, o Colégio Conceição, sendo seu primeiro Reitor Pe. Guilherme Feldhaus, funcionou com apenas dois a seis professores. Em 1877, foi elevado a sete professores e, no ano seguinte, a oito professores. Em 1885, já possuía 28 membros, conforme *Catalogus Sociorum et Officiorum – Provinciae Germaniae* (COMPANHIA DE JESUS, 1885 , p. 66-68).

Reitor do Colégio Conceição – P. Ludovicus Sarrazin: Reitor do Colégio Conceição a partir de 29 de novembro de 1884 e consultor da missão. Conforme se observa nos documentos pesquisados, no ano de 1886, Pe. Sarrazin, Reitor da época, também era a pessoa responsável pela conferência do livro “caixa detalhado”. No final de cada mês, constava sua assinatura e escrito “visto e aprovado” e provavelmente realizava acertos, quando necessário, conforme a Figura 22. Podemos deduzir que o ecônomo (administrador financeiro) registrava todas as receitas e despesas no livro e, conforme consta no catálogo, essa figura correspondia ao Pe. Josephus Simmen. E cabia ao Reitor a conferência dos registros.

Figura 17 – Organograma do Colégio Conceição de 1884 até 1889.



Fonte: Adaptado do *Catalogus Sociorum et Officiorum – Provinciae Germaniae* (COMPANHIA DE JESUS, 1885).

- Ministro (administrador) do Colégio Conceição – Pe. Franciscus Trappe: Ministro (administrador), pároco, prefeito de estudos, prefeito da saúde dos jesuítas e também dos sacerdotes, catequista e consultor da missão da casa.
- Ecônomo (administrador das contas do Colégio Conceição) – Pe. Josephus Simmen: Prefeito Geral do internato, procurador, administrador das contas do Colégio Conceição (ecônomo), prefeito da saúde dos alunos, bibliotecário, sensor de livros (revisava os livros devido à censura da época).

Cabe salientar que, tanto o ministro (administrador), como o ecônomo (administrador financeiro) do Colégio Conceição, eram nomeados pelo Superior da Missão.

– Professores do Colégio Conceição:

1. Pe. Ambrosius Schupp: consultor (particular) do Reitor, professor das disciplinas de Humanidades, Matemática e Língua Portuguesa, presidente da Associação dos Internos, prefeito do Museu de História Natural e da Capela do Sagrado Coração, conferencista.

2. Pe. Carolus Schlitz: professor das disciplinas de Língua Francesa, Inglesa, Latim, recolhe os documentos para as cartas anuais, escreve a história da casa.

3. Pe. Henricus Eberle: cuida da saúde e reza pela Companhia.

4. Pe. Josephus Stüer: colaborador na paróquia, catequiza os lusos e operários.

5. Pe. Josephus de Vargas: ministra as disciplinas de Filosofia e Língua Portuguesa, orador, presidente dos casos de disciplina, consciência do colégio e operário (*operário - pastoral da comunidade*).

6. Pe. Matthias Müsch: escritor do jornal católico, prepara meditação e catequese dos irmãos, confessor (confissões da casa e do internato), operário e sensor de livros.

7. Pe. Stephanus Kiefer: ministra a disciplina de Gramática Superior, Prefeito Espiritual, confessor da casa e do internato e censor de livros.

– Estudantes do Colégio Conceição:

1. Petrus Bucher: estuda Teologia no 2º ano.

2. Carolus Plös: Prefeito da 1ª Divisão.

3. Conradus Menz: Prefeito dos externos, ministra a disciplina de Gramática Inferior.

4. Joannos Bapt. Sprenger: Prefeito da 2ª Divisão.

5. Robertus Fuhr: Prefeito da Música e do Canto, ensinamentos variados.

Destaca-se que os estudantes do Colégio Conceição eram considerados estagiários. Durante três anos, trabalhavam em colégios e casas das comunidades jesuítas para aprovação de sua vocação sacerdotal.

– Coadjuutores (irmãos)

1. Aloisius Anewanter: colaborador, auxiliar do cozinheiro.
2. Antonius Plail: porteiro, alfaiate, cuida dos hóspedes e da limpeza na casa dos padres, visitador da meditação e visitador dos exames de consciência.
3. Edmundus Meisenberg: Prefeito da Limpeza do Colégio Conceição.
4. Felix Witt: cozinheiro.
5. Georgius Knaus: arquivista, editor e enfermeiro.
6. Gustavus Lück: ensina música.
7. Joannes Bapt. Eglodd: marceneiro à disposição da missão.
8. Joaphus Schorro: Prefeito do Refeitório, auxiliar do cozinheiro e do enfermeiro.
9. Leonardus Franken: cuida do prédio.
10. Petrus de Ameln: Prefeito das Lâmpadas e da Limpeza do Dormitório.
11. Petrus Fratz, Sart: alfaiate, roupeiro e visitador da meditação.
12. Theopontus Kressibuch: ensina na escola.

Por fim, em 1884, o Colégio Conceição era composto por 11 Padres, 5 estudantes e 12 Coadjuutores (irmãos), um total de 28 membros dentro da instituição. Salienta-se que o Reitor, os Consultores, o Administrador, o Ecônomo e os demais padres ocupavam os cargos por mandato de quatro anos.

4.3 O PROCESSO CONTÁBIL E A ESCRITURAÇÃO NO LIVRO DE CONTAS

4.3.1 Livros Contábeis e Escrituração Contábil do Colégio Conceição

Apesar da promulgação do alvará publicado em 23 de agosto de 1808, determinando a adoção do sistema de partidas dobradas e, posteriormente, da promulgação do Código Comercial, instituído pela lei nº 556, de 25 de junho de 1850, contendo a obrigatoriedade de as empresas manterem a escrituração contábil, até esse momento da pesquisa não foi revelado um levantamento do Balanço Patrimonial anual com a utilização do método das partidas

dobradas. Não foi encontrado também um levantamento sistemático de patrimônio e até mesmo um controle de custos.

Cabe o registro, contudo, de uma avaliação patrimonial externa. Conforme documento encontrado na ASAV (Anexo H) em pesquisa realizada pelo Pe. Balduino Kipper, consta que, conforme comissão do governo, em 20 de outubro de 1899, foi avaliado o Colégio Conceição em 493 contos, ou seja, conforme equivalência da época Rs. 493.000\$000 (quatrocentos e noventa e três milhões de réis). Diante disso pode-se concluir que neste ano foi realizada uma avaliação externa do patrimônio do Colégio Conceição.

Deste valor, RS. 400.000\$000 (quatrocentos milhões de réis ou quatrocentos contos de réis) foi a estimativa governamental para o valor das construções. Levando-se em conta que no período estudado, de realização das maiores construções do colégio, o valor despendido nestas foi de Rs. 79.510\$660 (setenta e nove milhões, quinhentos e dez mil, seiscentos e sessenta réis), é possível sugerir a ocorrência de um ou dois fatores conjuntamente: elevada desvalorização real da moeda (inflação) e/ou forte valorização imobiliária em São Leopoldo.

Ainda, durante a pesquisa realizada na Associação Antônio Vieira, conforme comentado na metodologia da pesquisa, foram encontrados três livros de registros contábeis, a partir dos quais se pode concluir que esses livros eram a apresentação formal dos registros contábeis do Colégio Conceição. São eles: o *Livro de conta corrente dos alunos*, o *Livro caixa de receitas e despesas detalhadas* (que se pode considerar como o livro “borrador”) e o *Livro caixa resumido*.

4.3.1.1 *Livro de conta corrente dos alunos e escrituração*

No livro de conta corrente dos alunos eram registrados os recebimentos e os pagamentos. As folhas eram numeradas, e cada aluno matriculado tinha o seu número correspondente lançado no livro. Constavam, ainda, informações como o nome do aluno, os nomes de seus pais, data de entrada e saída e, no caso de alguns, o registro do retorno do aluno, quando este havia se retirado da Instituição, por falta de pagamento ou por motivo de doença que o afastasse da escola. Receitas e despesas de alunos de uma mesma família foram registradas em uma mesma página, mas com numeração diferenciada para cada integrante. Nele também constava a figura do “correspondente”, pessoa de confiança dos pais, espécie de intermediário entre os pais e a instituição no que se referia aos pagamentos das mensalidades.

Verificou-se que os pagamentos eram realizados em três parcelas. Conforme já relatado no capítulo referente ao método, foi encontrada no Instituto Anchietano de Pesquisas uma espécie de “caderneta dos alunos”, provavelmente entregue no início do ano letivo. Nessa caderneta constava o Regulamento daquele ano e os nomes de todos os alunos matriculados. Também determinava que os pagamentos da pensão dos alunos deveriam ser realizados em janeiro (início do ano letivo), maio e agosto.

As receitas foram registradas na coluna do “HAYER” e as despesas na coluna do “DEVE”. Observou-se que a apuração dos valores de débito e crédito dos alunos era realizada três vezes por ano e o saldo – devedor ou credor – era transportado para o próximo mês de controle.

Constatou-se que não havia data fixa para recebimento das mensalidades dos alunos, apesar de que, no regulamento citado, o pagamento deveria ser realizado em meses específicos. Contudo, foram encontradas várias datas de recebimento, e pode-se considerar que muitos alunos atrasavam o pagamento das mensalidades. Observa-se que não eram cobrados juros pelos pagamentos em atraso. À medida que a instituição recebia os valores, registrava-os no livro de conta corrente dos alunos, identificando a data e a página do livro de receitas e despesas detalhado.

As despesas eram discriminadas detalhadamente com seus valores. A Figura 18 apresenta a página do livro de conta corrente do aluno Guilherme Hoffmann, número 122 do registro.

Figura 18 – Reprodução da página do livro de conta corrente do aluno nº 122, Guilherme Hoffmann.

guilherme Hoffmann N.º 122.

responsente (V.O. 722 121 com o 722.)

Entrou	Saiu	DEVE	HAV
		Mil réis	Mil
6 Pag. O saldo da ultima conta	setem 17/86.		126
15 maio 380 pagou adiantado a conta	Saldo 24/11.	90 000	
por pensão da 1ª prestação (3½ mezes) até o mez de Maio			
" lavagem			
" roupa nova			
" par de botinas			
" concerto das botinas			
" concerto e alimpamento dos vestidos		100	
400 418 310			
" livros, cadernos e mais utensilios para a aula		4 710	
480			
" porte de cartas, corte de cabellos e mais miudezas		480	
" ensino particular do			
" 29 lições da musica 14/500; musicas 16/560		31 060	
" visitas do medico e remedios			
pagou		126 350	126
pagou adiantado			
por pensão da 2ª prestação (3½ mezes) até aos 15 do mez de Agosto		90 000	
" lavagem			
" roupa nova			
" par de botinas			
" concerto das botinas			
" concerto e alimpamento dos vestidos		300	
4120			
" livros, cadernos e mais utensilios para a aula		1 120	
4480			
" porte de cartas, corte de cabellos e mais miudezas		480	
" ensino particular do			
" 30 lições da musica		15 000	
" visitas do medico e remedios			
pagou		Total 106 900	
pagou adiantado por dinheiro a vista 90/900 e por conta 14/80		Saldo 106 900	106 90
por pensão da 3ª prestação (3½ mezes) até o mez de Dezembro		90 000	
" lavagem			
" roupa nova			
" par de botinas			
" concerto das botinas			
" concerto e alimpamento dos vestidos		1 400	
320 220 440			
" livros, cadernos e mais utensilios para a aula		1 500	
320 220 440			
" porte de cartas, corte de cabellos e mais miudezas setem 3/1000		15 000	

Fonte: Livro de conta corrente dos alunos (1886).

4.3.1.2 Livro de receitas e despesas detalhado e escrituração

No livro de receitas e despesas, verificou-se o registro diário das entradas e saídas da instituição, sendo cada item registrado separadamente, com descrição detalhada da operação. No entanto, o livro não possuía um estado de conservação ideal, e o levantamento dos dados apresentou algumas dificuldades, inclusive quanto à grafia.

Cabe observar que, em relação aos livros contábeis, optou-se pelo estudo mais aprofundado do ano de 1886, tendo em conta a dificuldade de compreensão da grafia dos outros anos atinentes à pesquisa, conforme já mencionado na metodologia. Apesar da dificuldade dos registros do período analisado, foi possível a verificação de quase todos os registros contábeis do período. Nestes incluíam-se entradas (receitas) e saídas (despesas), sendo a maioria dos lançamentos o registro das mensalidades dos alunos, identificadas pelo nome e número do estudante.

Verificou-se, também, que as datas dos pagamentos, registradas no livro de conta corrente dos alunos, coincidiam com as datas dos recebimentos registradas no livro de receitas e despesas detalhado, o que evidencia estreito controle contábil, como apresentado a seguir (Figura 19).

Figura 19 – Reprodução da página do livro de receitas e despesas detalhado.

50:

1886

Maio

		Receitas	Despesas
Maio 29	Transporte:	20.842 400	13.806 870
"	Ramada: papel de tabaco	- 9	3 000
"	Frete por barrica de vinho (17½)-2004; por vinho e balde 1½; por louça	- 7	2 160
"	Typographia: por 3 annuncios e assignatura	6 1/2	14 500
"	Victus: Sal. 2½; peixe - 6½; b. b. 1.000 do 1.º. 2½; 15.º. 1.000 (de novo)	- 11	23 900
"	Schaly (fevereiro): Abschlagzahlung	C 5	200 000
"	Constructio: 2½ (17½); pedreiros - 126½ 760	- 20	128 960
"	Recuperanda: por b. colchão à 1½; e 1 transaccão à 2½; do 1.º. 1.000	- 24	52 000
"	Supellen: pelo marcenheiro 7½ 000; b. carter 7½; 8 pa's para mesa - 500 (pelo 1.º. 1.000)	- 4	148 520
"	La cellum: pelo 1.º. 1.000; 8.º. 1.000; 24 patões	- 3	4 200
"	Apertura: por 12 Knippel, fullen 1.º. 1.000	9 4	1 500
"	Pedro Fisch: mais por Pedro Hamel	C 8	8 000
30	Albino Fontoura: pagou (em 24 de maio p. 2000 de Brazil Bank)	n 121 q	97 400
"	Guilh. Hoffmann: pagou	n 122 q	126 350
31	Victus: 10 galinhas à 1.000 = 11 400	- 11	11 400
"	Ex minist. S. pro missio, matrimonio, baptismo etc por P. Matthe	- 2	50 000
"	Typographia Recuperata: pelo P. Meng 50 000 menos 2½ por regos	- 12	43 000
"	Museum: por 1.º. 1.000 de coisa branca	- 4	1 800
"	Constructio: 20 casetas de ouca à 1½ = 24 000	- 20	24 000
"	Congreg. alumn. debet pro argento suppositato	C 20	21 000
"	Ex minist. S. por P. Staez (na freguesia de Novo Hamb. p. 1.º. de arca)	- 2	79 600
"	Recuperanda: por lavagem para os alumnos 4 100; fullen 2½; 20. 600	- 24	442 000
"	Famili: Constantino 2 400; Lavagem 8 000; Manual deb. adient. 3 000	- 17	21 400
"	Ignacio Stoll: a mãe pagou por lavagem	n 111	15 000
"	1.º. Allgayer pagou	C 6	6 000
"	Chacara (Oeconomia): por 1.º. 1.000 de trabalho	- 2	6 440
	Total:	21.276 550	14.906 150
	Exente menses Maio manent in arca		6.370 400
	Summa aequalis	21.276 550	21.276 550
	Saldo:	6.370 400	
	Sed in arca desunt.	- 25	180 000

Fonte: Livro de receitas e despesas (maio de 1886).

Como é possível verificar, o valor do recebimento da mensalidade do aluno Guilherme Hoffmann, nº 122 do livro de conta corrente dos alunos, conforme Figura 18 (página 88), foi lançado no livro de receitas e despesas detalhado no valor de Rs. 126\$350 (cento e vinte e seis mil e trezentos e cinquenta réis). Neste registro, consta o número do aluno, nome e o valor que recebeu no mês de maio.

Dentre os pagamentos realizados, podem-se citar as despesas com alimentação – com a discriminação do fornecedor, a mercadoria adquirida, preço e total da compra, como demonstrado a seguir, na Figura 20, no valor de Rs. 44\$990 (quarenta e quatro mil novecentos e noventa réis) – conta 11 “Victus” (alimentos).

Figura 20 – Reprodução da página do livro de receitas e despesas detalhado.

369.

1886
Abril.

		Receitas	Despesas
17	Transporte:	11:496 770	5:689 380
	M. & D. pela sf factura de 7/4	223 000	
	Rod. Machado: pela sf fact. de 7/4	91 300	
	Paulino Calazans: pela sf fact. de 7/4	96 800	
	Magecon: pela sf fact. de 7/3 - 1364400; de 14/4 - 264400	162 860	
	Construção: 165 barr. cimento, revest. capal & alvario de 2.º grau		179 000
	Recuperanda: castanhas de 2.º M. D. - 4400; Madeira de 1.º - 1000/100 = 232/100; + livros e musica de Magecon 121,860 + 164400 = 135660		384 160
	Bibliotheca: 6 pastas tinta chimica & 1 par de outra tinta de Magecon		10 800
	Construção: Muro de 2.º grau (de 1.º grau)		138 420
	Sacellum: 2.º grau (de 1.º grau)		55 520
	Santa Tecla: Mula & Ernst: 15 fo. Glosary. 4.º grau - 1/100		17 500
18	Borges Fortes, pago (2293) pagam	126 000	
19	Victus: 2.º grau - 224 Kc. 1/100 = 16400; 2.º grau - 1/100 = 16400; 2.º grau - 1/100 = 16400; 2.º grau - 1/100 = 16400		
	+ 21.º D. = 15/400 + 9/400 = 24/400 = 60/1000 = 600/10000		44 990
	Victus: 2.º grau - 224 Kc. 1/100 = 16400; 2.º grau - 1/100 = 16400; 2.º grau - 1/100 = 16400; 2.º grau - 1/100 = 16400		23 100
	Resid. Postus Uluensis: Por um sub-estudo para o P. Glosary		35 500
	Recuperanda: por 2.º grau de 1.º grau - 8/10; viagens p. 2.º grau - 4/100		50 700
20	Assmus: Pela sf conta sobre cartas pagas	1767 600	
	Baukasten: 1.º grau - 1/100 = 1000; 2.º grau - 1/100 = 1000; 2.º grau - 1/100 = 1000; 2.º grau - 1/100 = 1000		1767 600
	Assmus: soll für 1.º grau		767 600
	Recuperanda: megalas, viagens etc. seguinte ao livro acima - 1174/100 = 117400		221 200
	Beck (162 & 163) pagaram a conta	236 460	
	Id. adiantado por megalas até ao 15 de agosto	10 000	
21	Ex. ministerio pi. P. Bucher von der Altea	20 000	
	San Juan (23) pagou a conta do I. Fomento seguinte	129 310	
	Rod. Machado, deve por isso pto		129 310
23	Rod. Becker (61), pagou ao S. Desler	104 500	
	Jul. Desler, deve por dinheiro acima		104 500
24	Ex. Minist. S. von P. Pizarro e fallas	220 000	
	Recuperanda: 2.º grau - 1/100 = 1000; 2.º grau - 1/100 = 1000; 2.º grau - 1/100 = 1000; 2.º grau - 1/100 = 1000		

Correspondentes

Mensalidade de Alunos

Fonte: Livro de receitas e despesas (abril de 1886).

Destaca-se o registro da compra da lenha no valor de Rs. 1:767\$600 (um milhão setecentos e sessenta e sete mil e seiscentos réis), conforme demonstrado na Figura 20. No momento em que era recebida a mercadoria, ocorria seu lançamento no livro. Presumiu-se que

poderia ser um determinado controle de estoque de mercadoria do Colégio Conceição, e logo abaixo era dada sua saída. Conforme análise dos dados, sua saída (despesa) foi lançada na conta nº 20 – “construções de prédios novos”.

Alguns recebimentos das mensalidades dos alunos foram feitos através do “correspondente” citado anteriormente. Eram lançados no livro como saída (despesa) e registrados como “o nome do correspondente deve pelo pagamento do aluno”. A partir disso, pode-se concluir que essa escrituração era mais um controle de receitas a receber do Colégio Conceição.

Figura 21– Reprodução da página do livro de receitas e despesas detalhado.

1886 Janeiro		Receitas	Despesas
	Transporte:	7:512 990	1:710 950
Resid. St. Michaelis deve por 2 batidas boff e um cinguloff para o P. Michels	12 45		62 500
Recuperata Dinheiro para estas batidas etc	- 12	62 500	
Cytophgia: Abonnen. 1 tem. 88 de B. Jardim - 21/15; haben de Defiz	8	35 500	
Por sellos deve	8		10 000
Recuperata abonnen. auf Kaffel. Miss. 3/1; f. 2. Mtl. 2/1; 1/1; 1/1; 1/1	- 12	6 350	
Exminist. para fixa cepul. que fizes in Lora gide 15/1; f. 3. unk. ordn.	- 2	18 000	
Jul. Toller: Deve por pagamento por mão do R. P. Reitor	41		400 000
Barcellos " " " " " " " " " " " "	46		200 000
Gundlach " " " " " " " " " " " "	70		326 030
P. Gamas s/ f. " " " " " " " " " " " "	64		200 000
Neuter e C. " " " " " " " " " " " "	111		300 000
Edificia conservata: Verschiedene Scheibly zum J. P. Wones			71 000
Warneke & Dörken, deo ao R. P. Reitor aos 4 de Jan. (Vinhain)	6	4.200 000	
Constructio: Papeter von Carl Godey in Porto Alegre	- 20		50 000
Bastje e C.ª For pagto do R. P. Reitor	35		36 980
Picira (08/09) pagou ao Sr. Machado	38	103 260	
Machado, deve por pagto do Sr. Picira	101		103 260
Warneke & Dörken: por 2 billetes de 30/1 (zu anw. u. f. m.)	6		60 000
Joaq. e Alex. Mendouca (42/123), pagaram ao seguinte	42	75 900	
Warneke & Dörken: por pagto do Sr. Mendouca	6		75 900
Cytophgia: por annuncios do Sr. Gundlach	8	25 000	
Hypocidia missas de Porto Alegre. 21/1; + missas de encom. 5/1	- 2	29 000	
Alvaro Ferreira (55) pagou ao Sr. Paulino Calazans	55	28 390	
Paulino Calazans: deve por pagto acima	50		28 390
H. para Porto Alegre: P. Bucher 3/1070; R. P. Reitor 3/1300	- 7		6 370
Constructioes: para columnas por Sr. Dautz, dimbeira a vista	- 20		693 730
Recuperanda: für Matiatzta etc von Dietl, abh. f. g. l. i. g.	- 24		107 000
Viaticos: 1: 103 kilos de carne por Sr. Steigleber por Novembro e Dezembro	- 11		264 720
Exminist. para: Hatergeld von Lappanow = 92/1; pro Hatergeld von Palmgren 10/1	- 2	132 000	

Fonte: Livro de receitas e despesas (Janeiro de 1886).

Observa-se que, na Figura 21 (página 92), foi registrado o recebimento das mensalidades dos alunos Joaquim e Alex Jacinto de Mendonça, códigos 42 e 123, respectivamente, no valor de Rs. 75\$900 (setenta e cinco mil e novecentos réis).

Constatou-se que foi dada uma entrada da receita e uma saída discriminando a respectiva dívida, do correspondente “Warncke e Dorken”; no entanto, observa-se, mais acima, que o Warncke e Dorken, pagou ao Padre Reitor, em 4 de janeiro, em dinheiro, o valor de Rs. 1:200\$000 (um milhão e duzentos mil réis), sendo que se pode concluir que seria o pagamento das mensalidades devidas pelo correspondente.

Pode-se verificar, no livro de conta corrente dos alunos, que os Srs. Warncke e Dorken foram os “correspondentes” dos alunos Joaquim e Alex Jacinto de Mendonça, assim como de outros internos.

Além das mensalidades pagas, despesas como lavagem de roupas, consertos, livros, cadernos, aulas particulares, lições de música, entre outras, também eram cobradas, conforme Figura 18 (página 88). Essas despesas foram registradas como conta 24, “*recuperanda*” (saídas), ou despesas recuperadas e, posteriormente, quando ocorria o reembolso, eram registradas na conta 12, de “*recuperata*”, ou receitas recuperadas, como demonstra a Figura 21 (página 92), nos valores de Rs. 62\$500 (sessenta e dois mil e quinhentos réis) e Rs. 6\$350 (seis mil e trezentos e cinquenta réis).

O livro de registro possuía a assinatura do Pe. Sarrazin, com “visto e aprovado”, conforme Bohnen e Ullmann (1989), nomeado Reitor da época. A ferramenta de gestão “controle” e a existência de diferentes níveis hierárquicos se mostram claramente nessa prática. Verificaram-se alguns “erros” de cômputo, observaram-se também, erros de soma ou receitas e despesas não registradas, as quais foram ajustadas ao final do mês, conforme se verifica na Figura 22.

Figura 22 – Reprodução da página do livro de receitas e despesas detalhado.

986

2.

Novembro.

	Receitas	Despesas
v. 20 Transporte	14.585 690	10.913 280
" José Kötzer pagou	n 28 qn 134 750	
" Sr. Bard "	n 24 qn 127 550	
" Sr. Bopp " por cerveja de 28/10 - 12/10, de 15/10 - 16/10	n 21 n 28 000	
" Victus: 175 gal. de cerveja	- 11	28 000
" Sr. de Lergas Firme pagou	n 26 qn 71 700	
" Sr. Diogo Martins Ferrás pagou	n 115 qn 82 400	
" " Pasco " "	n 156 qn 27 200	
" Sr. Max. Lic. Juvonal "	n 99 qn 84 900	
" Sr. Sellach "	n 53 qn 52 800	
" J. Josler: por factura de 21/2 200 q 940	C 52 n 260 940	
" Sr. Ullschu, " de 4/11 - 17/3 q 650 e de 9/11 - 36/11	C 31 n 210 060	
" Victus: café 120 K ² de Isalre 88,800 + 250 ² fct, e 60 K ² de Sellach	- 11	L 96 350
" " açúcar 177 K ² = 206 ² de Isalre - 54/150 + 200 ² , e 60 K ² de Sellach	- 11	L 57 560
" " trigo de Josler 85 a 88 q - 64 qn + 200 ² ; 50 ² de Sellach - 4/11 - 15/11	- 11	L 109 400
" " S.S. arroz de Josler 2 10/12; = 54 qn + 200 ² ; e marmos 15 qn, S.S. arroz	- 11	L 102 540
" " 2 fides bacalhão de Isalre - 68 qn + 250 ²	- 11	L 68 250
" Recuperanda: por biscoitos, leite de manteiga e queijo para lanche	- 24	L 26 900
" Sr. Trópans de Meneses pagou pelo filho Cleonoro	n 63 qn 84 400	
" " " " " João Meneses Neto	n 14 qn 3 100	
" " " " " Carlos Freitas	n 100 qn 9 200	
" Ehemerga: foi f. g. l. u. n. f. a. n. t. a. v. u. n. f. o. e. i. f. o.	- 14	8 000
" Economia: por 12,000 larejas no mez de Outubro	- 1 n 36 000	c
" Victus: as larejas acima	- 11	c 36 000
" Economia: por 5 porcos matados	- 1 n 144 000	d
" Victus: 900 K carne etc dos porcos acima	- 11	d 144 000
" Recuperanda: por ringer, meçadas etc K. L. S. pag. 57	- 24	150 100
Costul:	15.939 690	11.756 380
Saldo:	3.253 310	
	1200 -	
	14.839 690	

Visti e approbavi.
A. Sarrazin J. D.

Fonte: Livro de receitas e despesas (novembro 1886).

Pode-se comprovar acima que a conferência do livro foi realizada pelo Pe. Sarrazin, Reitor da época (Anexo I), no qual foi constatado um “erro”, provavelmente de soma, que, foi devidamente corrigido pelo conferente, conforme consta na Figura 22. Registre-se que essa correção foi transferida para o mês de dezembro, conforme análise do livro contábil.

Cabe salientar que esse livro de registro contábil, no qual se descrevem todas as receitas e despesas de forma detalhada, foi a principal fonte deste estudo. Este somente foi encontrado após meses de pesquisa, possibilitando atingir alguns objetivos propostos.

Certificou-se que o Colégio Conceição, mesmo de forma simples, mantinha um controle de seus recebimentos e pagamentos mensais, comprovando a fidelidade de registro de muitas informações mediante esse registro contábil.

4.3.1.3 *Comparação entre o livro de conta corrente e o livro de despesa e receita detalhado*

Analisando o Livro de Conta Corrente e o Livro de Despesa e Receita Detalhado, verificou-se a riqueza desses registros realizados pelos padres jesuítas do século XIX. Os registros eram realizados de forma muito detalhada, existindo um controle minucioso de todos os fatos ocorridos na instituição, fato que enseja conclusões importantes sobre as práticas contábeis de seu tempo.

4.3.1.4 *Livro de receitas e despesas resumido e escrituração*

Outro livro encontrado foi o *Livro de receitas e despesas resumido*, no qual verificou-se um resumo de cada conta de receitas e despesas detalhadas, constando a soma de todas as contas. Eram separadas em ordinárias e extraordinárias.

Conforme citado anteriormente, ao serem confrontados os três livros contábeis, foi verificada a existência de um Plano de Contas do Colégio Conceição, mediante os registros no livro de conta corrente dos alunos e no livro de registro de receitas e despesas detalhado. Verificou-se que o código dos registros correspondia ao *Livro caixa resumido*, conforme Figuras 23 e 24 (páginas 96 e 97 respectivamente), a seguir. Somente as receitas das mensalidades dos alunos foram lançadas em uma conta única “*ex pensionibus alumnorum*”. Foi possível observar que, nos dois livros contábeis, conferem com precisão os valores das receitas e despesas registradas, de acordo com a Figura 22 (página 94), em relação ao total das receitas da Figura 23 (página 96) e total das despesas da Figura 24 (página 97). Pode-se observar que as receitas totalizam Rs. 15.939\$690 e, se for observado o total das despesas de Rs. 11.756\$380, somando com o saldo final de caixa do mês de Rs. 4.183\$310, fecha o total de receitas e despesas conforme as figuras a seguir.

Figura 23 – Reprodução da página do livro de receitas e despesas resumido.

		Ratio acceptorum			
		A. Accepta ordinaria.			
<p>Plano de contas</p> <p>1. Proventus</p> <p>2. Eleemosynae</p> <p>3. Subsidia</p> <p>4. Debita ex computo continuo</p>	a. ex pecunia ad censum credita				
	b. ex obligationibus vel actionibus				
	c. ex cultura agrorum, hortorum etc.		36 000		
	d. ex cultura pecorum		144 000		
	e. ex locatione immobilium				3:3 06 800
	f. ex honorariis librorum				
	g. ex pensionibus alumnorum		2:58 4 650		
	h. ex variis venditis		17 400		
	i. <i>ab alumnis externis</i>		27 250		
	k. <i>ex typographia</i>		584 500		
	a. missarum		192 000		
	b. occasione s. ministerii.		581 000		683 000
	c. in naturalibus				
d. in pecunia a Nostris					
e. in pecunia ab Externis					
a. pro novitiis vel scholasticis					
b. pro senibus vel aegrotis					
c.					
Summa acceptorum ordinariorum					8:249 800
		B. Accepta extraordinaria.			
9. Ex venditione { a. immobilium	b. actionum vel obligationum				
10. Aes alienum contractum				2:43 0 000	
11. Dona extraordinaria					
12. Recuperata ex computo continuo				2:456 030	
13.					
14.					
Summa acceptorum extraordinariorum					4:886 030
Summa acceptorum ordinariorum et extraordinariorum					12:835 800
Initio erat in area					3:103 800
, , in provisionibus					
Summa aequalis					15:939 600
Sustentati sunt.					
PP. 16	Schol. 7	Coadjut. 18	Alumni. 156 e 5.M.P.	Famuli. 13	Universi. 209

Fonte: Relação de receitas de novembro de 1886.

Figura 24 – Reprodução da página do livro de receitas e despesas resumido.

et expensorum a die 1^o } 18 |
ad diem 30^o } m. Novembris 18 | 86.

Plano de contas A. Expensa ordinaria.

1.	Aedificia conservata et reparata		422	610
2.	Oeconomia { a. animalia empta etc. b. pabula, stercoia etc. c. supellex oeconomiae	[22 800]	22	800
			23	530
			191	380
3.	Sacristia et templum (incluso ornatu templi)		23	530
4.	Supellex domestica (inclusis ornamentis domus)		191	380
5.	Tributa, <u>assurances, notarii</u>		23	1260
6.	Bibliotheca, musea, portoria, charta, calami		13	700
7.	Itinera Nostrorum		12	580
8.	Calefactio et lumen			
9.	Infirmi et defuncti (medicus, pharmacopola etc.)			
10.	Vestitus { a. sutor et corium, sartor et panni b. linteamina, lotio	[524 610]	524	610
			121	060
11.	Victus { a. butyrum, caseus, lac. b. caffeeum, chocolatum, thea c. saccharum, sal, reliqua condimenta d. panis, farina, frumentum e. caro, pisces, ova f. fructus et legumina g. cerevisia h. vinum (incluso vino altaris)	[109 750]	109	750
			46	350
			666	010
			288	380
			273	580
			562	680
			21	070
			13	110
12.	Census debitorum solutus		135	300
13.	Debita ex computo continuo soluta		111	730
14.	Eleemosynae in pecunia datae		37	580
15.	Contributio ad expensas communes			
16.	Eleemosynae in naturalibus ad usum traditae			
17.	Merces famulorum et auxiliarium		157	480
18.	<i>Cypographia</i>		13	020
19.	<i>Varia pro alumnis (praemia)</i>		24	680
Summa expensarum ordinariorum			4524	570
B. Expensa extraordinaria.				
20.	Aedificia recens constructa		1061	610
21.	Aes alienum solutum		3800	080
22.	Immobilia empta: <i>domus vicinal</i>			
23.	Pecunia ad censum credita vel in obligationibus deposita		1882	640
24.	Recuperanda ex computo continuo			
25.				
26.				
Summa expensarum extraordinariorum			6714	250
Summa expensarum ordinariorum et extraordinariorum			11238	820
In fine manet in ara			4183	380
" " in provisionibus				
Summa aequalis			15416	200
Not.				
Vidi et probavi				

Fonte: Relação de despesas de novembro de 1886.

Apesar de o Colégio Conceição não seguir as normas do Código Comercial na elaboração do Balancete e do Balanço Geral, foi possível constatar que os três livros encontrados eram elaborados com registros de valores e datas precisas. Apesar de não terem os livros contábeis estipulados pelo Código, os registros contábeis utilizados eram transcritos com exatidão. Conforme mencionado anteriormente, comparando os três livros contábeis, verificou-se que a instituição possuía um “Plano de Contas”, este foi utilizado para a elaboração do Plano de Contas do Colégio Conceição. Desta forma atinge-se mais um dos objetivos propostos.

4.4 PLANO DE CONTAS

Analisando o ano de 1886, verificou-se que o colégio dos jesuítas realizava os seus registros contábeis mediante uma ordem de numeração, ou seja, utilizava uma estrutura contábil básica. A numeração era formada por um conjunto de contas, mediante a numeração do livro de receitas e despesas resumido. Conforme a análise procedida, foi utilizada na elaboração do livro de receitas e despesas detalhado uma das demonstrações contábeis da instituição. Com esses dados, elaborou-se, então, o Plano de Contas do Colégio Conceição.

Segue o plano de contas do Colégio Conceição do ano de 1886, salientando que não foram encontrados alguns códigos no livro (Quadro 4 a 6).

Quadro 4 – Contas dos alunos Continua

Receitas: Código dos Alunos	
Código	Nomes
1	Carlos Weber Júnior
2	Eurico da Silva Tavares
3	Bibiano Rodrigues Lima
4	Amando Schramm
5	Álvaro de Moraes Silveira
6	Jacob Sehl
7	Arthur Bardou
8	Arthur Soares de Oliveira Pacheco
9	João Manoel da Silveira
10	Germano Alscher
11	João Carlos Bastian
12 e 72	Carlos e João Reguly

Quadro 4 – Contas dos alunos

continua....

Receitas: Código dos Alunos (continua)	
13	João Engel
14	Pedro Petter
15	Adolfo Lopes Rios
16	No livro não constava a página
17	Manoel Pacheco de Andrade
18	Mario de Oliveira Jobim
19	Carlos Becker
20	Miguel Froner
21	Carlos Bopp
22	Jacob Becker
23	Alberto San Juan
24	Frederico José Bard
25 e 90	Eduardo e Fernando Hasslocher
26	João Pereira de Vargas Firme
27 e 50	Ramon e Alberto Trápaga
28	Theodoro Christ
29 e 52	José Maria e Raul Moreira
30	Albino Valduga
31	Antonio Luiz Moritz de Carvalho
32	Francisco Dauth
33	Christiano Witgen
34	Antonio Ribas Júnior
35	Frederico Wolffenbüttel
36	Manoel Joaquim de Souza Pena
37 e 121	José e Manoel Alves Ferráz
38	José Kölzer
39	Oscar Dauth
40	Emilio Wiltgen
41	Patricio Ramires
42 e 123	Joaquim Jacintho e Alexandre Jacintho de Mendonça
43	José Kroeff
44	Domingos Moreira Corsini
45	Francisco Augusto de Sampaio
46 e 131	Edydio Tito Midon de Almeida e Alvaro Antonio de Almeida
47	Eduardo Klaes
48	Henrique Gonçalves Borges
49	Rodolfo Sehl
50	No livro não constava a página
51	Luiz Bernardo Godart
52 e 29	José Maria e Raul Moreira
53	Christiano Selbach
54	Pedro Primavera
55	Álvaro Augusto Ferreira da Silva
56	Geraldo Leonardo Pereira
57 e 62	Afflonso e Antonio Prates do Nascimento
58 e 82	João e Carlos Dihel
59	Octaviano Pereira de Albuquerque
60	Achilles Bardou
61	Rodolfo Beker de Rio Pardo
62 e 57	Afflonso e Antonio Prates do Nascimento
63 e 80	Antonio e Marcos Alves De Azambuja

Quadro 4 – Contas dos alunos conclusão

Receitas: Código dos Alunos	
64	Dario Canabarro
65	Francisco Borges Fortes
66	Bernardino Gutierrez
67	Lucio Lopes dos Santos Sobrinho
68	Jacob Weber
69	João de Araújo Vieira
70	Virgilino Antônio da Rocha
71	Frederico Carlos dos Santos
72 e 12	Alexandre Reguly
73	José de Azevedo Maia
74	Sebastião Carlos de Camargo
75	Pedro Bina
76	Antonio Azevedo Maria
77/137/138	João, Pedro e Amadeo Weinmann
78 e 86	Pedro e Trajano Mostardeiro
79	Arthur Severo Fialho
80	Antonio Alves de Azambuja
81	Antonio Tagliari
82 e 58	João e Carlos Dihel
83 e 95	Honório e Sylvio Brito
84	Samuel da Motta Mendonça
85	João Luiz Ferreira de Brito
86 e 78	Pedro e Trajano Mostardeiro
87 e 141	Adolfo e Abílio Ribas
88	João da Silva Cageiro
89	Sebastião Floriano Pinto
90 e 25	Eduardo e Fernando Hasslocher
91	Theobaldo Francisco X. Friderichs
92	Carlos Augusto Dubois
93	José Thomaz R. Pereira
94	Antonio Kroeff
95 e 83	Honório e Sylvio Brito
96	Dario Dias
97	Ismael Leivas Leite
98	Alberto Schmitt
99	Maximiliano Cicero Juvenal Batalha
100 e 134	Augusto e Luiz Bandeira Falcão

Fonte: Livro de conta corrente dos alunos (1886).

Quadro 5 – Outras receitas

Continua

Receitas: Demais Receitas	
Código	Contas
	Receitas Ordinárias
1.	Proventos
1.a	Receitas para Crédito Fiscal
1.b	Receitas de Ações
1.c	Receitas de Atividade Agrícola
1.d	Receitas de Atividade Pecuária
1.e	Receitas de Locação de Imóveis (Aluguel)
1.f	Receitas de Honorários
1.g	Receitas de Pensão dos Alunos (internos)
1.h	Receitas de Vendas Variadas
1.i	Receitas de Pensão dos Alunos (Externos)
1.l	Receitas da Remuneração de Professores
2	Esmolas

Quadro 5 – Outras receitas Conclusão

Receitas: Demais Receitas	
2.a	Missas
2.b	Ocasão dos Ministérios
2.c	Recursos Naturais
2.d	Dinheiro Nossos
2.e	Dinheiro do Estrangeiro
	Receitas Ordinárias
3	Subsídios
3.a	Para os iniciantes ou estudantes
3.b	Para os idosos ou doentes
4	Outras Receitas
	Receitas Extraordinárias
9	Da venda de
9.a	Imóvel
9.b	Ações ou obrigações
10	Dívida Contraída
11	Despesas Extraordinárias
12	Receitas Recuperadas

Fonte: Livro receitas e despesas resumido (1886).

Quadro 6 – Contas de despesas

Despesas	
Código	Despesas
1	Despesa com manutenção dos Prédios
2	Despesas Rurais
3	Despesa com Ornamentação/Igreja/Casa
4	Despesa com Mobiliário Doméstico
5	Despesa com Tributos
6	Despesa com Biblioteca
7	Despesa com Estradas
8	Despesa com Calefação e Luz
9	Despesa com Médicos e Remédios
10	Despesa com Roupas
11	Despesa com Alimentos
12	Outros Pagamentos
13	Pagamentos Feitos
14	Despesa com Esmolas
15	Despesa com Contribuição para Desp. Comuns
16	Despesa com Esmolas “in natura”
17	Despesa com Salários dos Funcionários
18	Despesa com Impressão
19	Despesa com Passeios
20	Despesa com Construções
21	Despesa com Pagamento de Dívidas
22	Despesa com Imóveis Comprados
23	Dinheiro para Pagamentos de Obrig. Previstas
24	Despesas Recuperadas

Fonte: Livro de receitas e despesas resumido (1886).

A seguir, é apresentada uma análise financeira do Colégio Conceição, demonstrando o resultado anual da instituição e fazendo uma relação com os fatos ocorridos na instituição. Assim, salienta-se outra vez a importância da seção “História do Colégio Conceição”, que serve como embasamento para a interpretação dos dados. Deve-se levar em consideração que

o período analisado foi do ano de 1883 a 1887, devido à dificuldade de visualização e à antiguidade dos documentos. Salienta-se que os registros de 1883 e 1884 eram realizados em alemão gótico, e somente a partir de 1885 os registros mesclavam latim e português, tornando mais fácil sua leitura e interpretação.

4.5 ASPECTOS FINANCEIROS DO COLÉGIO CONCEIÇÃO

Todos os acontecimentos da época, as dificuldades, o crescimento, tudo teve impacto significativo na situação financeira do Colégio. O equilíbrio entre as entradas e saídas era primordial para o crescimento da instituição, em estrutura e número de alunos.

4.5.1 Análise da Atividade Financeira do Colégio Conceição

A fim de quantificar a representação da atividade financeira do Colégio Conceição, fez-se um levantamento de suas transações econômicas no período entre 1883 e 1887. Para tanto, foram examinados os lançamentos contábeis registrados no livro de receitas e despesas detalhado e no livro caixa resumido da instituição. Deles foram extraídos os dados e as informações visando ao levantamento de suas fontes de renda e seus gastos. Para a realização da análise financeira, utilizou-se a análise horizontal e a comparação com os fatos ocorridos no Colégio. Os dados foram tabulados em planilhas do *Microsoft Excel*, realizando-se a análise horizontal da demonstração contábil a partir do livro caixa resumido, por seu valor histórico, tendo como valor base as informações contábeis do ano de 1883 a 1887. Salienta-se que o ano de 1883 foi o ano-base, utilizando-se a técnica dos números-índices em que, no primeiro ano, todos os valores são considerados iguais a 100.

Segundo Assaf Neto (2009), a análise horizontal é um processo de estudo que permite avaliar a evolução verificada nos diversos elementos das demonstrações contábeis ao longo de determinado intervalo de tempo. A grande importância dessa técnica é bem clara: permite que se analise a tendência passada e futura de cada valor contábil. Muitas vezes, o momento de uma empresa está afetado por causas originadas em períodos anteriores, as quais poderão, ainda, refletir-se em períodos futuros. No caso do Colégio Conceição, os fatos ocorridos durante o período analisado tiveram influência no resultado financeiro da instituição. Após a Tabela 1, estão demonstrados os dados das receitas e despesas do período de 1883 a 1887.

Tabela 1 – Análise financeira do Colégio Conceição – comparação em relação ao ano de 1883

TABELA 1 – ANÁLISE FINANCEIRA DO COLÉGIO CONCEIÇÃO NO PERÍODO DE 1883 A 1887										
Descrição da Conta	01/01/83 a 31/12/1883	01/01/84 a 31/12/1884	AH	01/01/85 a 31/12/1885	AH	01/01/86 a 31/12/1886	AH	01/01/87 a 31/12/1887	AH	
CAIXA INICIAL	107.487.380	134.167.640	125	114.729.550	107	75.048.760	70	30.525.740	28	
RECEITAS ORDINÁRIAS	51.197.910	45.768.030	89	51.257.830	100	107.862.940	211	95.695.964	187	
Pecuária/Agricult. e Vendas Variadas	647.680	670.830	104	680.480	105	1.553.960	240	1.548.590	239	
Direitos Autorais/Livros	1.168.000	0	0	0	0	0	0	0	0	
Pensão dos Alunos	37.593.160	33.994.280	90	33.950.700	90	43.250.550	115	40.253.990	107	
Remuneração professores	776.010	915.580	118	585.740	75	626.850	81	360.900	47	
Impressão	2.721.330	4.997.920	184	4.722.880	174	5.396.700	198	4.143.420	152	
Missas	6.060.710	3.618.620	60	2.122.100	35	2.735.890	45	1.117.170	18	
Outros Ministérios	671.900	933.360	139	3.662.380	545	5.956.390	886	5.926.890	882	
Outras Receitas	1.559.120	637.440	41	5.533.550	355	48.342.600	3.101	42.345.004	2.716	
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	2.073.530	4.249.010	205	26.521.470	1.279	36.812.960	1.775	31.720.290	1.530	
Dívida Contraída	0	0	0	13.008.280	0	11.931.000	0	8.003.000	0	
Doações	197.770	0	0	0	100	0	100	0	100	
Receitas Recuperadas	1.875.760	4.249.010	227	13.513.190	720	24.881.960	1.327	23.717.290	1.264	
TOTAL DAS REC. ORD. E EXTRAORD.	53.271.440	50.017.040	94	77.779.300	146	144.675.900	272	127.416.254	239	
DESPESAS ORDINÁRIAS	36.920.940	23.995.310	65	37.398.720	101	91.105.340	247	86.105.014	233	
Despesas Rurais	0	0	0	0	0	1.201.440	0	1.305.600	0	
Ornamentação/Igreja/Casa	845.640	676.690	80	1.950.950	231	6.888.120	815	5.576.924	659	
Tributos	997.400	901.500	90	813.020	82	952.260	95	383.250	38	
Biblioteca, Museu	425.740	435.700	102	307.300	72	0	0	0	0	
Manutenção do Prédio e Estradas	409.830	1.934.420	472	356.340	87	2.199.050	537	1.545.460	377	
Calefação e Luz	762.670	574.660	75	590.730	77	665.380	87	637.410	84	
Roupas	6.570.360	2.299.090	35	3.065.880	47	3.952.790	60	3.013.380	46	
Alimentos	12.716.990	12.908.640	102	18.297.030	144	27.397.970	215	22.954.540	181	
Pagamentos feitos	10.797.010	416.940	4	6.761.190	63	39.182.850	363	42.452.920	393	
Salários dos funcionários e auxiliares	997.860	517.910	52	1.082.730	109	2.481.230	249	2.033.320	204	
Impressão	1.597.180	2.377.600	149	3.052.440	191	2.000.260	125	3.581.160	224	
Outras Despesas: rurais/médicos/esmolos	800.260	952.160	119	754.790	94	1.183.990	148	1.217.050	152	
Ajuste de Erro anterior	0	0	0	366.320	0	0	0	0	0	
Contribuição para despesas comuns	0	0	0	0	0	3.000.000	0	1.404.000	0	
DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS	20.325.720	15.353.530	76	48.704.900	240	58.406.580	287	40.121.880	197	
Construção de prédios novos	700.000	1.629.840	233	31.882.270	4.555	28.719.550	4.103	11.423.000	1.632	
Devolução de empréstimo/pagto de dívidas	10.000.000	4.471.400	45	0	0	1.430.000	14	3.930.000	39	
Despesas a serem recuperadas	9.625.720	9.252.290	96	16.822.630	175	23.277.030	242	23.412.880	243	
Imóveis Comprados	0	0	0	0	0	3.800.000	0	1.356.000	0	
Outros Pagamentos	0	0	0	0	0	1.180.000	0	0	0	
TOTAL DAS DESP. ORD. E EXTRAORD.	57.246.660	39.348.840	69	86.103.620	150	149.511.920	261	126.226.894	220	
SALDO FINAL DE CAIXA	103.512.160	144.835.840	140	106.405.230	103	70.212.740	68	31.715.100	31	
	1883	1884		1885		1886		1887		
RECEITAS TOTAIS	53.271.440	50.017.040		77.779.300		144.675.900		127.416.254		
DESPESAS TOTAIS	57.246.660	39.348.840		86.103.620		149.511.920		126.226.894		
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DE CAIXA	-3.975.220	10.668.200		-8.324.320		-4.836.020		1.189.360		

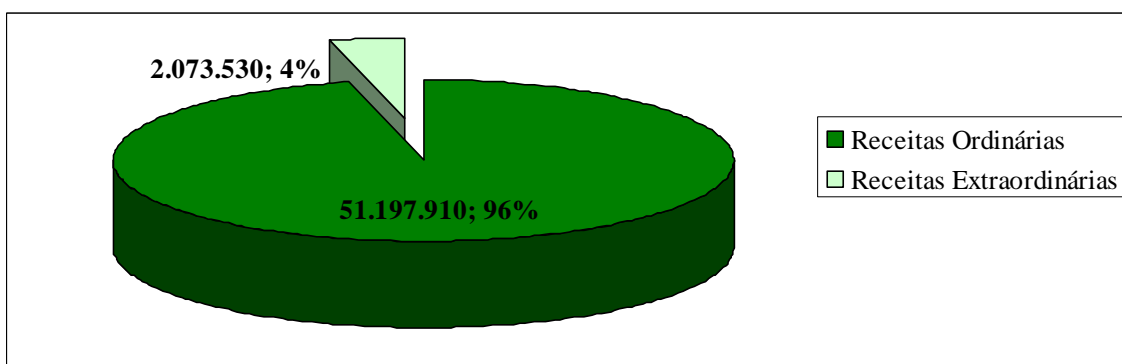
Fonte: Dados da pesquisa de campo

4.5.1.1 Receitas: ano de 1883

Visando conhecer os tipos de receitas da instituição, fez-se, primeiramente, a identificação destas, separando-as em receitas ordinárias e extraordinárias. Deve-se considerar que os valores estão em moeda da época (réis) e que, por isso, foram utilizados os percentuais, buscando um melhor entendimento.

No Gráfico 1, estão demonstradas as receitas do ano de 1883, separadas em ordinárias e extraordinárias:

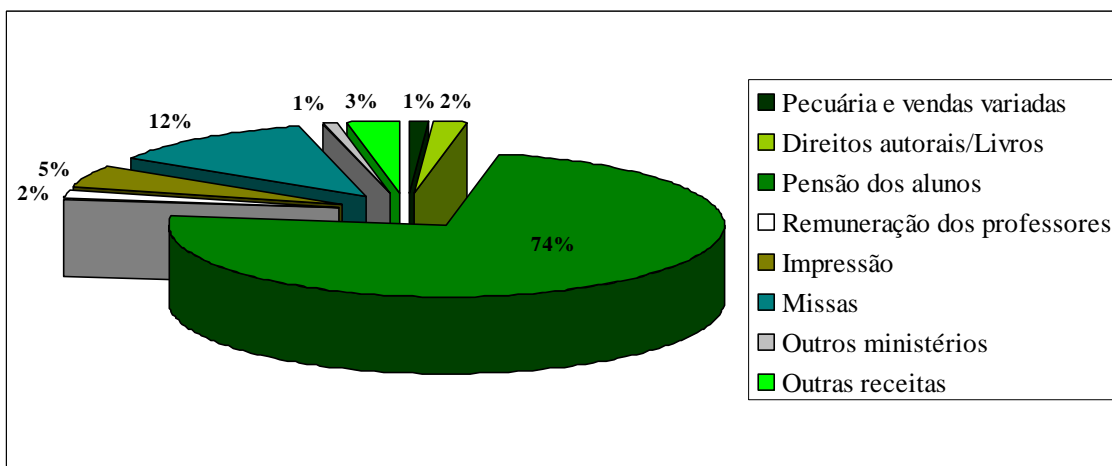
Gráfico 1 – Receitas ordinárias e extraordinárias de 1883.



Fonte: Dados da pesquisa.

No ano de 1883, a instituição obteve de receitas um total de Rs. 53:271\$440 (cinquenta e três milhões, duzentos e setenta e um mil, quatrocentos e quarenta réis), sendo 96% de receitas ordinárias e 4% de receitas extraordinárias. A seguir, no Gráfico 2, está demonstrada a composição do valor referente às receitas ordinárias.

Gráfico 2 – Composição das receitas ordinárias de 1883.

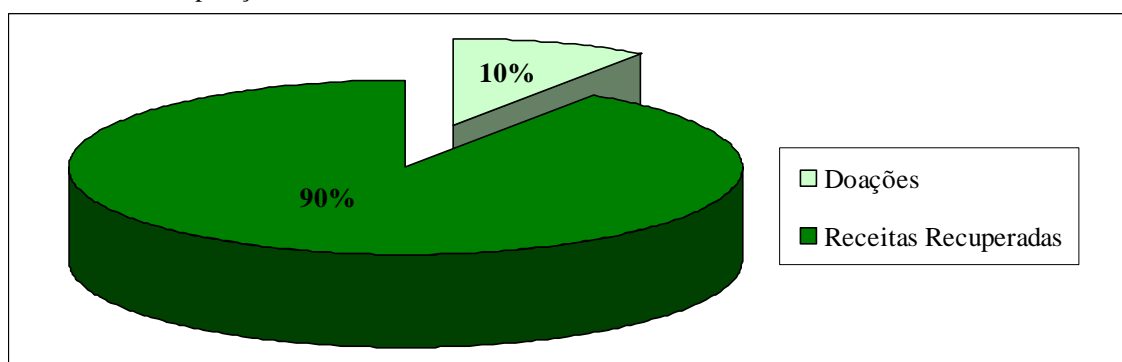


Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a receita classificada como ordinária era composta por vários itens. Verifica-se, conforme o Gráfico 2, que 74% das receitas eram referentes à pensão dos alunos (mensalidade). Em segundo lugar, estão as receitas referentes às missas, com 12% do total das receitas ordinárias. Também se observa, em percentuais menores, que a instituição tinha receitas oriundas de elementos como pecuária, agricultura, referentes às vendas desses cultivos.

No Gráfico 3, apresenta-se a composição das receitas classificadas pela instituição como extraordinárias.

Gráfico 3 – Composição das receitas extraordinárias de 1883.



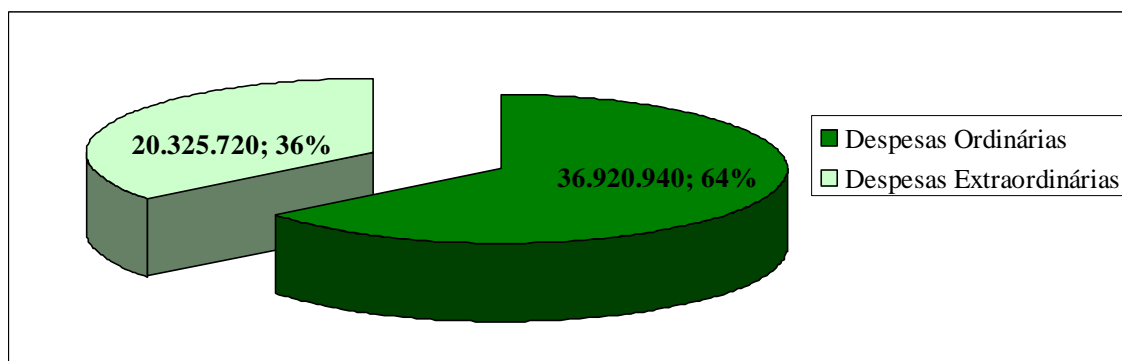
Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme demonstra o Gráfico 3, as receitas extraordinárias eram compostas por doações e por receitas recuperadas. As receitas recuperadas formam 90% das receitas extraordinárias. Essas receitas são despesas que foram recuperadas pela instituição, isto é, além da mensalidade, despesas como lavagem, roupas, sapatos, livros, consertos, aulas de música, remédios, etc. No momento do pagamento, registrava-se no livro contábil como “despesas recuperadas” e, quando havia o ressarcimento, registrava-se como “receitas recuperadas”, conforme Figura 21.

4.5.1.2 Despesas: ano de 1883

No que se refere às despesas, fez-se também um levantamento identificando a sua classificação. No Gráfico 4, está demonstrada a composição do total de despesas do período de 1883.

Gráfico 4 – Despesas ordinárias e extraordinárias de 1883.

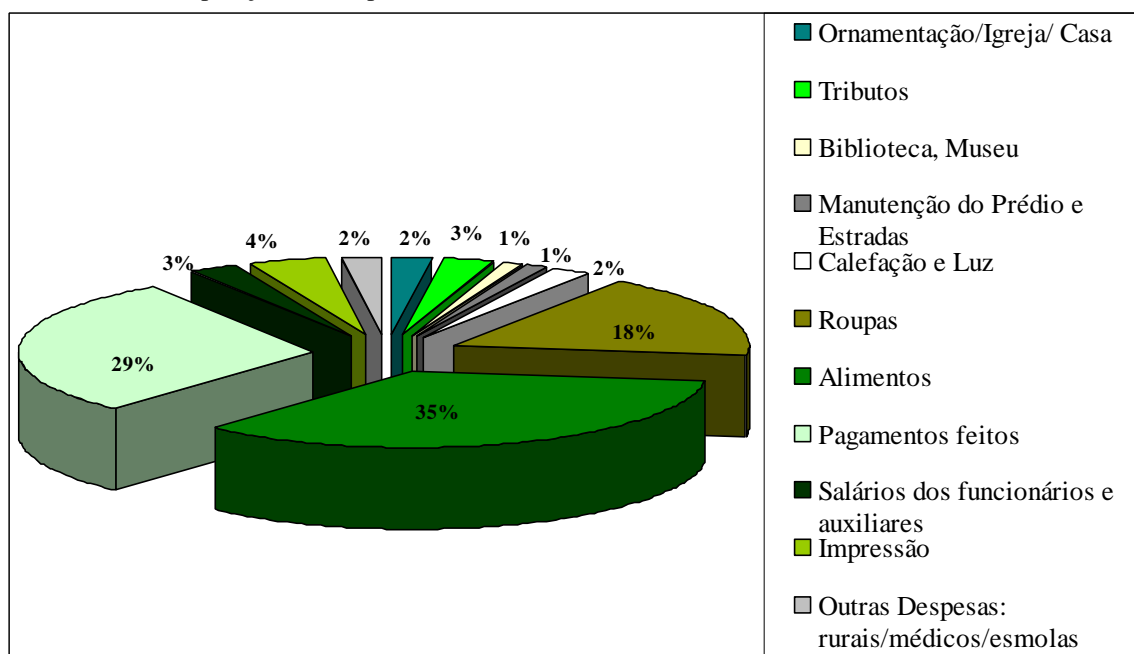


Fonte: Dados da pesquisa.

Como se observa no Gráfico 4, no ano de 1883, as despesas alcançaram um total de Rs. 57:246\$660 (cinquenta e sete milhões, duzentos e quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta réis). Desse total, apresentam-se 64% de despesas ordinárias e 36% de despesas extraordinárias.

No Gráfico 5, a seguir, está demonstrada a composição das despesas ordinárias da instituição.

Gráfico 5 – Composição das despesas ordinárias de 1883.



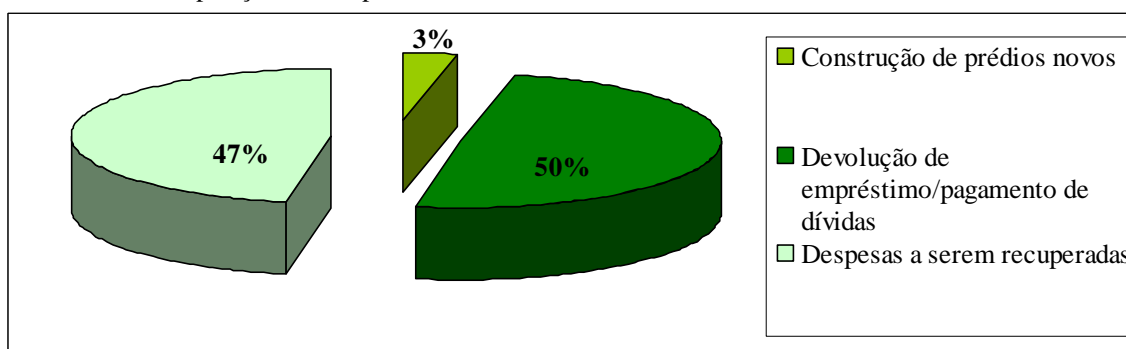
Fonte: Dados da pesquisa.

Como demonstrado no Gráfico 5, destacam-se como ordinárias as despesas com alimentos (35%), seguidas dos pagamentos diversos realizados pelo colégio (29%). Também se destaca, em terceiro lugar, o gasto com roupas dos alunos da instituição. Mesmo sem um

percentual significativo, chama a atenção o item “manutenção do prédio e estradas”, pela inclusão das despesas com estradas. Observou-se que a instituição era responsável por manter a estrada que dava acesso à escola, por isso as despesas. Salienta-se que despesas rurais, com médicos e com escolas foram somadas em virtude de que essas despesas individuais não chegavam a 1% do total das despesas ordinárias.

A seguir, apresenta-se a composição das despesas extraordinárias do Colégio Conceição para o período de 1883 (Gráfico 6):

Gráfico 6 – Composição das despesas extraordinárias de 1883.



Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 6 demonstra que a despesa mais significativa corresponde à devolução de empréstimo e pagamento de dívidas. Conforme documentos pesquisados, verificou-se que os empréstimos foram obtidos para a construção de prédio para a instituição. Salienta-se, também, que, conforme Rabuske (1988), referente ao levantamento das dívidas do Colégio Conceição, a soma importava mais ou menos 20 contos de réis, mais juros de 5% a.a, dívida considerada muito alta para a época. Em vista disso, pode-se constatar que a instituição continuava pagando dívidas de anos anteriores.

Já as despesas a serem recuperadas somam 47% das despesas extraordinárias. Sobre essas despesas, conforme levantamento de dados, o Colégio Conceição mantinha o livro de conta corrente dos alunos, no qual se registravam todos os valores devidos pelos alunos, um dos controles de receitas a receber da instituição.

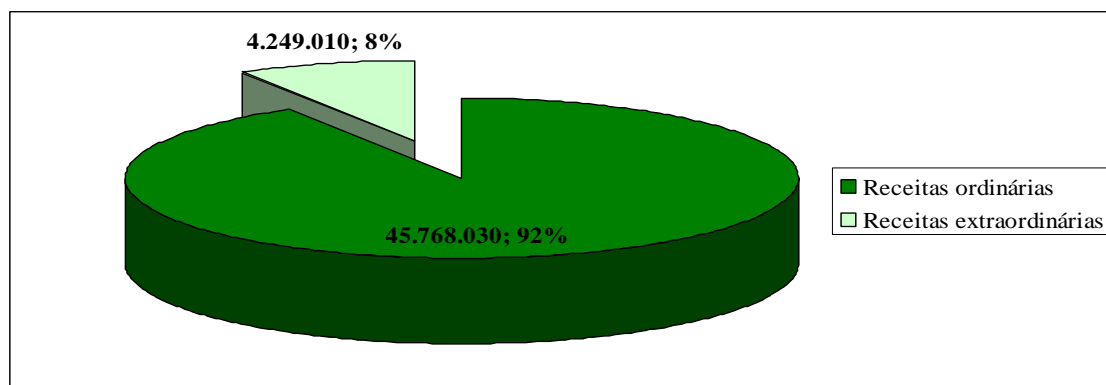
Por fim, comparando-se as receitas e as despesas, conforme apresentadas nos gráficos, pode-se concluir que, no ano de 1883, o Colégio Conceição obteve um déficit de caixa de Rs. 3:975\$220 (três milhões, novecentos e setenta e cinco mil, duzentos e vinte réis), conforme demonstrado na página 103.

4.5.1.3 Receitas: ano de 1884

Para o período de 1884, também foram feitos os levantamentos referentes às receitas e às despesas e suas respectivas composições.

No Gráfico 7, estão demonstradas as receitas do ano de 1884, separadas em ordinárias e extraordinárias.

Gráfico 7 – Receitas ordinárias e extraordinárias de 1884.

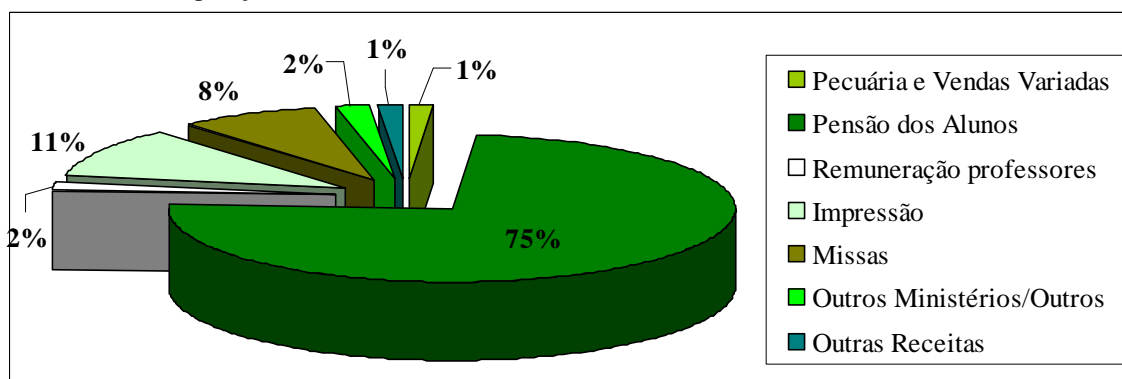


Fonte: Dados da pesquisa.

Em 1884, obteve-se de receitas um total de Rs. 50:017\$040 (cinquenta milhões, dezessete mil e quarenta réis), sendo 92% de receitas ordinárias e 8% de receitas extraordinárias. Observa-se que, em relação a 1883, houve uma diminuição de receitas de 6%, conforme Tabela 1, apesar do número de alunos ter aumentado de 107 para 121 em relação ao ano de 1883.

A seguir, no Gráfico 8, está demonstrada a composição do valor referente às receitas ordinárias do ano de 1884:

Gráfico 8 – Composição das receitas ordinárias de 1884.

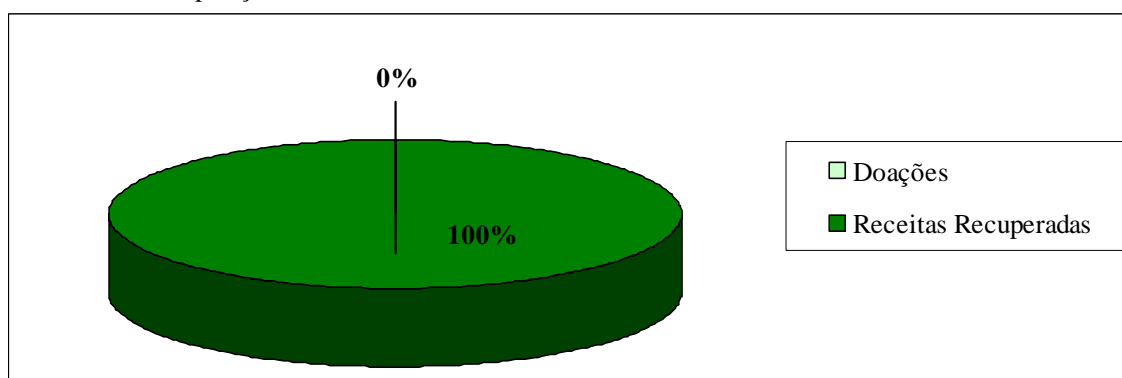


Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme demonstra o Gráfico 8, a pensão dos alunos representa 75% do total das receitas ordinárias. Observa-se que, apesar do aumento de alunos em 1884, comparando-se esse dado com o ano anterior, houve uma redução de 10% na receita referente à pensão dos alunos. Em segundo lugar, estão as receitas referentes às impressões, que, em relação a 1883, tiveram um aumento de 84%. Nesse sentido, ressalta-se que, no Colégio Conceição, vários professores tinham suas obras publicadas. Cabe salientar, conforme Rabuske (1988), também, que no ano de 1871, o Pe. Guilherme Feldhaus, então superior do Colégio Conceição, adquiriu o jornal *Deustches Volksblatt* de Jacó Dillenburg. Foi adquirido como defesa contra muitos ataques de jornalistas adversários à religião e ao Cristianismo e para a divulgação de princípios e doutrinas entre os colonos alemães. A redação ficava a cargo do Re. Pe. Matias Müsch. O jornal oferecia, além das principais notícias do estrangeiro, notícias de vários acontecimentos do próprio colégio e do interior do país. O número de assinantes ultrapassava a casa de 500 (famílias). O número de leitores era praticamente cinco vezes maior. Por esse motivo, a instituição tinha uma receita oriunda de tipografia considerável. Para o funcionamento do jornal, foi alugada uma casa em frente ao Colégio, por Rs. 12\$000 (doze mil réis) mensais.

A seguir, apresenta-se a composição das receitas extraordinárias do Colégio Conceição para o período de 1884 (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Composição das receitas extraordinárias de 1884.



Fonte: Dados da pesquisa.

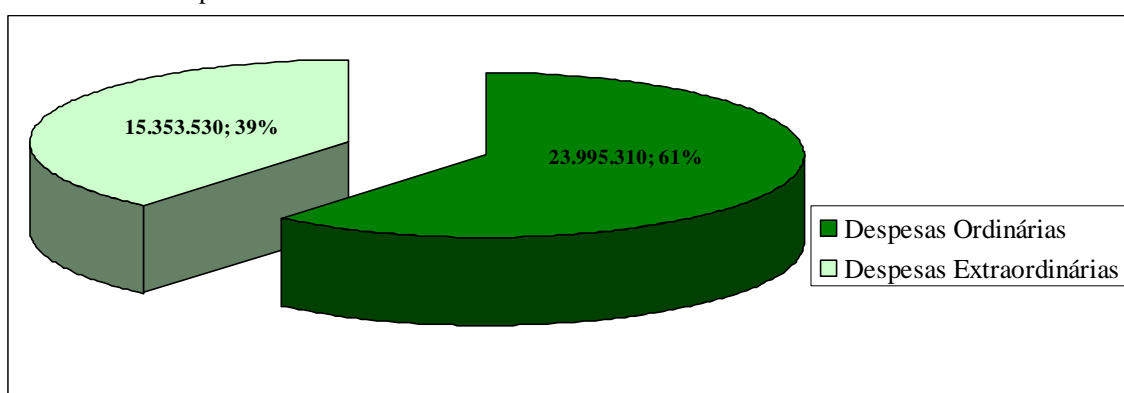
No ano de 1884, como se observa no Gráfico 9, a receita extraordinária se refere somente às receitas recuperadas no ano. Portanto, um total de Rs. 4:249\$010 (quatro milhões, duzentos e quarenta e nove mil e dez réis) se refere às despesas que foram recuperadas dos alunos, possivelmente de períodos anteriores. Conforme comentado anteriormente, o

recebimento das mensalidades realizava-se no início do ano letivo, em janeiro, maio e agosto; no entanto, na maioria das vezes, o pagamento era realizado em atraso, como já referido.

4.5.1.4 Despesas: ano de 1884

No Gráfico 10, estão demonstradas as despesas do ano de 1884, separadas em ordinárias e extraordinárias.

Gráfico 10 – Despesas ordinárias e extraordinárias de 1884.

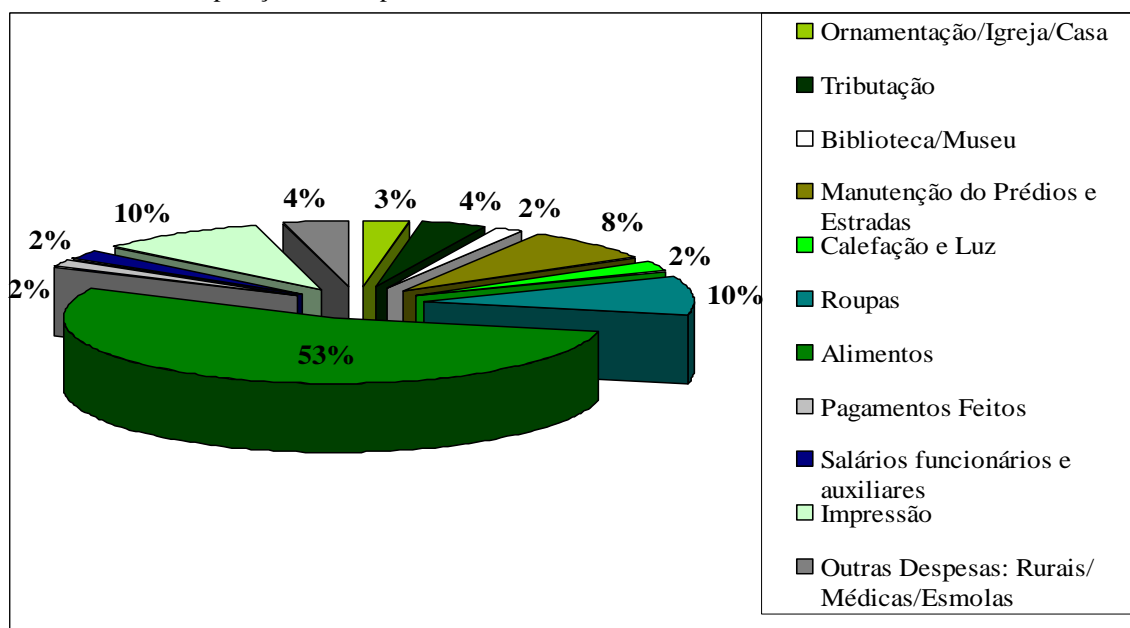


Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode verificar no Gráfico 10, o total das despesas foi de Rs. 39:348\$840 (trinta e nove milhões, trezentos e quarenta e oito mil e oitocentos e quarenta réis), sendo que 61% correspondem a despesas ordinárias e 39% a despesas extraordinárias. Nota-se que, em relação a 1883, obteve-se uma redução de 31% do total das despesas, conforme Tabela 1, apesar do aumento de alunos nesse ano.

A seguir, apresenta-se a composição das despesas ordinárias do Colégio Conceição para o período de 1884 (Gráfico 11):

Gráfico 11 – Composição das despesas ordinárias de 1884.



Fonte: Dados da pesquisa.

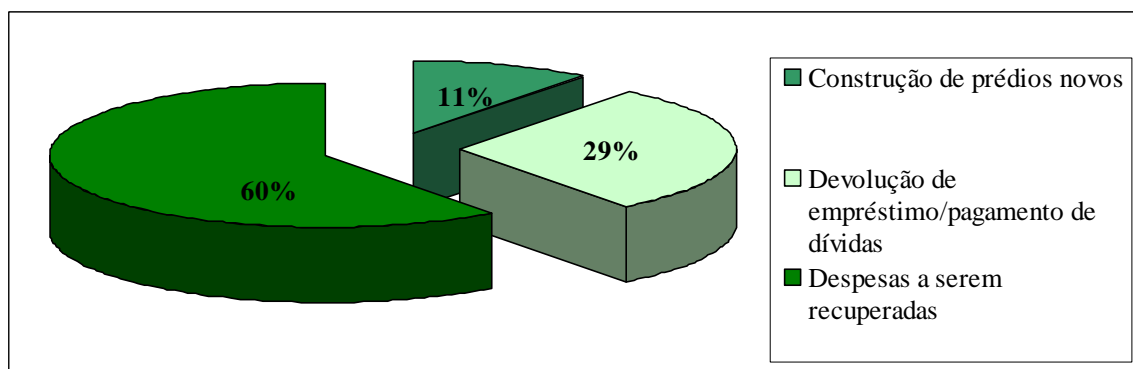
Como demonstrado no Gráfico 11, destacam-se como ordinárias as despesas com alimentos (53%), seguidas das despesas com roupas dos alunos. Cabe ressaltar que as despesas com alimentos incluíam manteiga, leite, queijo, café, chocolate, chá, açúcar, sal, pão, farinha, fermento, carne, peixe, ovos, frutas, legumes, cerveja e vinho, incluindo o vinho utilizado nas missas.

As despesas ordinárias, em relação ao ano de 1883, tiveram uma redução de 35% em relação ao ano anterior. No entanto, houve um aumento de 49% nas despesas com impressão e nas despesas rurais, com médicos e esmolas em dinheiro, com 19% em relação ao ano anterior.

Ainda realizando uma comparação, destaca-se a redução das despesas com ornamentação da igreja e casa dos padres jesuítas (com 20%), seguindo-se as despesas com tributos (com 10%) e calefação e luz (com 25%), conforme Tabela 1.

Na sequência, apresenta-se a composição das despesas extraordinárias do Colégio Conceição para o período de 1884 (Gráfico 12):

Gráfico 12 – Composição das despesas extraordinárias de 1884.



Fonte: Dados da pesquisa.

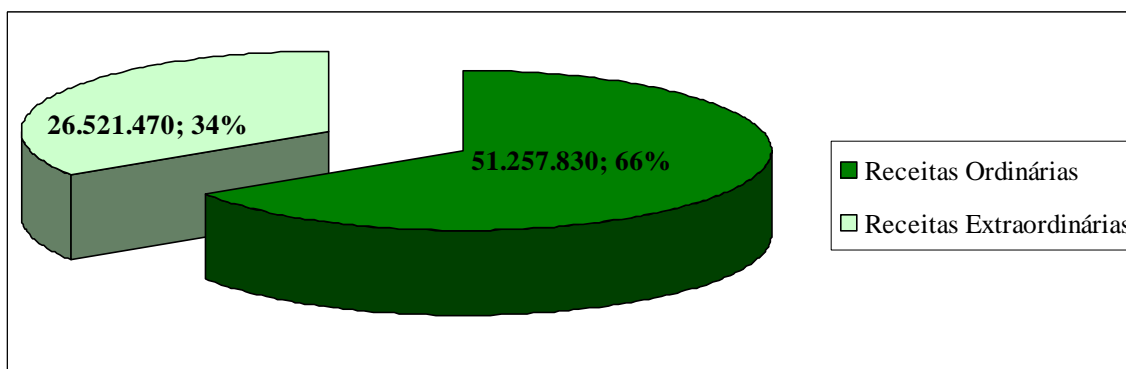
As despesas a serem recuperadas ocupam 60% das despesas extraordinárias, em um total de Rs. 15:353\$530 (quinze milhões, trezentos e cinquenta e três mil e quinhentos e trinta réis). As despesas extraordinárias, em relação ao ano de 1883, sofreram uma redução de 24%, sendo que essa redução ocorreu em virtude da redução de 55% de devolução e pagamento de dívidas e 4% das despesas a serem recuperadas. Todavia, as despesas com construção dos prédios aumentaram 133%, conforme Tabela 1. Ressalta-se que, como comentado anteriormente, a década de 1880 foi um período de grandes construções no Colégio Conceição e, a partir de 1884, constata-se no livro caixa o aumento dessas despesas.

Por fim, comparando-se as receitas e as despesas, conforme apresentadas nos gráficos, pode-se concluir que, no ano de 1884, o Colégio Conceição obteve um superávit de caixa de Rs. 10:668\$200 (dez milhões, seiscentos e sessenta e oito mil e duzentos réis), conforme demonstrado na página 103.

4.5.1.5 Receitas: ano de 1885

No Gráfico 13, estão demonstradas as receitas do ano de 1885, separadas em ordinárias e extraordinárias.

Gráfico 13 – Receitas ordinárias e extraordinárias de 1885.

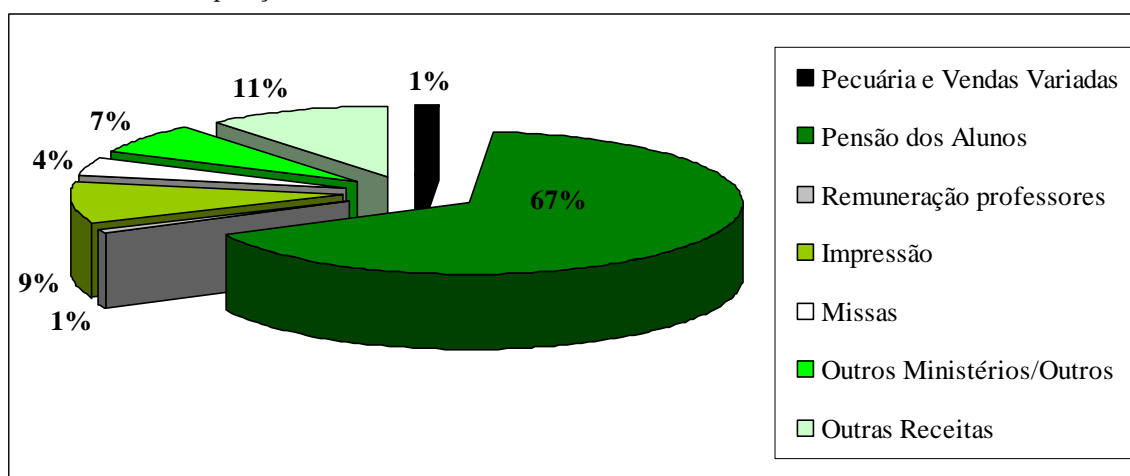


Fonte: Dados da pesquisa.

Em 1885, obteve-se de receitas um total de Rs. 77.779\$300 (setenta e sete milhões, setecentos e setenta e nove mil e trezentos réis), sendo 66% de receitas ordinárias e 34% de receitas extraordinárias. Em relação a 1883, houve um aumento de receitas de 46%.

A seguir, no Gráfico 14, está demonstrada a composição do valor referente às receitas ordinárias.

Gráfico 14 – Composição das receitas ordinárias de 1885.



Fonte: Dados da pesquisa.

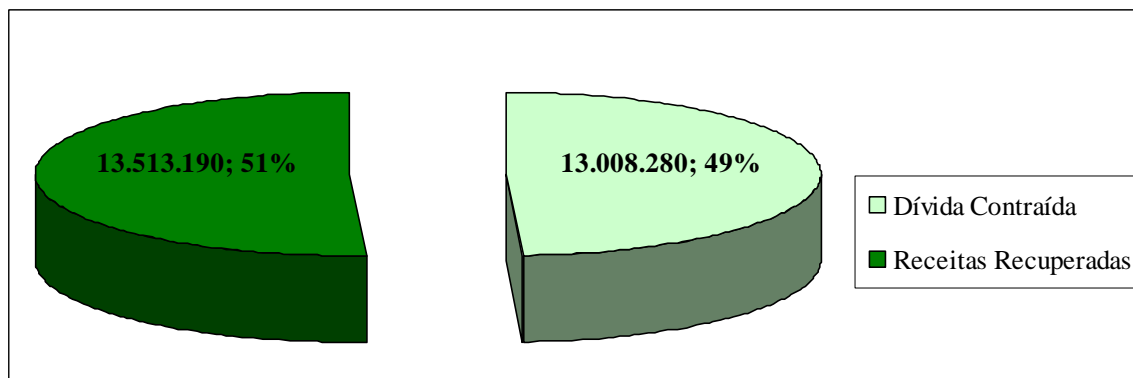
No gráfico acima, destaca-se a pensão dos alunos, com 67%; em segundo lugar, com 11%, outras receitas, e 9% de receitas com impressão. Cabe ressaltar que a conta “outras receitas” foi analisada no ano de 1886 devido à dificuldade da grafia nos anos de 1883 a 1884.

Destaca-se a conta de “Remuneração dos professores”, pode-se deduzir que a receita recebida, possivelmente oriunda de outras províncias e recebida para o sustendo dos padres jesuítas era realizado uma entrada no caixa da Instituição.

Apesar de as receitas totais terem aumentado 46% em relação ao ano de 1883, conforme apresentado no Gráfico 13, as receitas ordinárias praticamente não obtiveram

aumento. No entanto, as receitas extraordinárias tiveram um aumento considerável, de Rs. 2:073\$530 (dois milhões, setenta e três mil e quinhentos e trinta réis) para Rs. 26:521\$470 (vinte e seis milhões, quinhentos e vinte e um mil e quatrocentos e setenta réis, em 1885), como se verifica no Gráfico 15, que apresenta a composição das receitas classificadas pela instituição como extraordinárias.

Gráfico 15 – Composição das receitas extraordinárias de 1885.



Fonte: Dados da pesquisa.

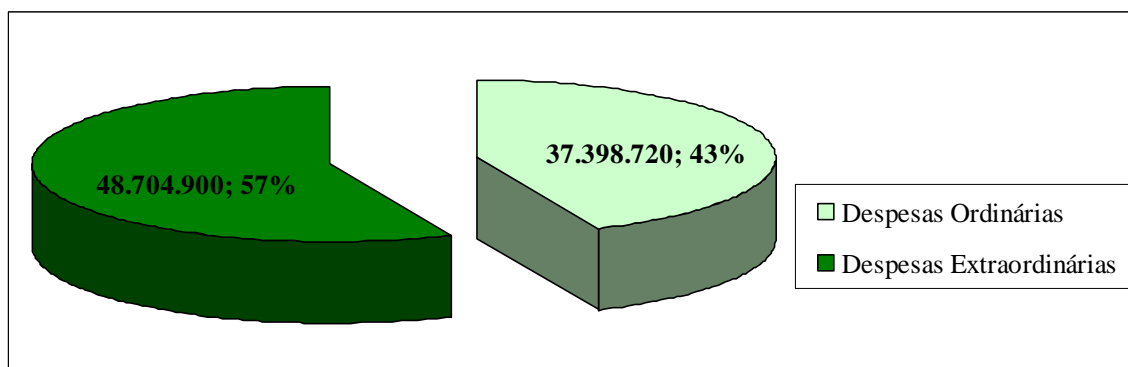
Observa-se que as receitas extraordinárias atingiram um total de Rs. 26:521\$470 (vinte e seis milhões, quinhentos e vinte e um mil, quatrocentos e setenta réis). Portanto, um aumento de 1.179% comparado a 1883. Isso pode ser reflexo do aumento de alunos matriculados, de 107 para 166, isto é, um aumento de 55%. Como consequência, houve aumento das receitas recuperadas.

A obtenção de empréstimos realizados pela instituição também contribuiu para esse aumento, conforme levantamento de dados históricos, pois, neste ano, continuaram as obras da construção de metade do edifício principal, com um grande refeitório, salas para estudo, salas de aula, gabinetes de física e química e dormitórios. Cabe ressaltar que parte desses empréstimos, conforme registros nos livros, possivelmente foi concedida pelas missões jesuítas, de acordo com a Figura 25.

4.5.1.6 Despesas: ano de 1885

A seguir, no Gráfico 16, estão demonstradas as despesas ordinárias e extraordinárias da instituição no ano de 1885.

Gráfico 16 – Despesas ordinárias e extraordinárias de 1885.

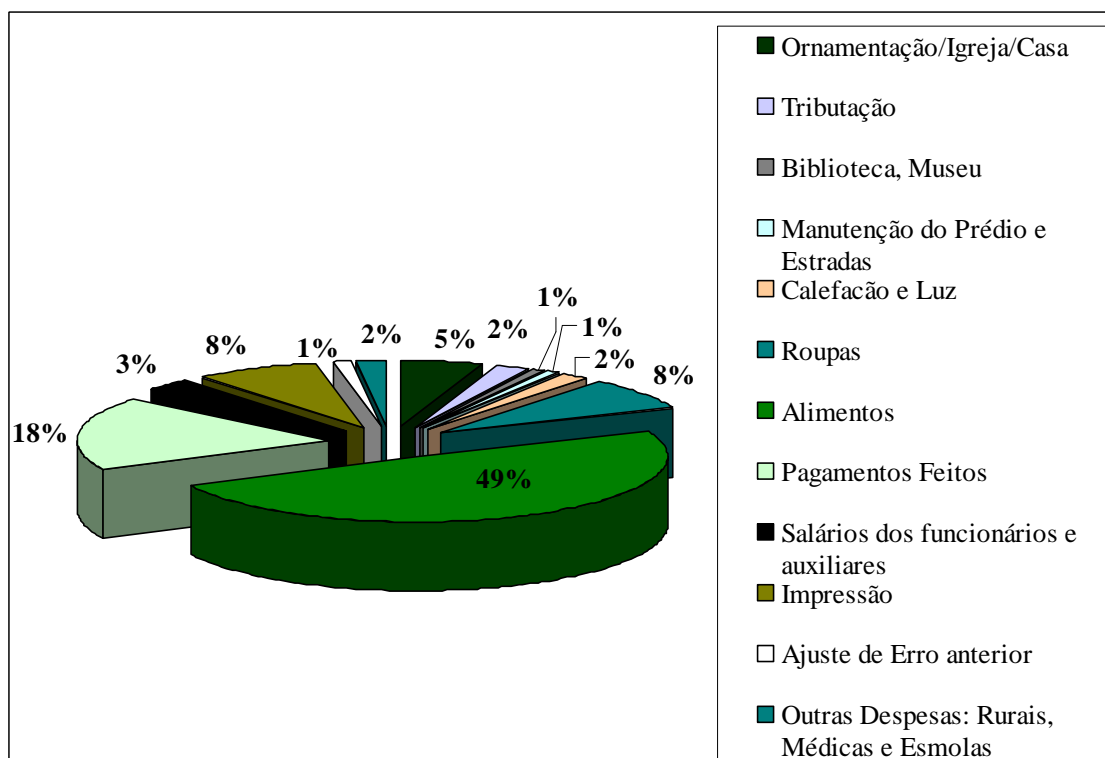


Fonte: Dados da pesquisa.

O total das despesas foi de Rs. 86:103\$620 (oitenta e seis milhões, cento e três mil e seiscentos e vinte réis). Desse total, 43% se referem a despesas ordinárias, e 57% a extraordinárias. Em relação a 1883, obteve-se um aumento de 50%, e pode-se considerar o aumento de alunos internos um dos fatores para tal aumento.

A seguir, apresenta-se a composição das despesas ordinárias do Colégio Conceição para o período de 1885 (Gráfico 17):

Gráfico 17 – Composição das despesas ordinárias de 1885.



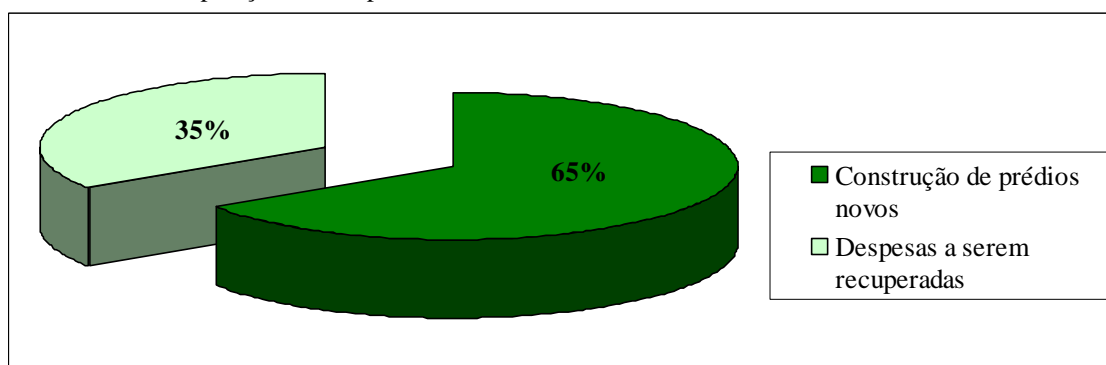
Fonte: Dados da pesquisa.

Como demonstrado no Gráfico 17, destacam-se como ordinárias as despesas com alimentos (49%), seguidas dos pagamentos diversos realizados pelo colégio, com 18%; portanto, os gastos com alimentação continuam a representar a maior despesa da instituição. Também se destaca, em terceiro lugar, o gasto com roupas. Cabe ressaltar que, no gasto com roupas, incluíam-se conserto, pintura, alfaiate, sapateiro e tecidos.

Mesmo sem um percentual significativo, apenas 1%, chama a atenção o item “Ajuste de Erro Anterior”. Observou-se que a instituição, mesmo tendo uma contabilidade simples, apurava todos os registros, verificando sua exatidão e ajustando devidamente os “erros”, conforme mostra a Figura 22.

A seguir, apresenta-se a composição das despesas extraordinárias do Colégio Conceição para o período de 1885 (Gráfico 18):

Gráfico 18 – Composição das despesas extraordinárias de 1885.



Fonte: Dados da pesquisa.

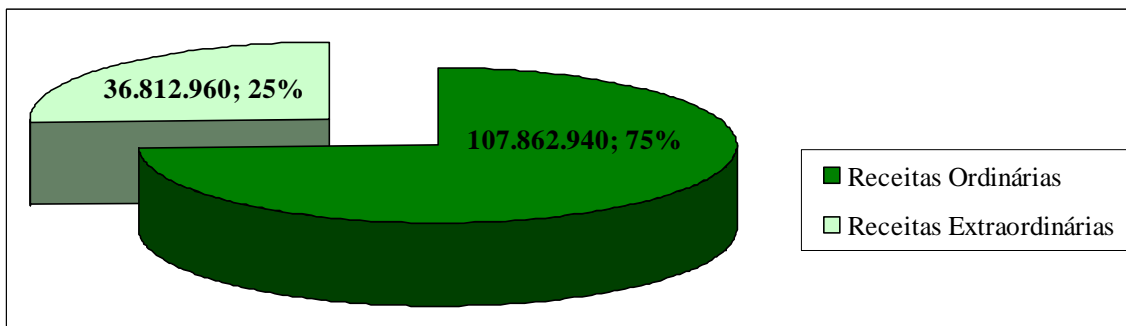
Conforme se observa no Gráfico 18, e comparando com os exercícios anteriores, destaca-se o aumento das despesas com construção de prédios novos. Nesse caso, pode-se considerar que, com o aumento de internos do Colégio, conforme levantamento de dados, continuaram as obras neste ano – biblioteca no 2º andar, enfermaria no 3º andar, contendo uma grande sala para os pacientes, e uma nova capela.

Concluindo o ano de 1885, comparando-se receitas e despesas, conforme apresentadas nos gráficos, pode-se perceber que, neste ano, o Colégio Conceição obteve um déficit de caixa de Rs. 8:324\$320 (oito milhões, trezentos e vinte e quatro mil e trezentos e vinte réis), conforme demonstrado na página 103 . Portanto, para pagamento de suas despesas do ano de 1885, possivelmente foi utilizado o saldo positivo de caixa do ano anterior.

4.5.1.7 Receitas: ano de 1886

As receitas do período de 1886 estão apresentadas no Gráfico 19.

Gráfico 19 – Receitas ordinárias e extraordinárias de 1886.

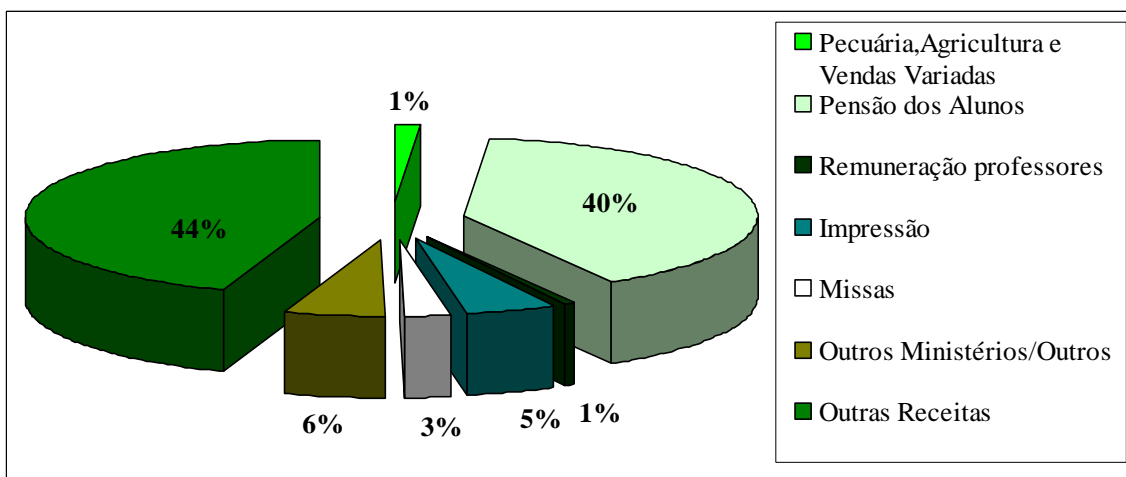


Fonte: Dados da pesquisa.

Em 1886, se obteve de receitas um total de Rs. 144:675\$900 (cento e quarenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e cinco mil e novecentos réis), sendo 75% de receitas ordinárias e 25% de receitas extraordinárias. Em relação a 1883, houve um aumento de receitas de 172%.

A seguir, no Gráfico 20, está demonstrada a composição do valor referente às receitas ordinárias.

Gráfico 20 – Composição das receitas ordinárias de 1886.

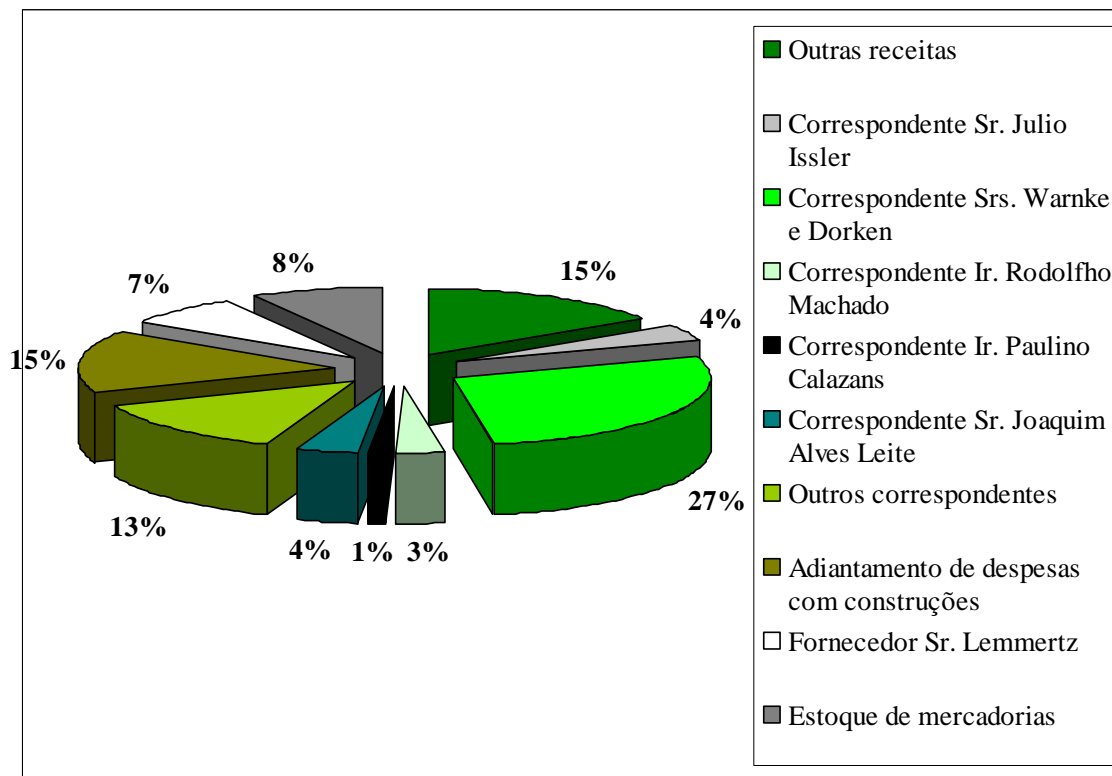


Fonte: Dados da pesquisa.

No Gráfico 20, destaca-se o item “outras receitas”, com 44%, diferentemente de anos anteriores, nos quais o percentual de maiores receitas era da mensalidade dos alunos.

Conforme comentado na metodologia da pesquisa, foi possível analisar o ano de 1886 de forma mais detalhada. Portanto, realizou-se um levantamento dos valores lançados nesta conta, conforme o Gráfico 21, e se pôde chegar a algumas conclusões.

Gráfico 21 – Composição da conta “outras receitas” de 1886.



Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se verificar, conforme o gráfico acima, que somente 18% eram “outras receitas”. De acordo com o livro de registro, eram receitas de outras províncias, provavelmente da Alemanha, e uma possível ajuda da própria colônia alemã instalada em São Leopoldo, conforme citado pelos autores Bohnen e Ullmann (1989, p. 185):

E se o Conceição tem, nos decênios de 1870 a 1890, um edifício de altura monumental até para o tempo e o lugar, deve-se isso, em boa parte, à pena de Schupp, que soube atrair as atenções e interesses de benfeitorias alemãs para essa grandiosa obra educacional. [...] Note-se que Schupp conseguiu doações das colônias alemãs daqui e dos alemães de além-mar.

Outro autor que comenta isso é Lutterbeck (1977, p. 99):

Essas construções obrigaram os padres a um aumento sensível da anuidade, com o que os filhos da Colônia em geral não podiam arcar. É sabido, por outro lado, que a colônia alemã prestou grande colaboração em dinheiro para a construção do Colégio dos padres em São Leopoldo.

Na Figura 25 (página 122), pode-se constatar o recebimento de rendas provenientes das Missões.

Conforme levantamento realizado e demonstrado no Gráfico 21, os outros 82% do total da conta de “outras receitas” eram distribuídos em receitas a receber dos responsáveis pelos alunos perante o Colégio Conceição, chamados de “correspondentes”, tendo sido realizado um levantamento dos principais.

A conta adiantamento de despesas com construções e entrada de estoque de mercadorias completa essa distribuição. Pode-se comprovar essa informação verificando a Figura 20 (página 91), que demonstra o registro da compra de lenha no valor de Rs. 1\$767.600 (um milhão, setecentos e sessenta e sete mil e seiscentos réis), para a qual foi dada uma entrada (receita) e posteriormente uma saída (despesa), portanto uma espécie de controle de estoque dessas mercadorias, necessariamente aumentando o valor da conta de “outras receitas”.

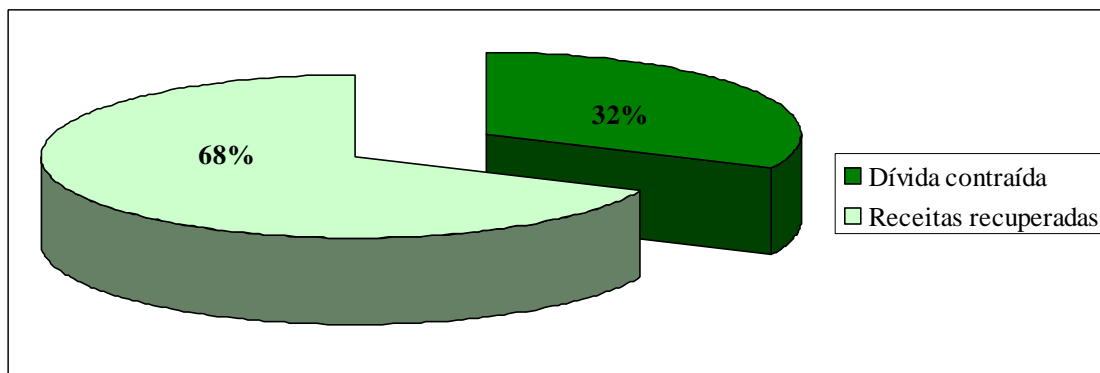
Alguns recebimentos de mensalidades eram feitos pelos “correspondentes dos alunos”, conforme já citado anteriormente; no momento do recebimento, dava-se uma entrada (receita) e, posteriormente, registrava-se uma saída (despesa) como “*tal* correspondente devia pelo pagamento do respectivo aluno”. Pode-se citar como exemplo o recebimento da pensão do aluno nº 23, Alberto San Juan, conforme Figura 20, no valor de Rs. 129\$310 (cento e vinte e nove mil, trezentos e dez réis), que foi recebido por meio do correspondente Rodolfo Machado, lançando-se uma saída do mesmo valor, “correspondente deve pelo nosso pagamento”. A partir disso, pode-se concluir que essa escrituração era mais um controle de receitas a receber do Colégio Conceição. No entanto, quando havia o recebimento desses valores pelo correspondente, novamente eram lançadas como entrada (receita), necessariamente duplicando esses valores recebidos. Verificou-se, na Figura 20, o recebimento de outros valores dos correspondentes Warncke e Dorken, no valor de Rs. 223\$000; Rodolfo Machado, no valor de Rs. 91\$300; e Paulino Calazans, no valor de Rs. 96\$800.

Observou-se, conforme registros no livro caixa, que era dado ao Sr. Grünewald, arquiteto do Colégio Conceição, e aos seus ajudantes um adiantamento pelos serviços referentes às construções realizadas na instituição. Conforme Anexo J, quando era dado um adiantamento, registrava-se como uma entrada (receita) e, posteriormente, era dada saída (despesa) do respectivo valor e lançado na conta “construções de prédios novos, código 20”, podemos verificar que era um controle de adiantamento de despesas com construções.

Então, pode-se concluir que esta conta “outras receitas” possuía valores que não se pode considerar como receita, mais sim valores que eram registrados para controle da instituição.

A seguir, no Gráfico 22, está demonstrada a composição do valor referente às receitas extraordinárias.

Gráfico 22 – Composição das receitas extraordinárias de 1886.



Fonte: Dados da pesquisa.

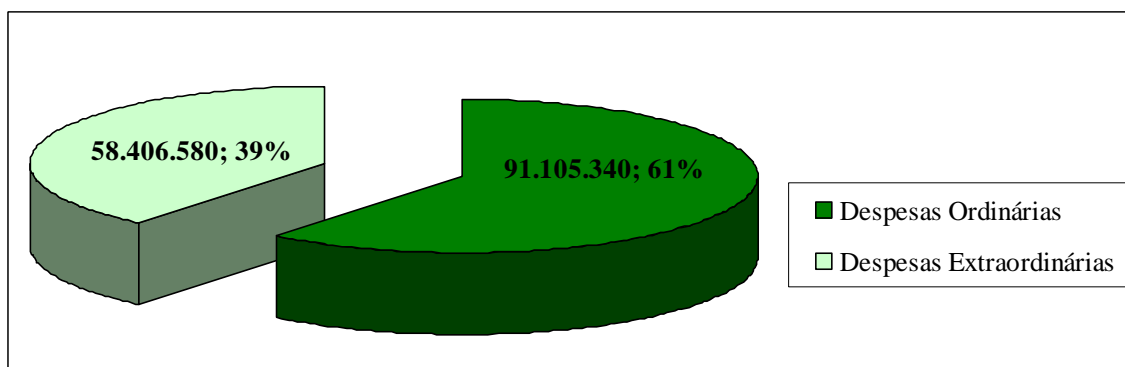
Observa-se, como demonstrado no Gráfico 22, que as receitas extraordinárias somaram um total de Rs. 36:812\$960 (trinta e seis milhões, oitocentos e doze mil e novecentos e sessenta réis), conforme o Gráfico 19. Portanto, houve um aumento de 1.675% quando comparadas a 1883.

Pode-se considerar que a obtenção de empréstimos pela instituição para a ampliação de suas dependências teve um aumento importante a partir do ano de 1885, atribuindo-se a isso o expressivo aumento do percentual.

3.5.1.8 Despesas: ano de 1886

No Gráfico 23, estão demonstradas as despesas ordinárias e extraordinárias da instituição no ano 1886.

Gráfico 23 – Despesas ordinárias e extraordinárias de 1886.

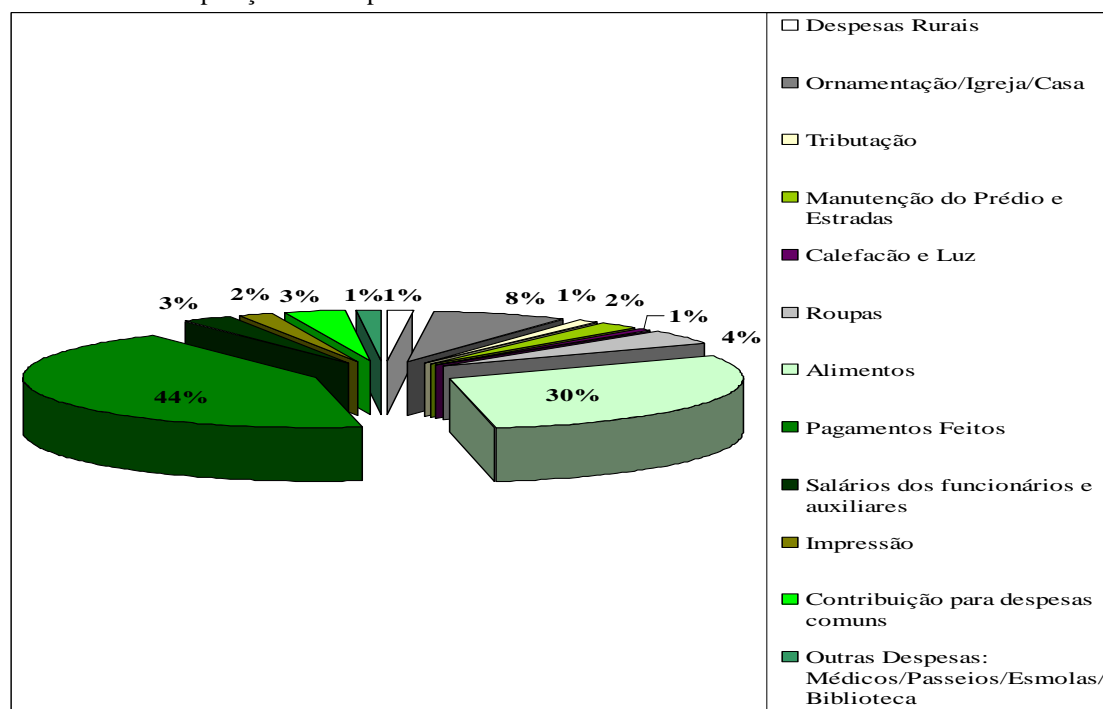


Fonte: Dados da pesquisa.

O total das despesas foi de Rs. 149:511\$920 (cento e quarenta e nove milhões, quinhentos e onze mil, novecentos e vinte réis). Desse total, 61% são despesas ordinárias e 39% extraordinárias, tendo, portanto, em relação a 1883, um aumento de 161%.

A seguir, apresenta-se a composição das despesas ordinárias do Colégio Conceição para o período de 1886 (Gráfico 24):

Gráfico 24 – Composição das despesas ordinárias de 1886.



Fonte: Dados da pesquisa.

Como demonstrado no Gráfico 24, destacam-se como ordinárias as despesas com pagamentos diversos (44%), seguidas das despesas com alimentação (30%).

Causa estranheza que, conforme o *Catalogus sociorum et officiorum – Provinciae Germaniae* da Companhia de Jesus de 1885, não se encontra a figura dos funcionários. Entretanto, conforme análise do livro de receitas e despesas detalhado, menciona-se a despesa de funcionários e auxiliares.

Cabe ressaltar que, nesse ano, constatam-se despesas com passeios dos alunos, conforme registro no livro caixa, onde constam despesas com visitas a outras instituições e apresentação de alunos em eventos. Ainda, cabe o registro de que o Colégio Conceição, além de suas aulas, também tinha um grupo de teatro e um grupo de música, sendo que várias apresentações foram realizadas em Porto Alegre. Ressalta-se a conta de “tributação”, conforme Figura 26. Pode-se dizer que deveria ser pago algum imposto, devido às construções realizadas, para a prefeitura de São Leopoldo.

Figura 26 – Movimento de Receita e Despesa do mês de dezembro/1886 – destaque para despesa com tributação.

429.

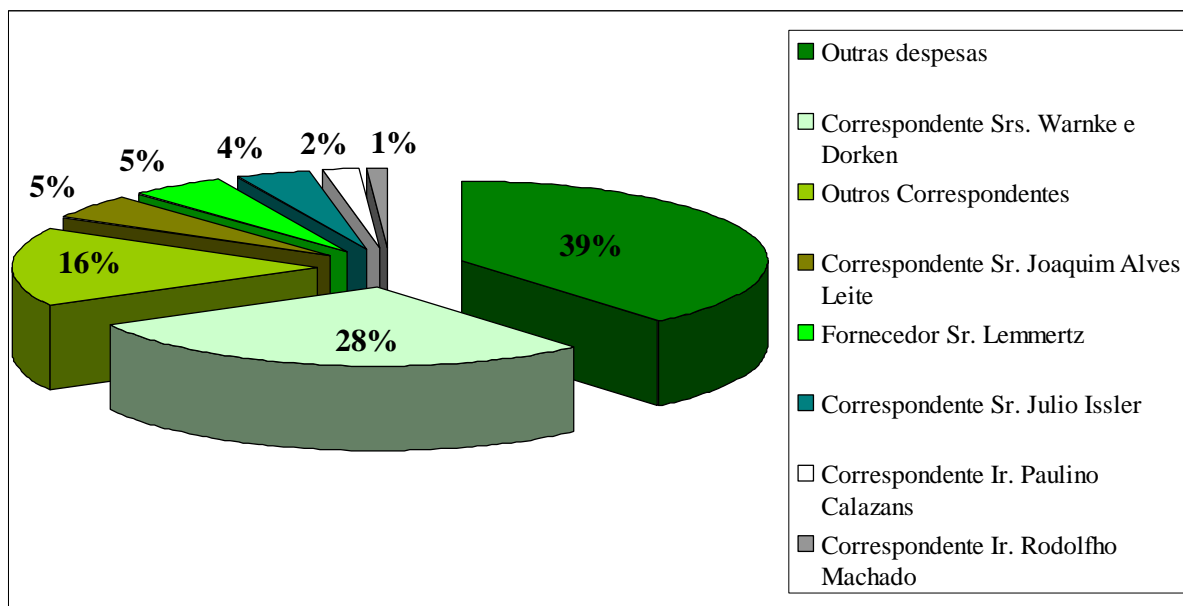
Dezembro

	Receitas	Despesas
Transporte:	12.354 150	10.507 080
Diversi. P. Knob. fez dom do dinheiro para septimo. etc	627	97 500
Eleemosyone: dinheiro de R. P. Knob.	-2	97 500
Resid. J. Salwat. N. P. Pfleger fez dom para os 2. lentes R. 166		30 000
Becker (19/8 22) fez dom acima	719	30 000
Ant. Theroff pagou diab. 37 fl; por viveres pro. alunas. 15/8 200	719	35 300
Pitcos: jantar no almoxar para os alumnos no matto do Topo.	11	18 800
Enasisto Ribes pagou 5 fl 8; bus Pitcos 34 fl 9	718 3	90 400
José Ribes " 20 fl 8; Franc. Ribes 11+4	718 3	32 300
Pamillio Dias pagou	716	16 000
Ex. Minut. pago para o P. Steiner 4 fl + 9 fl pelo P. Lyolla	-2	20 100
Amola = 500 (1/2) + 5 fl (1/2) + 400 (1/2) + 2 fl (1/2) = 500 1/2	-14	8 400
Typographia: por assignaturas 12 fl 8 e 16 fl 8 (em cam. de pag)	6 24	12 500
Remedia: fumo para o P. Schin	-9	2 000
Tributa: predios urbanos	-5	270 000
M. Steink: deve por assign. 8 fl; e 1000 marcos de trib. 296 fl	15	28 900
Besten " " " 8 fl e diversos sanarios 3 fl	6 21	39 000
Typographia: por centos acima	6 24	67 000
Poe. Miss. deu por 300 lib. e 30 fl para di. trib. 900 fl = 545	76 6	490 500
Stjepand. Miss. e outras. acima.	-2	490 500
Lenta triba: pintores 11 fl 310; pedreiros 2 fl 10; carpas 6 fl 500	-1	56 060
Constructio: tanque parcos = 6 fl 8 20; joia 5 fl 240	-20	153 060
Reimp. de: 1º casio para João Tenes 2 fl 5; 2º para João 2 fl 5	-24	62 250
M. S. de. Por. fact. de 1 fl 10 = 68 fl; de 15 fl = 9 fl 5; de 2 fl = 15 fl 500	6 10	2 21 000
M. S. D. Por. fact. de 2 fl 10 = 56 fl 500; de 2 fl = 57 fl	6 10	113 300
Lenta triba: obav. abrial 12 fl; M. S. de. ol. de trib. 1 fl 12 e 10 fl 15	-1	279 700
Constructio: p. o tanque = 15 barris de cimento = 15 fl 8 e 10 fl 5	-20	162 800
Typographia: p. o. M. S. de. 1 fl; de 1 fl 10 = 1 fl 10	6 23	107 000
Finca: P. Steink. 11 fl; P. Cug. Theroff = 200 fl; P. Steink. 2 fl; C. Steink.		
2 fl 8; P. Steink. 10 fl; P. Cug. 20 fl 270	-7	3 27 50
Quantos viveres em triba: 30 000		

Fonte: Livro de receitas e despesas detalhado do ano de 1886.

Para analisar a conta de “pagamentos feitos” (Gráfico 25) de forma mais detalhada, realizou-se um levantamento de todos os valores lançados nesta conta do ano de 1886 e se pôde chegar a algumas conclusões:

Gráfico 25 – Composição da conta “pagamentos feitos” de 1886.



Fonte: Dados da pesquisa.

Verificou-se, conforme o gráfico acima, que 39% são despesas de pagamentos realizados pelo Colégio Conceição. Entre essas despesas, podem-se constatar pagamentos diversos e realizados para outras províncias. Conforme conversa informal com o Pe. Egydio Schneider, da Associação Antônio Vieira (ASAF), a sobra de caixa de cada instituição era transferida para outras províncias, para suprir as necessidades da missão e, conseqüentemente, a construção de outras instituições de ensino e casas sacerdotais.

A conta de “pagamentos feitos” também era composta dos valores devidos pelos correspondentes já citados anteriormente e dos pagamentos de fornecedores. Conforme a Figura 21 (página 92), a mensalidade dos alunos Joaquim e Alex Jacinto de Mendonça, n^{os} 42 e 123, foi recebida pelos correspondentes Warncke e Dorken e posteriormente lançada uma saída (despesa) como “Warncke e Dorken deve por pagamento de Mendonça”, gerando, assim, um lançamento na conta de “pagamentos feitos” (despesa).

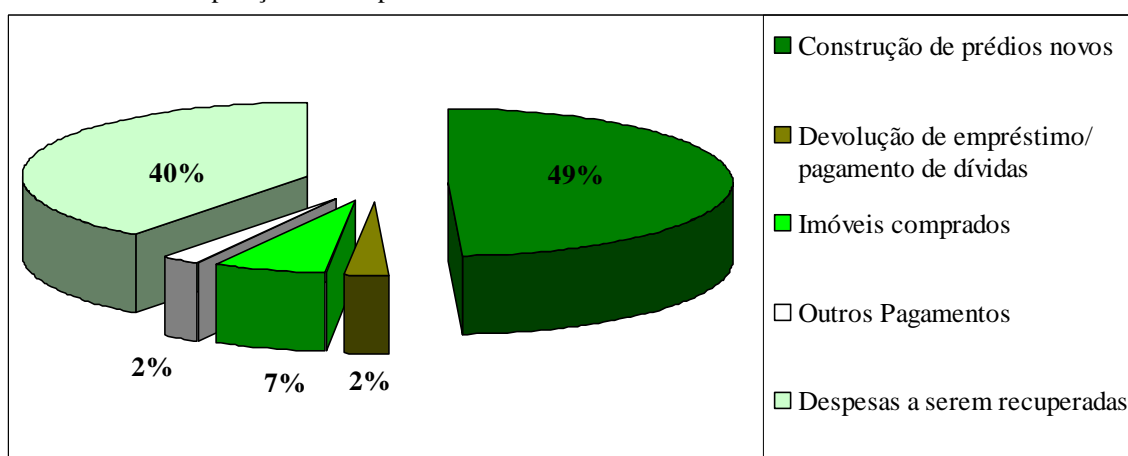
Cabe destacar também que não foi possível fechar com exatidão as contas dos correspondentes, os valores devidos (conta pagamentos feitos) com os valores pagos (conta outras receitas). Todavia, as diferenças apresentadas não foram significativas.

Destaca-se, também, o fornecedor Sr. Lemmertz, pelos pagamentos realizados por mercadorias recebidas, lembrando que, conforme a Figura 20 (página 91), no recebimento da mercadoria, era dada uma entrada e, quando havia o pagamento, uma saída.

Então, assim como a conta de “outras receitas”, a conta de “pagamentos feitos” também possuía valores que não se podem considerar como despesa, mas, sim, como um sistema de controle.

A seguir, apresenta-se a composição das despesas extraordinárias do Colégio Conceição para o período de 1886 (Gráfico 26).

Gráfico 26 – Composição das despesas extraordinárias de 1886.



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, no Gráfico 26, que a despesa com construção de prédios novos é de 49%, seguindo com a ampliação da instituição. Comparando com o ano de 1883, houve um aumento considerável. Aqui, novamente se pode ressaltar que o crescimento do número de alunos, conforme comentado anteriormente, pode explicar o aumento desse percentual.

Também se podem destacar as despesas com imóveis comprados e outros pagamentos realizados pela instituição, despesas essas que anos anteriores não eram mencionadas. O que se pode concluir, com esses dados, é que a instituição está, nesse período, em uma fase de expansão. Conforme Figura 27, foi comprada uma casa com um pequeno pátio no valor de Rs. 3.800\$000 (três milhões e oitocentos mil réis), podendo-se concluir que o Colégio Conceição investia mesmo em novos imóveis.

Figura 27 – Reprodução da página do livro de despesas e receitas detalhado.

1887.

6 Novembro		Receitas	Despesas
1	Transporte do Saldo:	3:103 800	
2	Diversi: Leme Michya dere por dinheiro à conta	C ^o 26	200 000
"	Cytopographia: Ullina 6540; Max 4040 e Jacob 2040 e Ling 140	C ^o 23	126 000
"	Ex minist. Sacro: pelo P. Vigario	- 276	176 000
"	Varia vendida: por mercas (Hamburg) 140; calças por 14540; 1 burro 144	- 142	10 000
"	José Kroeuff pagou por mão do seu irmão Jacob	12 43 g	78 000
"	Ant. " " " do seu pai	12 94 g	134 140
"	Schulgeld: Lem 145; 3 Holl 840; Navas 240; Gscheit 140 Müller 145 Randy & Fischer 2. 24 250; Steigler 140	- 116	17 250
3	Stipa. miss. 10709. Pfleger 1040; 45 do P. Ley 410; 11 r. St. Kellity 14	- 20	66 000
"	Recuperata: 1.320 + 600 + 124 140; P. King 10040; 9. h. R. 24 140	- 12	145 800
"	Elemos: 140 + 500; para festa do Regaino 500; - 145	- 14	3 500
"	Vestidos: Gellhardt super 1450. Gellhardt. Stöckel. 11800. Künje. 0	- 10	3 620
"	Recup. " " 824 000 + 674 100. " 102 4500. 27100	- 24	274 400
"	Lötia & Weigel = 364 720; Heppen = 2440; Zapka = 554 620; Baum 840	- 10	121 960
"	Famuli: Ant. D. St. Leug. 14 400; Petri 540; Lutz 40; David Lötter 45 + 24	- 16	12 900
"	Recuperanda: W. Dan 104 840; Feldman = 454 200; regalia. pag. 51 = 10240	- 24	188 940
"	Vestidos: Feldman 14 800; 3 lavandeiros = 2400; Neche Schlegel 2540	- 10	38 040
4	Oria Missionis: Dou emprestado 1860 + 27040	P. 6	2:130 000
"	Quacstura: Dou emprestado	P. 7	123 000
"	Oria Missionis: Dou por preparação de 5040; e de impreza 2740 e de 24 700; 140	P. 6	67 000
"	Supellex 15 vasos de Holl 244; oculos p. P. Kellity 40; 2. 24 140	- 11	34 560
"	Vagem: P. Hoffers a B. Jardim 5004; P. Kellity. a B. Jardim 14000	- 7	6 900
"	Congreg. alem. Dou emprestado	P. 21	20 000
"	Baristas: fira da Grã-bir de Naprinjal	- 3	19 300
"	Museum natural. Dou emprestado	P. 15	16 000
"	Diversi: caixa do coração de Jesus Dou emprestado	P. 26	70 000
"	" Caixa particular da Matriz: "	P. 26	300 000
5	Imobilia empta: 1 casa vizinha com 1 pequena pedra	- 22	3:800 000
"	Tributa &c: Lir Daw Anifordit fira obijul fiant	- 5	20 000
6	Construção: p. taiz que 60 tolas de laca a 440 = 264 000; e 6 canetas de pedras = 3040	- 20	56 400

Fonte: Livro de receitas e despesas detalhado do ano de 1886.

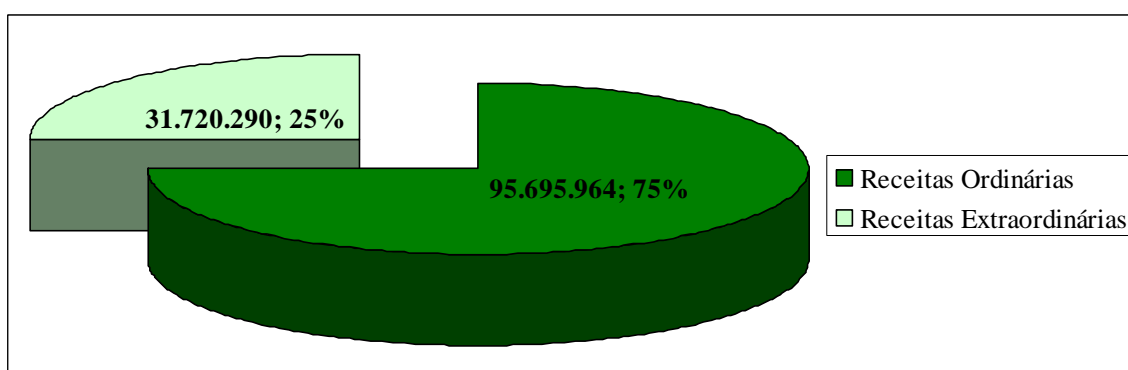
Completando a análise do Gráfico 26, ressalta-se também o pagamento de empréstimo realizado pelo Colégio Conceição em janeiro de 1886, pagamento este feito em abril de 1886, conforme anexos K e L (páginas 159 e 160 respectivamente) o qual compôs a conta de “devolução de empréstimos e pagamentos de dívidas.

Concluindo, no ano de 1886, ao serem comparadas as receitas e despesas, conforme apresentadas nos gráficos, pode-se concluir que o Colégio Conceição apresenta um déficit de caixa de Rs. 4.836\$020 (quatro milhões, oitocentos e trinta e seis mil e vinte réis), conforme demonstrado na página 103.

4.5.1.9 Receitas: ano de 1887

O Gráfico 27 apresenta as receitas ordinárias e extraordinárias do Colégio Conceição para o período de 1887.

Gráfico 27 – Receitas ordinárias e extraordinárias de 1887.

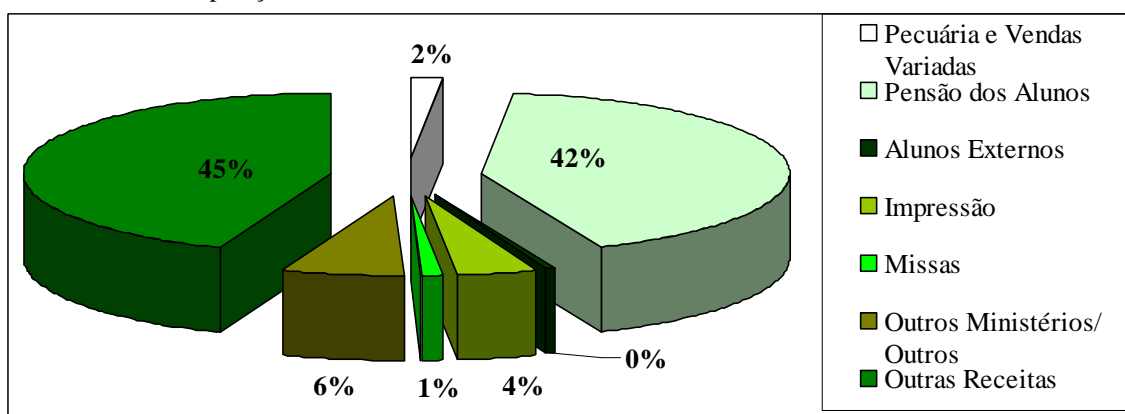


Fonte: Dados da pesquisa.

Em 1887, obteve-se de receitas um total de Rs. 127:416\$254 (cento e vinte e sete milhões, quatrocentos e dezesseis mil e duzentos e cinquenta e quatro réis), sendo 75% de receitas ordinárias e 25% de receitas extraordinárias. Em relação a 1883, houve um aumento de receitas ordinárias de 139%.

A seguir, no Gráfico 28, está demonstrada a composição do valor referente às receitas ordinárias.

Gráfico 28 – Composição das receitas ordinárias de 1887.

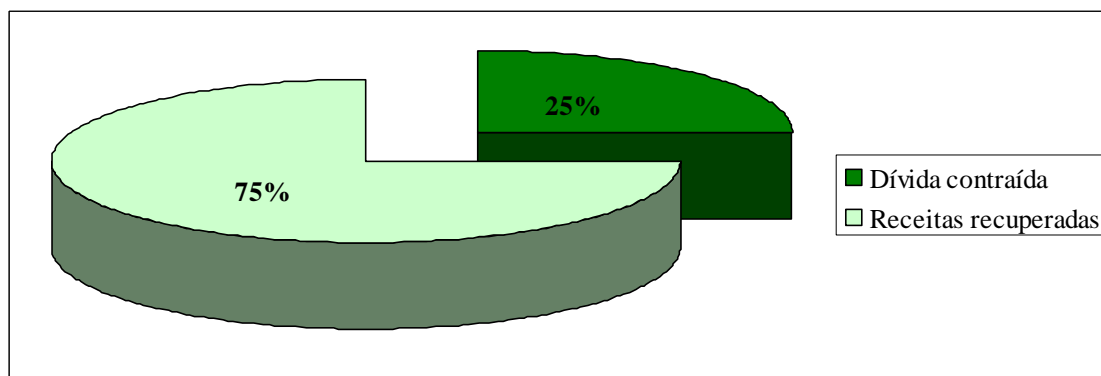


Fonte: Dados da pesquisa.

No gráfico acima, destacam-se “outras receitas”, com 45%, seguidas da pensão dos alunos, com 42%. Cabe ressaltar que, apesar de não chegar a 1% do total das receitas ordinárias, aqui se percebe a figura dos alunos externos. Estes, que aparecem em 1887, são alunos que somente estudavam na instituição, isto é, não eram internos. Conforme levantamento de dados, esse número aumentou nos anos seguintes.

No que se refere às receitas extraordinárias no período de 1887, o Gráfico 29 apresenta o seguinte:

Gráfico 29 – Composição das receitas extraordinárias de 1887.



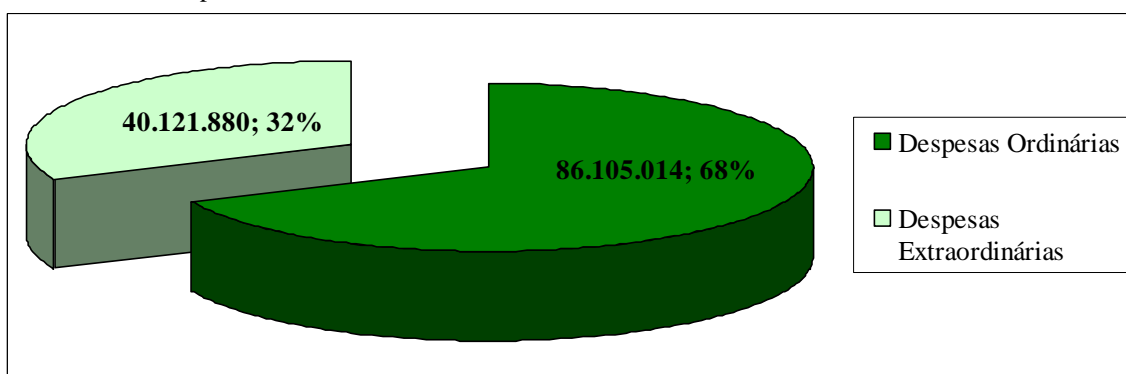
Fonte: Dados da pesquisa.

O total das receitas foi de Rs. 31:720\$290 (trinta e um milhões, setecentos e vinte mil, duzentos e noventa réis). Desse total, 75% são receitas recuperadas e 25% dívida contraída. Conforme a Tabela 1, houve um aumento de 1.430%, apesar de que, neste ano, observou-se uma diminuição de 5% de alunos matriculados. Verificou-se que, no ano em questão, as receitas recuperadas superaram os anos de 1883 a 1885.

4.5.1.10 Despesas: ano de 1887

No Gráfico 30, apresentam-se as despesas ordinárias e extraordinárias do Colégio Conceição para o período de 1887.

Gráfico 30 – Despesas ordinárias e extraordinárias de 1887.

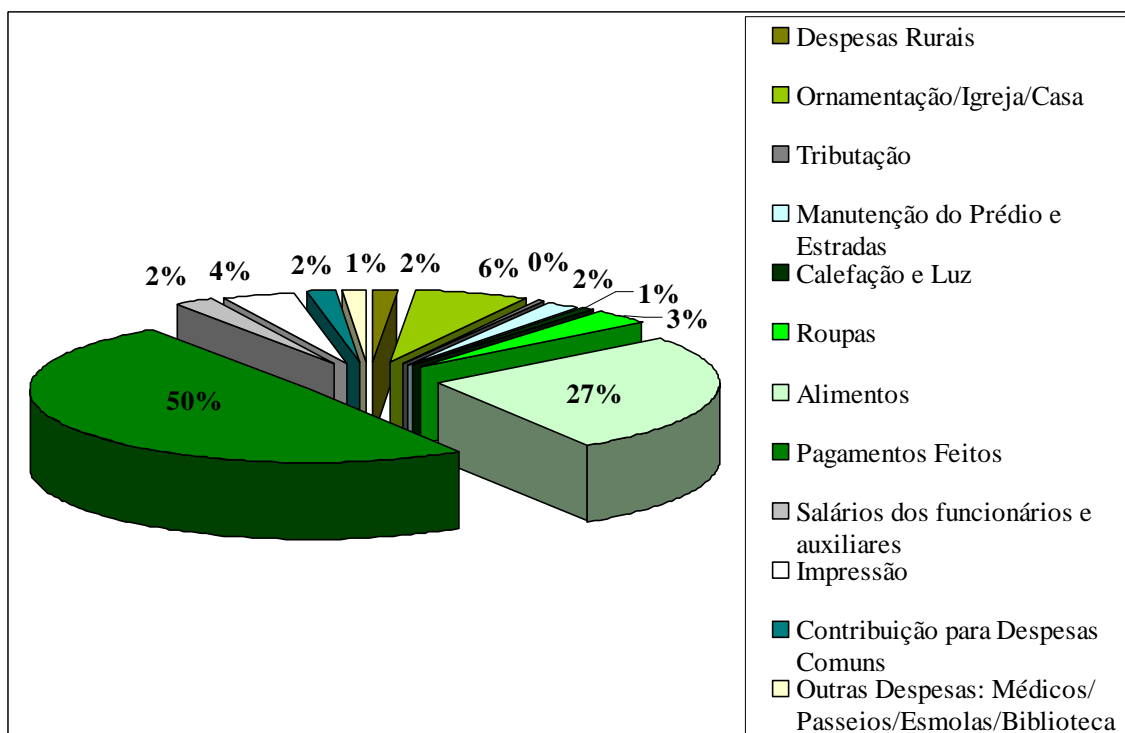


Fonte: Dados da pesquisa .

Como se observa no Gráfico 30, no ano de 1887, as despesas atingiram um total de Rs. 126:226\$894 (cento e vinte e seis milhões, duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e noventa e quatro réis). Desse total, apresentam-se 68% de despesas ordinárias e 32% de despesas extraordinárias.

No Gráfico 31, a seguir, está demonstrada a composição das despesas ordinárias da instituição.

Gráfico 31 – Composição das despesas ordinárias de 1887.

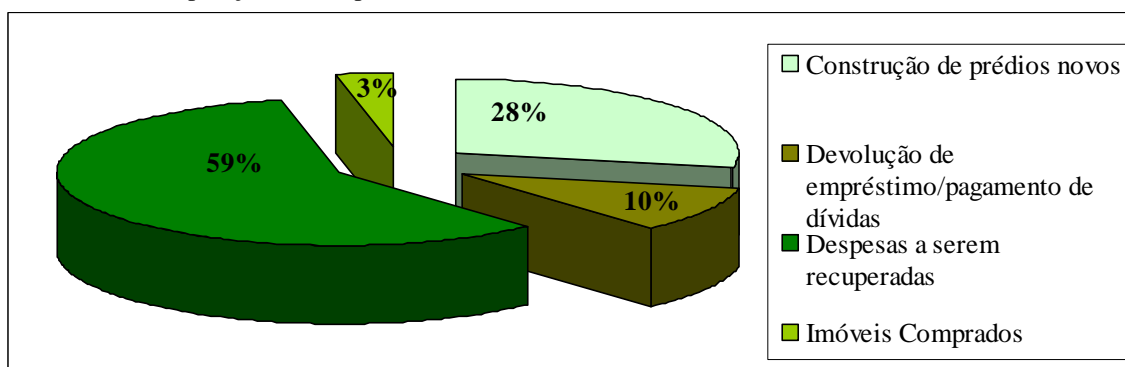


Fonte: Dados da pesquisa.

As despesas com pagamentos diversos foram de 50%, deixando as despesas com alimentação somente com 27%. Ressalta-se que, nesse ano ainda, as despesas rurais aumentaram para 2%, sendo que as despesas com biblioteca foram somadas a outras despesas, pois o valor não chegaria a 1% do total das despesas ordinárias.

Por fim, apresenta-se a composição das despesas extraordinárias do Colégio Conceição para o período de 1887 (Gráfico 32):

Gráfico 32 – Composição das despesas extraordinárias de 1887.



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se no gráfico que as despesas a serem recuperadas alcançam agora um percentual de 59%. Também se destaca a construção de prédios novos, com 28%. Ainda se

apresentam as despesas com imóveis comprados; conforme registro, incluem-se aí dois terrenos. Ressalta-se o pagamento das dívidas, com um percentual de somente 10%.

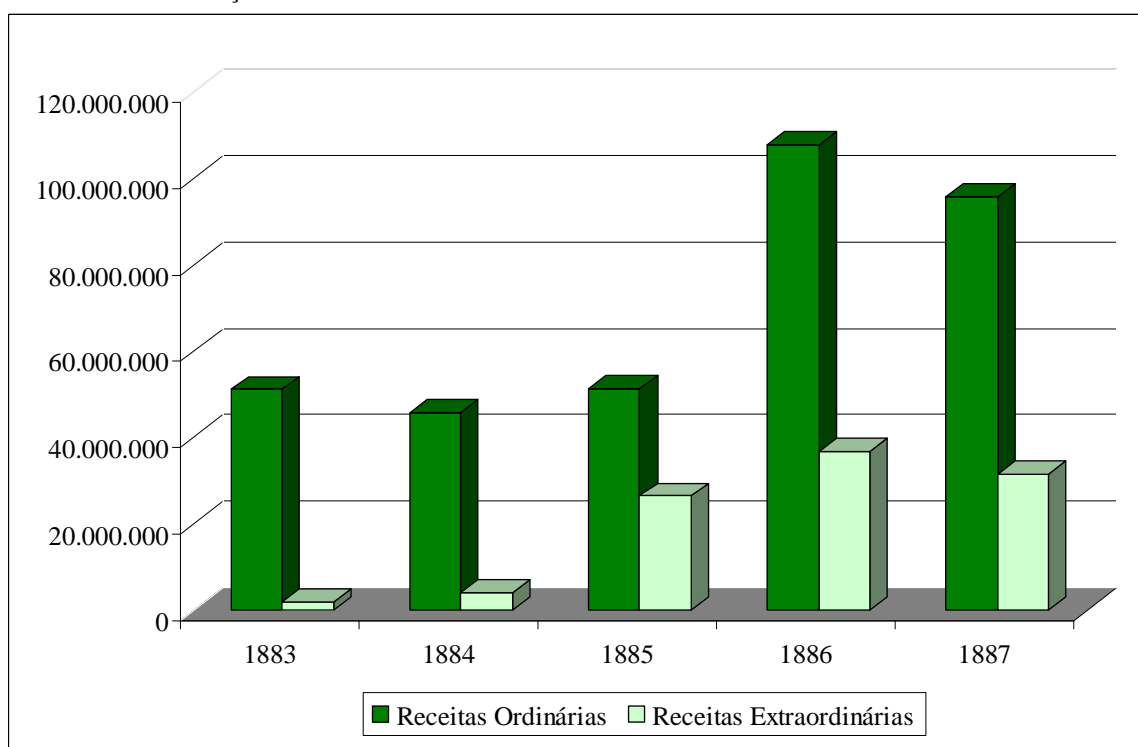
Assim, comparando as receitas e despesas, conforme apresentadas nos gráficos, pode-se concluir que, no ano de 1887, o Colégio Conceição obteve um superávit de caixa de Rs. 1:189\$360 (um milhão, cento e oitenta e nove mil, trezentos e sessenta réis), conforme demonstrado na página 103.

A seguir, elaborou-se um gráfico comprando a evolução das receitas ordinárias e extraordinárias do Colégio Conceição no período de 1883 a 1887.

4.5.1.11 Evolução das Receitas 1883 a 1887

No Gráfico 33, apresentam-se as receitas ordinárias e extraordinárias do Colégio Conceição para o período de 1883 a 1887.

Gráfico 33 – Evolução das Receitas Ordinárias e Extraordinárias de 1883 a 1887.



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, no gráfico acima, que as receitas ordinárias e extraordinárias de 1884 não obtiveram um aumento significativo em relação ao ano de 1883. Constata-se um pequeno aumento somente nas receitas extraordinárias. Conforme o Gráfico 9, toda a receita

extraordinária se obteve em virtude de receitas recuperadas, ou seja, despesas de alunos de períodos anteriores recebidas no ano de 1884. Pode-se citar, como despesas recuperadas, lavagem e conserto de roupas e sapatos, cadernos e utensílios para aula, aulas particulares de música e compras de instrumentos musicais, entre outras.

No ano de 1885, nas receitas ordinárias praticamente não houve aumento, em relação a 1883; entretanto, o aumento das receitas extraordinárias foi de 1.179%. Pode-se verificar que o aumento se deve ao aumento da conta de “dívida contraída” pelo Colégio Conceição, de acordo com o livro caixa resumido, que foi de Rs. 13:008\$280 (treze milhões, oito mil, duzentos e oitenta réis). Conforme comentado por Rabuske (s.d.) em seu manuscrito, foram dez anos de grandes construções no Colégio, edifícios com diversas alas; enfim, era necessário dar continuidade a essas construções devido ao aumento dos alunos.

Já no ano de 1886, obteve-se um aumento significativo nas receitas ordinárias em relação aos anos anteriores. Pode-se destacar o aumento das contas “pensão dos alunos”, “outros ministérios” e o acréscimo na conta de “outras receitas”, conforme comentado anteriormente, devido a vários controles realizados por registros no livro de receitas e despesas detalhado, como o controle de estoque de mercadorias e o controle de contas a receber (renda proveniente dos correspondentes), conforme Figuras 20 e 21. Outro motivo para esse aumento, segundo historiadores como Bohnen e Ullmann (1989) e Lutterbeck (1977), são indícios de que houve ajuda da Alemanha e da comunidade alemã para as devidas construções. Nesse sentido, pode-se citar a Figura 25, que, conforme registro, foi lançada na conta de “outras receitas”.

Em 1887, as receitas ordinárias e extraordinárias diminuíram em relação ao ano de 1886, e destaca-se a redução da mensalidade, em vista da redução do número de alunos.

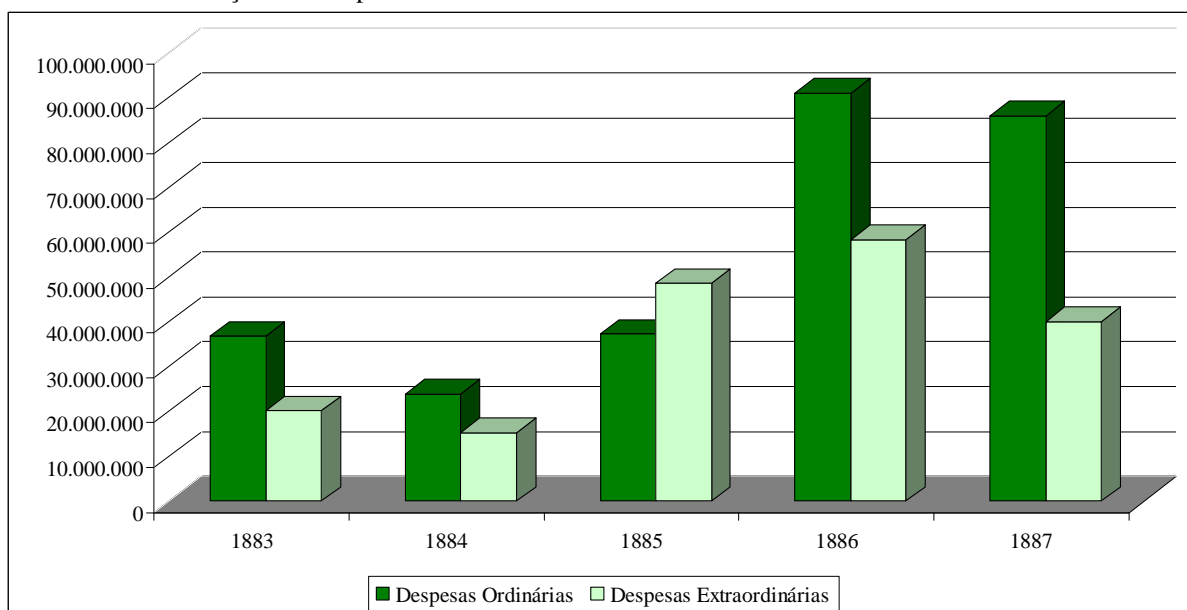
Concluindo, pode-se verificar que, nos anos 1886 e 1887, houve um crescimento expressivo em relação aos outros anos, um dos motivos seria em virtude do aumento do número de alunos em relação aos anos de 1883, 1884 e 1885. Conforme comentado no item 4.1.2, página 62, com o sucesso nos “exames parcelados”, o Colégio Conceição entrou em um ritmo acelerado de crescimento e, conseqüentemente, houve aumento de receitas.

Na sequência, foi elaborado um gráfico comparando a evolução das despesas ordinárias e extraordinárias do Colégio Conceição no período de 1883 a 1887.

4.5.1.12 Evolução das Despesas 1883 a 1887

No gráfico 34, apresentam-se as despesas ordinárias e extraordinárias do Colégio Conceição para o período de 1883 a 1887.

Gráfico 34 – Evolução das Despesas Ordinárias e Extraordinárias de 1883 a 1887.



Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando o gráfico acima, pode-se verificar que, em 1884, mesmo com o aumento do número de alunos, as despesas ordinárias tiveram uma diminuição de 25%, e as despesas extraordinárias de 24% em relação a 1883. Já em 1885, praticamente não houve aumento nas despesas ordinárias, enquanto nas despesas extraordinárias foi de 140%. Pode-se destacar, em 1885, o aumento no valor para a construção de prédios novos: Rs. 700\$000 (1883), Rs. 1:629\$840 (1884) e Rs. 31:882\$270 (1885). Salienta-se que foi em 1885 que a conta de “dívida contraída” teve registro no livro caixa, possivelmente para pagamento dessas despesas com construções.

O ano de 1886 atingiu também um grande salto em relação aos anos anteriores. As despesas ordinárias tiveram um aumento de 147%, e as despesas extraordinárias de 187%. Pode-se destacar como despesas ordinárias a conta de “pagamentos feitos”. Conforme Gráfico 25, nem todos os pagamentos feitos eram despesas, também foi utilizada como uma conta de controle, como de receitas a receber (dinheiro devido pelos correspondentes).

Destaca-se a conta de “construção de novos prédios” e “despesas a serem recuperadas”, que seriam despesas de períodos anteriores. Cabe destacar, conforme exposto

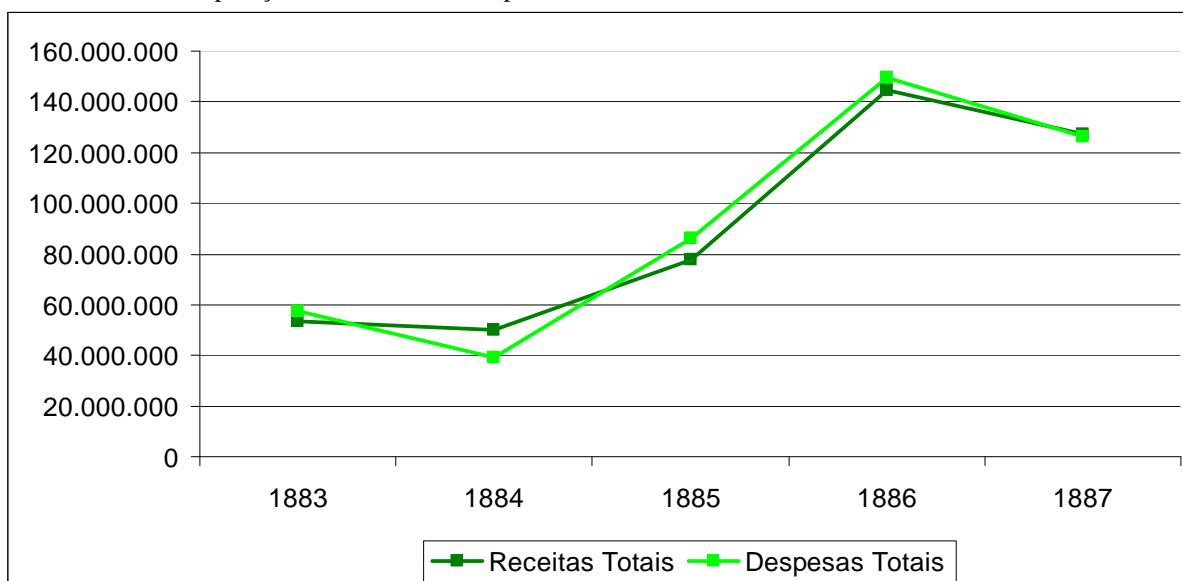
por Rabuske (1988), que muitos alunos externos atrasavam o pagamento da mensalidade, e os professores tinham a ingrata tarefa de cobrar o respectivo valor, e também, como explica Lutterbeck (1977, p. 99), “essas construções obrigaram os padres a um aumento sensível da anuidade com o qual os filhos da colônia em geral não podiam arcar”.

Já no ano de 1887, as despesas ordinárias e extraordinárias diminuíram em relação ao ano anterior. Nesse sentido, pode-se destacar a diminuição do número de alunos. Cabe ressaltar a conta “imóveis comprados” no ano de 1886 e 1887, inexistente nos anos anteriores. Conforme livro caixa de receita e despesa detalhado, foi adquirida pelo Colégio Conceição uma casa, dois terrenos, um potreiro e um jardim para a nova casa.

4.5.1.13 Comparação das Receitas e Despesas 1883 a 1887

No Gráfico 35, apresentam-se as receitas totais e as despesas totais do Colégio Conceição nos anos de 1883 a 1887.

Gráfico 35 – Comparação das Receitas e Despesas de 1883 a 1887.



Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando o gráfico acima, percebe-se que, no ano de 1883, houve um déficit de caixa de Rs. 3:975\$220 (três milhões, novecentos e setenta e cinco mil, duzentos e vinte réis). Já no ano de 1884, houve um superávit de caixa de Rs. 10:668\$200 (dez milhões, seiscentos e sessenta e oito mil e duzentos réis). Destaca-se a conta de “pagamentos feitos”, reduzindo as despesas ordinárias e influenciando nessa sobra de caixa.

Em 1885, a instituição obteve um déficit de caixa de Rs. 8:324\$320 (oito milhões, trezentos e vinte quatro mil e trezentos e vinte réis), destacando-se o aumento das despesas extraordinárias, contribuindo para esse déficit. Houve aumento da construção de prédios e despesas a serem recuperadas. No entanto, as despesas com construções podem ser consideradas investimentos realizados pela instituição, pois, segundo vários autores, como Rabuske (s.d.), Rambo (2009), Bohnem e Ulmann (1989), foram construídos prédios monumentais que permanecem até hoje na cidade de São Leopoldo/RS. Cabe salientar que, em 1985, ocorreu um grande incêndio, destruindo parte desses prédios.

Também em 1886, a instituição continuou com um déficit de Rs. 4:836\$020 (quatro milhões, oitocentos e trinta e seis mil reais e vinte réis). Destaca-se também aqui a conta de “imóveis comprados”, que conforme comentado anteriormente, pode-se considerar como investimentos realizados pelo Colégio Conceição. Conforme registros contábeis, foram adquiridas casas, terrenos, etc.

No ano de 1887, houve um pequeno superávit de caixa de Rs. 1:189\$360 (um milhão, cento e oitenta e nove mil e trezentos e sessenta réis).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, buscou-se evidenciar, analisar e interpretar as principais práticas contábeis e organizacionais realizadas pela gestão do Colégio Conceição, em São Leopoldo, na segunda metade do século XIX.

No intento de atingir os objetivos propostos, incluiu-se na presente pesquisa uma parte histórica referente ao Colégio Conceição, graças à qual foi possível esclarecer algumas práticas desenvolvidas pela instituição em virtude dos fatos ocorridos, os quais tiveram impacto significativo em sua situação financeira durante a sua existência.

Diante do exposto, destacam-se alguns aspectos relevantes da história da entidade analisada com o propósito de atingir os objetivos propostos.

Em primeiro lugar, fundado em 31 de julho de 1869, pelos padres jesuítas, com apenas oito alunos, o Colégio Conceição começou suas atividades com o fim de formar sacerdotes, como seminário e para a formação de professores para atender às escolas nas comunidades coloniais. Em seus 43 anos de existência, formou mais de 5.000 alunos entre externos e internos, tornando-se uma instituição consolidada no Brasil e fora dele (BOHNEN; ULLMANN, 1989).

Até o ano de 1878, não se cogitara no Colégio Conceição a preparação dos alunos para os exames preparatórios aos cursos superiores. No entanto, devido à redução dos egressos que seguiram na carreira religiosa e, conseqüentemente, do número de matrículas, em 1877 a decisão foi a de apostar na preparação dos alunos para os chamados “exames parcelados”.

Com os excelentes resultados, a instituição foi reconhecida, crescendo em um ritmo acelerado (RAMBO, 2009). Os adversários dos jesuítas passaram a aprovar os métodos pedagógicos destes. Com isso, o número de alunos, de 65 (1880), passou para 223 (1890), exigindo, em consequência, investimentos em novos ativos físicos (construções).

Isso foi comprovado também por meio do trabalho de Rambo (2009), que afirma que, na década de 1880, foram erguidos prédios definitivos que abrigaram todos os setores da instituição: a construção de uma capela, um refeitório, salas de visitas, salas de estudo, biblioteca, museu de história natural, enfermaria, lavanderia, dormitórios, salão de festas, sala de música e sala de ginástica.

Levando-se em conta esses fatos históricos, podem-se analisar de forma mais clara as práticas contábeis da instituição e sua gestão financeira, principal objetivo do trabalho.

Em relação a isso, os resultados indicaram:

- 1) não foi encontrado, até esse momento da pesquisa, o Balanço Patrimonial com utilização do método de partidas dobradas, conforme exigia o alvará publicado em 23 de agosto de 1808 e o Código Comercial de 1850, que trazia a obrigatoriedade do levantamento do Balanço Geral;
- 2) também se observou que até o momento não foi revelado nenhum levantamento patrimonial sistemático ou se o controle de custos era realizado;
- 3) do ponto de vista contábil, mantinham controle de sua renda e gastos através de três livros: livro de conta corrente dos alunos, onde eram lançadas todas as receitas e pagamentos (despesas) dos alunos, o livro de receitas e despesas detalhado e o livro de receitas e despesas resumido;
- 4) destaca-se uma peculiaridade no livro de receitas e despesas detalhado, esta se refere a um artifício que ajudava no controle de contas a receber, adiantamento de despesas com construções e controle estoque de mercadorias;
- 5) o livro resumido totalizava as receitas e despesas, separando-as em ordinárias e extraordinárias, com registro mensal;
- 6) verificou-se a existência de um “Plano de Contas”.

A análise deste conjunto de livros permitiu verificar que o Colégio Conceição realizava os seus registros contábeis mediante uma ordem de numeração, ou seja, utilizava uma estrutura básica contábil, formada por um conjunto de contas. Esse “Plano de Contas” servia como parâmetro para elaboração do livro de receitas e despesas detalhado. De acordo com análise realizada a numeração baseava-se no livro de receitas e despesas resumido, conforme Figuras 23 e 24.

Com relação à estrutura administrativa, pode-se constatar que, no Colégio Conceição, tanto os padres, quanto estudantes e coadjutores (irmãos), desempenhavam diversas atividades e funções dentro da instituição. Verificou-se que todas as escolas jesuítas eram reguladas pelo código pedagógico, o *Ratio Studiorum*. No entanto, provavelmente devido às dificuldades e carências da época, o Código não foi cumprido integralmente em termos de estrutura organizacional, tendo de ser ajustado conforme as necessidades e os recursos proporcionados pela realidade do Colégio Conceição.

Portanto, a estrutura administrativa do Colégio, que se pode verificar na Figura 17 (página 83), se resumia na figura do Reitor, do Administrador e do Ecônomo, e posteriormente professores, os estudantes (estágio do sacerdócio) e os coadjutores (irmãos). Importa destacar que o Reitor, o Administrador, o Ecônomo e alguns padres em funções

auxiliares eram nomeados pelo Superior da Missão. Porém, todos eles eram subordinados ao Pe. Reitor.

Em relação à análise financeira realizada do período de 1883 a 1887, e mais detalhadamente o período de 1886, organizou-se um estudo das contas para verificar seu desenvolvimento econômico, financeiro e patrimonial. Seguem alguns aspectos relevantes:

- 1) as receitas ordinárias eram provenientes principalmente das mensalidades dos alunos, sua principal renda, e outras receitas e, como se pode verificar, a conta possuía valores que não se podem considerar como receita efetiva, mas sim valores que eram registrados para controle da instituição, como recebimento de correspondentes, adiantamento de despesas com construções e adiantamento de estoque de mercadorias;
- 2) destaca-se o recebimento de receitas de outras províncias, provavelmente da Alemanha, e possível ajuda da própria colônia alemã, citado pelos autores Bohnen e Ullmann (1989) e Lutterbeck (1977) e nas Figuras 25 e 27. No entanto, não se pôde comprovar essa afirmação. Outras receitas ordinárias, como provenientes de atividades pecuárias, agricultura, vendas variadas, direitos autorais de livros, impressão, missas, outros ministérios e remuneração de professores também complementavam as receitas do Colégio Conceição;
- 3) as receitas extraordinárias eram compostas principalmente pelas contas “dívida contraída” (conforme análise dos dados, verificou-se que essas dívidas eram contraídas provavelmente para as construções dos prédios) e “receitas recuperadas”. Além da mensalidade, as despesas como lavagem de roupas, sapatos, livros, consertos, aulas de música, remédios, etc. também eram reembolsadas;
- 4) as despesas ordinárias eram provenientes principalmente de alimentos e pagamentos feitos. Foi possível verificar que a conta possuía valores que não se podem considerar efetivamente como despesa, mas sim valores que eram registrados somente para controle, como aqueles devidos pelos correspondentes e pagamento de fornecedores;
- 5) outras despesas ordinárias, como ornamentação da igreja e casa, biblioteca, museu, manutenção de prédios e estradas, calefação, roupas, salários de funcionários e outras despesas foram somadas em virtude que não chegam a 1% do total das despesas ordinárias. Podem-se destacar as despesas com “tributos” (Figura 26)

que, presumivelmente, deveriam ser impostos, provavelmente sobre a propriedade de bens imóveis/edificações;

- 6) as despesas extraordinárias eram compostas pelas contas de construção de prédios novos, devolução de empréstimos, despesas a serem recuperadas, imóveis comprados, dentre outros pagamentos. Destaca-se o aumento da conta de “construção de prédios novos” a partir de 1885, que chegou a um aumento de 4.455% em relação ao ano de 1883. Essa situação está conforme com o que citam os autores Rabuske (s.d), Rambo (2009) e Bohnem e Ullmann (1989) “foram 10 anos de grandes construções no Colégio, verdadeiros monumentos, imitando um estilo europeu, que permanecem até hoje na cidade de São Leopoldo/RS”. Nos anos de 1883, 1884, 1886 e 1887, foram realizados pagamentos de parte das dívidas; somente no ano de 1885, não houve pagamento destas;
- 7) considera-se a conta de despesas recuperadas, com um expressivo aumento do ano de 1886 e 1887, de 142% e 143%, respectivamente. Destaca-se a conta de imóveis comprados, que aparece somente nos anos de 1886 e 1887. Conforme registros contábeis, nesses anos foi adquirida uma casa com um pequeno pátio, dois terrenos, um potreiro e um jardim para a nova casa. Em princípio, é possível considerar que esses imóveis eram investimentos do Colégio Conceição. Todavia, foram registrados como despesas, uma vez que não havia levantamento patrimonial sistemático registrado.

Segundo as análises dos registros contábeis, e comparando-os com os fatos históricos do Colégio Conceição, é possível destacar outros fatos relevantes. Conforme Rabuske (1988) e Lutterbeck (1977), muitos alunos atrasavam o pagamento da mensalidade. Segundo os autores, o aumento das construções obrigou os padres ao aumento da mensalidade, com o qual os alunos não podiam arcar. Rabuske (1988) ainda destaca que os próprios professores tinham a ingrata tarefa de cobrar o respectivo valor, tendo sido, inclusive, cogitado usar métodos mais rígidos, como cobrar os atrasos nos pagamentos das mensalidades juridicamente ou através de um advogado da cidade. Assim, explica-se o aumento da conta “despesas a serem recuperadas” pelas dívidas dos alunos para com a instituição.

Outro fato que merece destaque é a conferência do livro de receitas e despesas detalhado, conforme Figura 22 (página 94), feita pelo Pe. Sarrazin, Reitor à época, no qual foi constatado um “erro”, provavelmente da soma, sendo devidamente corrigida e transportada a diferença para o próximo mês. No Gráfico 17 (página 115), também é mencionada a conta de “ajuste de erro anterior”, sem um percentual significativo, mas que mostra que, mesmo com

uma contabilidade simples, apuravam-se todos os registros contábeis verificando sua exatidão e ajustando devidamente os erros.

Comparando-se este com outros estudos, como de Gómez e Sierra (2001), verifica-se que eram realizados controles basicamente financeiros. Contudo, ferramentas úteis para seu gerenciamento, mesmo sem serem mecanismos avançados, eram eficazes no atendimento de suas necessidades de informação da época.

No estudo de Calvo e Castro (2005), os autores constataram que, na Paróquia Villa de Agüimes, na Ilha de Gran Canária, utilizavam o “*Livro de Contas de Fábrica*” para controlar todas as movimentações de receitas e despesas. Já o Colégio Conceição utilizava os três livros contábeis já descritos para controlar suas movimentações de receitas e despesas.

No trabalho de Salvador e Ruiz (2011), no seu estudo de modelo organizacional, verificou-se a existência de algumas figuras, como Encarregados, Contador e Tesoureiro. O Colégio Conceição tinha estrutura com denominação muito distinta, com as figuras de Reitor, Administrador e o Ecônomo, que, no entanto, basicamente eram responsáveis pelas mesmas funções do estudo mencionado.

Pode-se dizer também que o Colégio Conceição não dispunha de recursos tecnológicos ou de controles avançados para a apuração de sua contabilidade. No entanto, seus registros contábeis eram transcritos com exatidão, eficiência e fidelidade de informações, atendendo, em princípio, as necessidades da instituição na época.

Pode-se dizer que os jesuítas não só contribuíram para o desenvolvimento educacional do Brasil, por seu ensino rigoroso, no entanto impecável, mas também para a história da contabilidade.

Ao finalizar o presente estudo, podem-se sugerir estudos adicionais nesta linha de pesquisa de contabilidade histórica, como, por exemplo, um estudo comparativo entre as práticas contábeis aqui estudadas com as de outras entidades ou ordens religiosas.

REFERÊNCIAS

ACRÓPOLE DO SABER. O Ginásio N. Sa. da Conceição. **Jornal dos Alunos do Colégio Anchieta**, Porto Alegre, out./nov., 1946, p. 8.

AHMEDH, Nesin Khweldi. **El caso de um inventario de cosecha de los terrenos del marques Don Rodrigo de Vivar de Mendoza, prestando em árabe para la auditoria real durante el siglo XV**. Dissertação de Doutorado da Organização Contábil e Negócios. Cantoblanco: Universidade Autônoma de Madrid, 2006.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: Um enfoque econômico financeiro**. 8º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: USP, 2004.

BOHNEN, Aloysio; ULMANN, Aloysio. **A atividade dos jesuítas de São Leopoldo, 1844 a 1989**. São Leopoldo: UNISINOS, 1989.

BROD, Lino. **Diário traduzido pelo Ir. Lino Brod em 1899**. Obra disponível no acervo da Associação Padre Antônio Vieira. Porto Alegre: [manuscrito], 1899.

CALVO, M. C.; CASTRO, C. P. El mayordomo y la contabilidad parroquial. Control y rendición de cuentas. Villa de Agüimes 1730 – 1830. **De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad**, v. 3, Madrid, 2005. p. 4-32.

CAMPOS JR., Joaquim Gomes. **A formação do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Livraria Americana, 1909.

CARNEIRO, J. X. **Compendio de escripturação mercantil por partidas dobradas**. Porto Alegre: Mazon, 1894.

CARVALHO *et al.* Educação Jesuíta: Contexto, Surgimento e Desdobramentos. **Revista Eletrônica de Ciências da Computação**, Campo Largo, v. 7, n. 2, nov. 2008.

CATALOGUS SOCIORUM ET OFFICIORUM - Provinciae Germaniae - Societatis Jesu, Ineunte anno MDCCCLXXXV. Gestel St. Micheëlis: In Instituto Surdo-Mutorum, 1885. p. 66-68.

COLÉGIO N. SA. DA CONCEIÇÃO. **Regulamento da 3º divisão**. Documento disponível no acervo da Associação Padre Antônio Vieira. Porto Alegre: s. ed., s. d.

_____. **Regulamento do Colégio Nossa Senhora da Conceição.** Documento disponível no acervo do Instituto Anchietano de Pesquisas. São Leopoldo: s. ed., 1886.

COMPANHIA DE JESUS. **Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

EDWARDS, J. R. Ignore History at your peril. **Accountancy**, vol. II, may, 1989. p. 184-185.

FRANCA, S. J., Pe Leonel. **O Método Pedagógico dos Jesuítas: o “Ratio Studiorum”.** Rio de Janeiro: Livraria Editora Agir, 1952.

GALLEGO, E. R.; RIVERO, D. F.; RAMOS, A. S. Los Flujos de Efectivo En Una Economía Monástica. Estúdio Del Arca La Comunidad Del Monastério de Santa Maria La Real de Oseira (1614-1698). **De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad**, v. 6, Madrid, 2007. p. 3-31.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, São Paulo, abril, 1995. p. 57-63.

GÓMEZ, D.; SIERRA, F. J. C. Iglesia, Empresa Y Contabilidad: El Convento Franciscano de San Antonio 1670-1693 (Cuevas de Almanzora Almería). *In*: ACEDO, L. Negró (ed.) **Mélanges offerts à Charles Leselbaum.** Paris – Madrid: Éditions Hispaniques: 2001. p. 351-380.

GUSMÃO, Stella Dantas de. **História do Rio Grande do Sul para uso das escolas públicas do estado.** Porto Alegre: Livraria Americana, 1911.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michel F. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

HERNÁNDEZ E. E. Problemática general de una historia de la contabilidad en España. Revisión genérica de las modernas corrientes epistemológicas y metodológicas y cuestiones específicas en torno a la elaboración de una historia de la contabilidad en España. **Revista AECA**, vol. X, n. X, Madrid, 1996. p. 64-65.

_____. Reflexiones sobre la naturaleza y los orígenes de la contabilidad por partida doble. **Pecvnia**, n. 1, 2005. p. 93-124.

HOLLER, Marcos Tadeu. **Uma História de Cantares de Sion na Terra dos Brasis: a música na atuação dos jesuítas na América Portuguesa (1549-1759).** Parte da Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Música do Instituto de Artes da UNICAMP, 2006. Disponível em: <http://www.utpl.edu.ec/portalchiquitano/images/stories/bibliotecas/archivo_interno/mision_america/lamisionenamerica_holler_marcos_tadeu_historia_a_musica_jesuista.pdf> Acesso em: 5 jan. 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

JAEGER, SJ, Pe. Luís Gonzaga; NEIS Rubem. **São Leopoldo no seu primeiro centenário**. Porto Alegre: Globo, 1947.

LEITE, Serafim, S.I. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo I. Lisboa: Livraria Portugália, 1938.

LOPES, Jorge. **O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2006.

LUTTERBECK SJ, Pe. Jorge Alfredo. **Jesuítas no sul do Brasil**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1977.

MATÉ, L. S; BEGOÑA M. P.; TÚA PEREDA, J. La actividad financiera del Monasterio de Santo Domingo de Silos en el siglo XVIII a la luz de sus libros de cuentas. **De Computis: Revista Espanola de História de la Contabilidad**, vol. X, n. 1, Madrid, 2004. p. 97-141.

_____; Contribución de Los Monasterios Benedictinos de La Congregación de San Benito de Valladolid a La Hacienda Real de Castilla, a La Luz de Algunos de Sus Registros Contables. Época Moderna. **De Computis: Revista Espanola de História de la Contabilidad**, v. 12, Madrid, 2010. p 18-40.

MATTESSICH, Richard.. **Beginnings of accounting and accounting thought**. New York: Garland, 2000.

MELIS, F. **Storia della ragioneria** – contributo alla conoscenza e interpretazione delle fonti più significative della storia econômica. Bologna/Itália: Dott. Cesare Zuffi, 1950.

MONTEIRO, Lorena Madruga. A Companhia de Jesus e a formação dos elites católicas no sul do Brasil. **Plura – Revista de Estudos da Religião**, vol. 2, n. 1, 2011. p. 136-152.

MONTEIRO, Martim Noel. **Pequena história da contabilidade**. Lisboa: Associação Portuguesa de Técnicos de Contas (APOTEC), 1979.

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. **Galeria de Fotos**. Disponível em: <<http://www.museuhistoricosl.com.br/mostragalerias.cfm?id=3>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

OLIVEIRA, L. M.; NAGATSUKA, D. A. S. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Futura, 2000.

PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica: uma introdução à prática contábil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PELEIAS, Ivam Ricardo; BACCI, João. Pequena Cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. **Revista Administração On Line** – FECAP, São Paulo, v. 5, n. 3, jul-set, 2004. p. 39-54.

PENA, Leandro. **O império jesuítico: um olhar sobre a evolução patrimonial da ordem na América portuguesa.** Parte da Tese de Doutorado apresentado ao programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UFMG, 2005. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/oimperiojesuitico.pdf> Acesso em: 4 jan. 2011.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, nov., 2001. p. 179-195.

PRATES, Manoel Pacheco. **Relatório original da informação do Dr. Manoel Pacheco Prates revista e aprovada pelo Dr. Júlio de Castilhos, presidente do estado.** Manuscrito disponível no acervo da Associação Antônio Vieira. Porto Alegre: [manuscrito], s. d.

RABUSKE, Pe. Arthur, SJ. **Manuscrito do Colégio Nossa Senhora do Conceição em São Leopoldo.** Manuscrito disponível no acervo da Associação Antônio Vieira. Porto Alegre: [manuscrito], s. d.

_____. **Manuscrito do Conceição Leopoldense desde 1869 a 1879.** Manuscrito disponível no acervo do Memorial Jesuíta. São Leopoldo: UNISINOS, [manuscrito], 1988.

_____. **A Secular Matriz de São Leopoldo, RS. Publicações Avulsas**, n. 5. Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, RS, Brasil, 1978.

RAMBO, Arthur Blásio. **Um sonho e uma realidade.** São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

RODRIGUES, Alberto Almada. A Primeira Regulamentação da Profissão Contábil em Portugal e no Brasil: a matrícula dos homens de negócios (comerciantes). **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. nº 42. Porto Alegre: CRCRS, 1985, p.4-8.

RODRIGUES, Francisco. **A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões.** Esboço histórico – Superiores – Colégios, 1540-1934. 2. ed. Porto: Edições do Apostolado da Imprensa, 1985.

SÁ, Antônio Lopes de. **A evolução da contabilidade.** São Paulo: IOB, 2009.

_____. **História geral da contabilidade no Brasil.** Brasília: CFC, 2010.

_____. **História geral da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1997.

SALVADOR, M^o D.M; RUIZ, F.C.L, El Régimen Administrativo Y Contable Del Hospital De Caridad De La Coruña En El Siglo XVIII. De Computis: **De Computis: Revista Espanola de História de la Contabilidad**, n. 14, Madrid, 2011. p. 156-178.

SANT'ANA, Elma. Jacobina: a líder dos Muckers. **Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Escola Superior de Teologia**. v. 2, jan-dez., 2003, p.27-36.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

_____. **Uma contribuição ao estudo da história do pensamento contábil**. São Paulo: USP, 1996.

_____; SANTOS, José Luiz dos. **História da Contabilidade**. Foco na Evolução das Escolas do Pensamento Contábil. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHUPP, Ambrósio. **Os “mucker”**: a trágica história de Ferrabrás – 1840-1914. 5. ed. Nova tradução de Arthur Rabuske. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História do pensamento contábil, com ênfase na história da contabilidade brasileira**. Curitiba: Juruá, 2009.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 2. ed. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2001.

SORIANO, C. T. La propiedad inmobiliaria de los conventos femeninos madrileños en el siglo XVII. **Cadernos de História Moderna**, v. 24, Madrid, 2000. p. 11-31.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

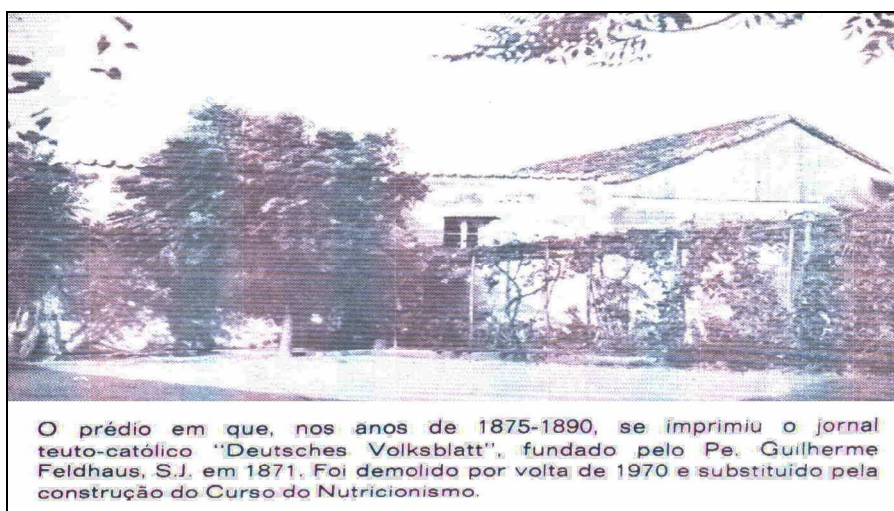
YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 3a ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WIKIPEDIA. **Carta de Lei para a proscricção, desnaturalização e expulsão dos jesuítas dos domínios de Portugal e suas colônias**, de 03 de setembro de 1759. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Expuls%C3%A3o_dos_jesu%C3%ADta> Acesso em: 7 mar. 2012.

ANEXOS

ANEXO A – Jornal *Deutsches Volksblatt*

Fundado pelo Pe. Guilherme Feldhaus, Reitor do Colégio Conceição



Fonte: Rabuske (1978, p. 121)

ANEXO B – Dom Sebastião Dias Laranjeiras

Bispo da Diocese do Rio Grande do Sul – Inaugurou o Colégio Conceição em 3 de outubro de 1869, como externato, na festa de Nossa Senhora do Rosário

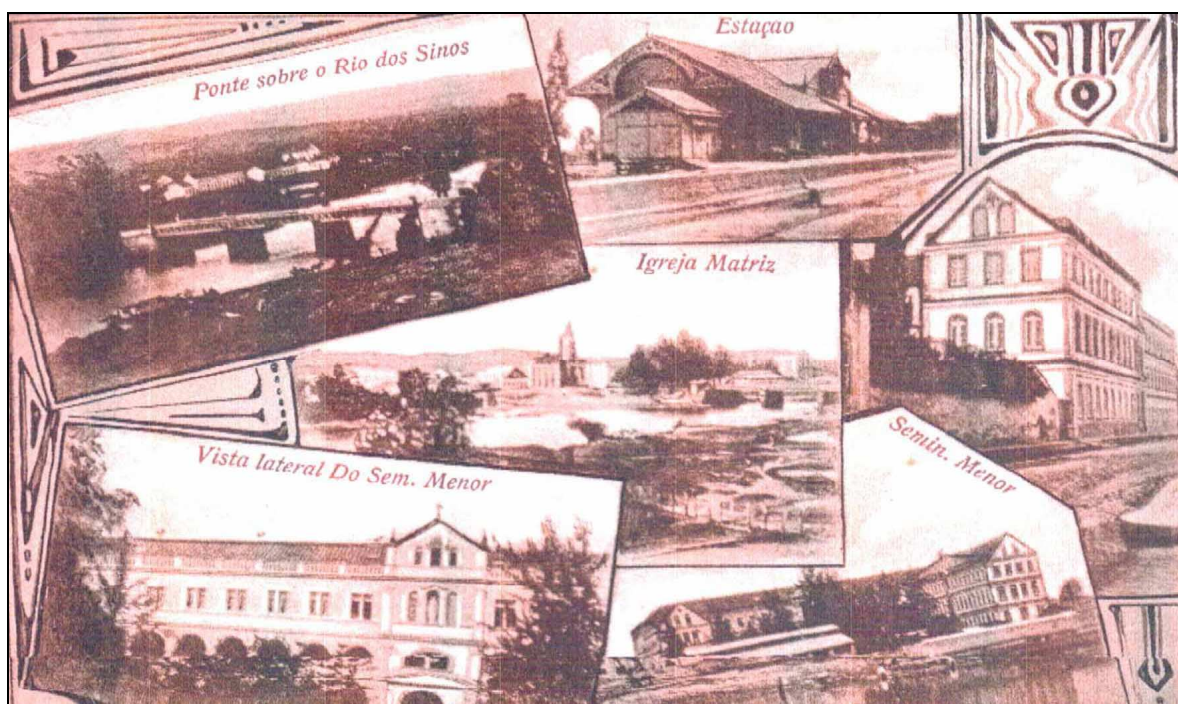


Dom Sebastião Dias Laranjeira (20/1/1821-13/8/1888). O 2º bispo da então vastíssima e única diocese do Rio Grande do Sul foi um grande amigo da Colônia Alemã e seu benfeitor desde 1861-1888.

Fonte: Rabuske (1978, p. 38)

ANEXO C – Fotos diversas do século XIX

Estação (via férrea entre Porto Alegre e São Leopoldo de 1874 com 33 km de extensão) e do Seminário Menor (Ex-Colégio Conceição), construção de prédios definitivos de vários setores da Instituição



Fonte: Acervo dos Jesuítas – Associação Antonio Vieira de Porto Alegre (2011)

ANEXO D – Foto do ex-Colégio Conceição – Seminário – Antiga UNISINOS

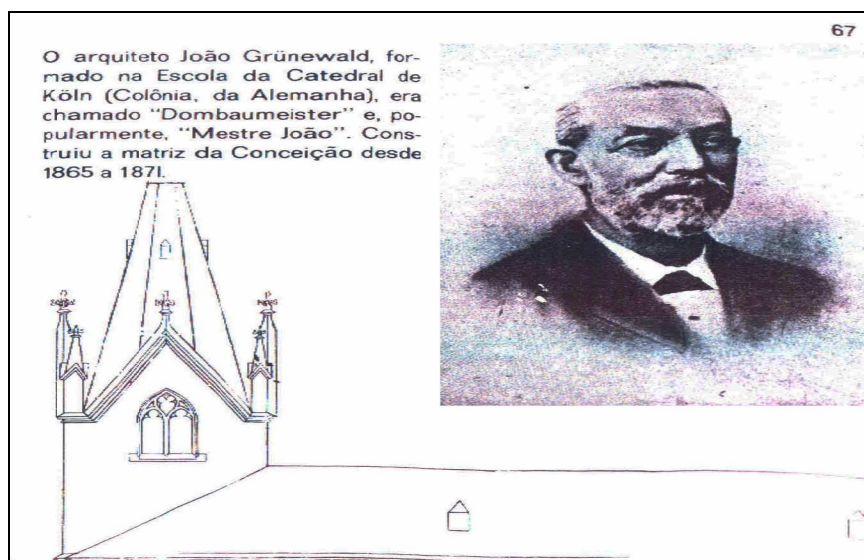
Grandes construções foram realizadas durante o século XIX no Colégio Conceição, considerado um verdadeiro monumento para a cidade de São Leopoldo



Fonte: acervo dos jesuítas – Associação Antonio Vieira de Porto Alegre (2011)

ANEXO E – Arquiteto Johann Grünewald (Mestre João)

Elaborou todo o planejamento arquitetônico do Colégio Conceição, foi também construtor da Igreja Matriz de São Leopoldo



Fonte: Rabuske (1978, p. 67)

Regulamento

da

3.ª Divisão

1. Estudo

1. Devem todos conservar a carteira em boa ordem. Não se permite deixar sobre ella, ao sahir do estudo, livros, papeis nem outra qualquer cousa.

2. Papeis ou cousas de que já se não faz uso, não se deitam para o chão, mas sim na cesta para esse fim destinada. Cada um é responsavel pelo seu lugar, devendo manter nelle a devida limpeza.

3. É rigorosamente prohibido abrir a carteira de outrem.

4. Durante o estudo ninguem se vire para traz, mórmente quando pessoas de fóra visitam a divisão.

5. No estudo serio não se pódem ler livros de historias nem escrever cartas.

6. Os livros da bibliotheca devolverse-ão sempre no fim do estudo livre.

7. Ninguem poderá ir á bibliotheca para escolher livros. Para esse fim entregará o bibliothecario o catalogo dos livros

nas III.^{as}, V.^{as} e Domingos a todos aquelles, que na vespera, isto é nas II.^{as}, IV.^{as} e Sabbados lh'o tiverem pedido por meio de um bilhete.

8. Os livros, ao serem devolvidos, serão examinados pelo bibliothecario, o qual, caso os encontre deteriorados, apresental-os-á ao P. Prefeito, para os devidos fins.

9. Ninguém poderá ter jornaes ou livros não approvados. É caso grave conservar em seu poder livros ou figuras immo-raes.

2. Dormitorio

10. No camarim devem reinar ordem e asseio escrupulosos.

11. Levantar-se-ão todos de manhã ao 1.^o signal e deverão sair promptamente ao 2.^o signal para formar fileiras.

12. É rigorosamente prohibido fallar com outros, estudar, ler, levantar-se antes do signal ou perturbar a ordem de qualquer maneira.

13. Quem precisar tomar agua, ir á rouparia etc., avisará o P. Prefeito, pondo a toalha por cima da cortina.

14. Durante o dia nenhum alumno poderá ir ao dormitorio senão em caso de verdadeira necessidade e com licença especial.

15. No dormitorio não se guardem doces nem malas.

3. Recreio

16. Durante o recreio todos, os que não estiverem legitimamente dispensados, deverão tomar parte nos jogos, os quaes comecarão pontualmente ao signal dado pelo P. Prefeito. **A estes jogos a directoria do**

gymnasio attribue tanta importancia que p fere demittir um alumno antes que renunc a elles.

17. Ninguém se pôde afastar do lug do recreio, entrar no estudo, passar p porta da marcenaria etc. sem licença do Prefeito.

18. Quem receber a visita de algu amigo de fóra que queira passar algum te po no recinto da divisão, tem que apres tal-o ao P. Prefeito, o qual, em caso cont rio, poderá despedir o visitante.

19. Ao signal dado para o fim do : creio deverão os alumnos avisar o visitat que, se quizer prolongar a visita, deverá : colher-se á sala para esse fim destinada, n sendo permittido a nenhum alumno, no te po do silencio, ficar fóra della conversan com quem quer que seja e portanto não p derá tambem ser alguem chamado para es fim do estudo ou da aula.

20. É prohibido assentar-se no capi no chão ou em cima das mesas.

21. Cascas, restos de comida etc. n se atirem na calçada. Não se cuspa i mesma e muito menos no salão.

22. Os objectos de jogo devem-se tr tar com muito cuidado. Evite-se deixar c hir ao chão as bolas do bilhar.

23. Não se falle nas latrinas nem : pequena galeria diante dellas.

4. Passeio

24. As turmas no passeio são de tr

25. Quando não ha turmas, a divis não se espalhe demais pelo caminho. Da o signal de parar, os da frente **esperam**, outros se ajuntam e **só ao 2.^o signal** cor nuam a caminhar.

26. Durante os passeios ninguem se poderá ausentar da divisão, para fazer compras etc., nem ficar para traz conversando com conhecidos.

27. Quando descançam, não se deitem no chão senão encostados no braço.

5. Capella

28. Todos tem que tomar parte nas orações e cantos communs.

29. Da missa e da benção não se sahe antes do tempo senão em caso de absoluta necessidade, voltando immediatamente á capella ou ficando na enfermaria e não no pateo.

6. Observações geraes

30. Quem sahe do collegio tanto na ida como na volta, apresentar-se-á aos PP. Prefeito geral e da divisão.

31. As licenças se pedem ao P. Prefeito com o devido respeito empregando as fórmulas usuas do bom tom.

32. Dentro do collegio como fóra delle o alumno cumprimentará seus mestres.

33. É rigorosamente prohibido olhar pelas janellas que dão para rua. Não se tolera de modo algum *communicar* por essas janellas com gente da rua, ainda que só por signaes.

34. Cousas de valor, dinheiro etc. não se guardem no dormitorio nem no estudo, mas podem-se entregar ao P. Procurador.

O descuido na observação dos paragrafos acima mencionados tem por consequencia perda de pontos nas notas de semana e de mez. É portanto interesse de cada um conhecer bem estas regras.

ANEXO G – Pe. Ambrósio Schupp

Professor benemérito do Colégio Conceição – consultor (particular) do Reitor, professor das disciplinas de Humanidades, Matemática e Língua Portuguesa, presidente da Associação dos Internos, prefeito do Museu de História Natural e da Capela do Sagrado Coração e conferencista.



P. Ambrósio Schupp S.J.

A veneranda figura do Pe. Ambrósio Schupp, S.J. (26/5/1840
13/11/1914).

Fonte: Rabuske (1978, p. 44)

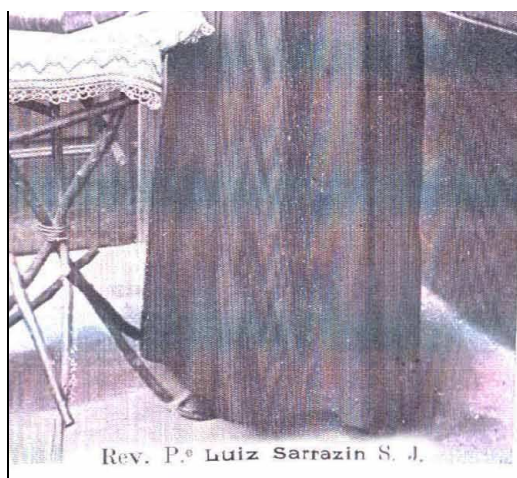
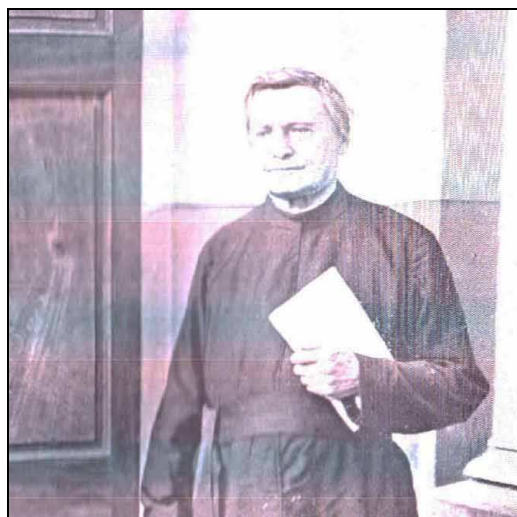
S. Leopoldo : Chiocara
Emporada chácara e construída construção de casa p férias
 Litt. Ann. Ann. Sem. S. J. Annus 1890/1891 p. 54.
 No mesmo construída casa em gr. refectório p 200 alunos, cap. do-
 méstica, 10 quartos p M e Escol. Retiro. Mato.
 ib. 1891/92 p. 45^g-46

Cervejaria : construída entre ag. 1903 e ag. 1904
 Litt. Ann. 1903-04 p. 58.

"Sociedade litteraria Padre Antonio Vieira"
 constituída "hoc anno" Litt. Ann. 1900-1901
 (a die 1. Aug. ad huc. 1. Aug. 1901)
 No Colégio de S. Leop. a 20.10.1899 foi instituída a "Sociedade
 litteraria anonyma". A comissão do governo avaliou
 entre os bens do Colégio em 493 "Contos":
 edificios : 400 contos
 museu de hist. nat. 25
 " física e quim. 25
 biblioteca 15 etc.
 Litt. Ann. 1899-1901 : a die 1^o Octobris 1899
 ad huc 1^o Octobris 1900
 pg. 65

Pesquisa do P. Balduino Kipper

ANEXO I – Rev. Pe. Luiz Sarrazin, S.J.
Reitor do Colégio Conceição no período de 1884 a 1889



Fonte: Acervo dos Jesuítas – Associação
Antonio Vieira de Porto Alegre
(2011)

ANEXO K – Reprodução da página do livro de receitas e despesas detalhado (dívida contraída no valor de Rs. 1:400\$000)

JANEIRO

166737
11428804

1886		Receitas	Despesa	1886
1000	Transporte:	10:744 730	5:973.660	Jan. 1886
11	Cypographia: 6 lb. Bonn. 2 lb. 85. von Lomberg grande	76 8	27 000	15
"	Wielje: por factura de 7 de Jan.	C 55	107 680	"
"	Pictus: maçãs 107 200; Gilette 574; harag. 472. 20. janeiro	- 11	107 680	"
"	Cypographia: fins Altonnem. de von S. Juliano	76 8	22 500	"
12	Resit. St. Michaels: pagou para o relógio 47 e em cobre 2/10	76 45	6 000	"
"	Geldlähe: Peter Adams in der Baumschneiderei a 1/10	76 11	1500 000	"
"	Lehl. pagou a mãe por mais 20 Th. 1/2	76 1/2	195 000	"
"	Geldl. Johann Peter Adams idem. Lehl. zu 1/10	76 5	7400 000	"
"	Francisco Daut (n. 32). pagou pelo selo de mão João Daut 1/10	76 32	122 000	"
13	João Fischer (n. 120) pagou pelo selo pai João Fischer 1/10	76 120	126 000	"
"	Pictus: Bier von Stark: in Sum 107 640; für Kupf. des W. 1/10	- 11	425 640	"
"	Cypographia: Alton. pro 1885-87 1/10	76 8	30 000	"
"	Artemis: Kullermeister von Giffelhoff 13/100, 44 lb. mit 1/10	- 2	29 100	"
"	Medicus: Zupf. für P. Nordst. 3/10; Zupf. f. T. 1/10	- 9	8 500	"
"	Rechnungsbuch. pagou	76 23	34 760	"
"	Pictus: 9 doz. de ovos by Huhnfleisch a 300/10; Bd. de Huhn 1/10	- 11	8 280	"
14	Godart: pagou a conta	76 51	64 140	"
"	Jur. Georg. Götze (112) pagou	76 112	100 000	"
"	Qualitätsbuch (150)	76 150	70 000	"
"	Eduardo e Ferdinando Haselberg 25 e 90 pagaram	76 25/90	185 000	"
"	Augusto Falcão (100) pagou	76 100	136 000	"
"	Amando Schramm (4) pagou	76 4	110 000	"
"	Wilkgen (33 440) pagou a conta 1/10, adiantado 200/10	76 53/10	241 140	"
"	Weber Jacob e Carl (66 e 1) pagaram	76 1/68	200 000	"
"	Weber Carlos (73) pagou 73/100 pela conta e 41/100	76 73	120 000	"
"	Lehl. José (90) pagou 13/10	76 90	13 000	"
"	Recompensas: Obigo Briefe 13/10; 5/10	- 24	33 800	"

Fonte: Livro de receitas e despesas detalhado de janeiro 1886

ANEXO L – Reprodução da página do livro de receitas e despesas detalhado (pagamento da dívida no valor de Rs. 1.400\$000 em abril de 1886)

Abril		Receitas	Despesas
5	Transporte:	0: 732 090	1: 421 880
13	Julio Isler. pela 2ª fact. de 31/3	C 81	262 930 a
"	Victus: 60 kg Café = 31/1080; + 150 kg açúcar = 59/150 + frete 400	- 11	a 88 630
"	farinha de trigo = 67/2; leite = 7/5; massa = 7/5 + frete 400	- 11	a 82 600
"	Bacalhão = 66/0 + frete 300	11	a 66 300
"	Resid. S. Petri in B. Jardim: vinho de Lormont	R. 54	a 25 400
"	Schalz: Au Kruppfuß	C _h 5	200 000
"	Victus: von Deckman: bananas = 48/150, farinha de milho 67/800	- 11	54 960
"	id. " ovos = 2/0; linguiças = 54/0; bacalhão = 3/200	- 11	59 200
"	id. " sal = 4/400; batatas = 15/400; mel = 14/320	- 11	36 160
"	Constructio: Zimmerman P. Fisch: Luar = 107/10; 25/4. su. 2/20	- 20	128 " ..
"	Schulgeld von P. Fisch pro 85 = 15/750 + Stall = 4/0.	- 10	19 750
"	Suppellen: 12 toucadores pelo S. Guit. Mohr à 12/0	- 4	144 000
"	Constructio: marceneiros pelos pedreiros	- 20	180 760
"	Sacellum: pelos marceneiros	- 3	55 200
"	Famuli: Emmanuel = 9/100; Pedro James 25/0; + Paul ^{20/0} 1/1000	- 17	55 000
"	Stipend. miss.: pelo R. P. H. = 10/0; + P. Stein ^{de suavia} 8/0	- 2	18 000
4	Johann Peter Adams: Deve por nosso reembolso do seu capital ^{170 500} C _{II} 5		1: 400 000
"	Census Debitorum: von obigen Capital, da von auf ins. Rayfing	- 12	10 500
"	Collegio São José: Deve por interesse de um neg. do capi; tal acima (= do 1º de Março até o 31 de março) Par 34		7 000
"	Lucio Lopes dos Santos (4): pagou 25/0 para a 2ª lavag. 12 67	28 500	
5	Quaestura: pagou	9. 3	60 000
"	Victus: 25 dug. ovos à 18/0; 11/0 mantiga 22/0; + 100/0; + 100/0	- 11	29 680
"	Recuperaçã: Jhu. Neche Abalagy. = 32/0; + Feldman = 77/300	- 21	111 300
"	Victus: 25 cestos de cebolas à 18/0; 25/0 à 14/0 = 16/0; + peças 1/100 (10)	- 11	17 500
"	Reiter 80 ^{da} : pela sua fact. de 20/0 = 60/100; de 2/4 = 15/400	C 111	73 000
"	Suppellen: relógio para cozinha = 16/0; vidros e lampadas e copos	- 4	73 000
6	W. & D. pagou ao R. P. R.	C 7	400 000
"	Martel Vic. Porto, success. ÷ deve por diário	C 131	168 050
"	Abatido do S.ª sumra	- 1	1 500

Fonte: Livro de receitas e despesas detalhado de abril 1886.